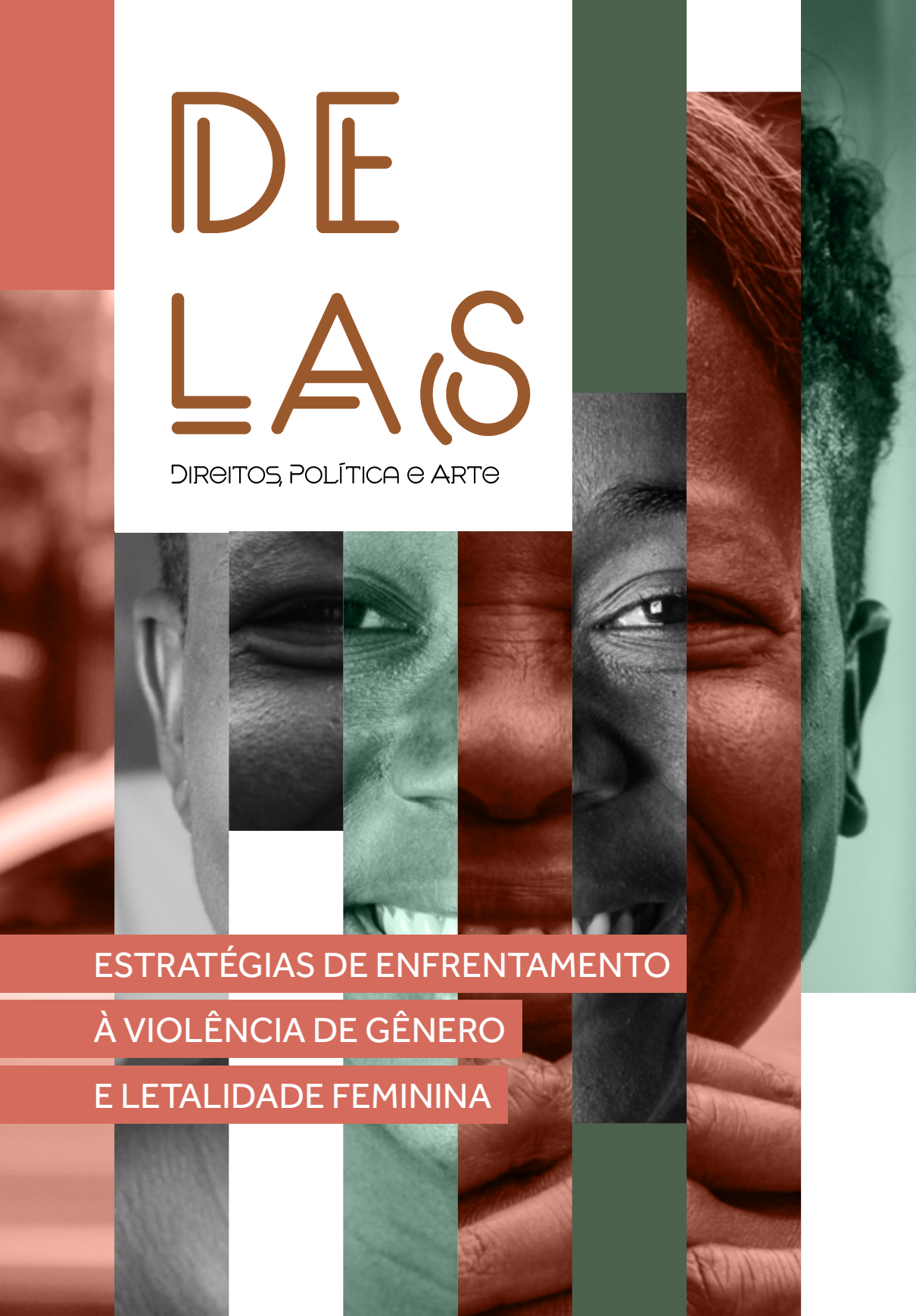
DE LA(S

Direitos, Política e Arte



ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DE GÊNERO E LETALIDADE FEMININA

Raquel Willadino
Aline Maia Nascimento
Natalia Conceição Viana
Thais Gomes
(ORGS.)

DE LA(S

Direitos, Política e Arte

ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DE GÊNERO E LETALIDADE FEMININA

REALIZAÇÃO:
OBSERVATÓRIO DE FAVELAS

COM O APOIO DA **OPEN SOCIETY FOUNDATIONS**

2020_Observatório de Favelas

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
A reprodução do todo ou parte deste documento é permitida somente para fins não lucrativos e com a autorização prévia e formal do Observatório de Favelas, desde que citada a fonte.

OBSERVATÓRIO DE FAVELAS
Rua Teixeira Ribeiro, 535
Parque Maré — Rio de Janeiro — RJ
E-MAIL: **contato@observatoriodefavelas.org.br**
SITE: **www.observatoriodefavelas.org.br**

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO
NA PUBLICAÇÃO (CIP) DE ACORDO COM ISBD
Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva – CRB 8/9410

D339

DELAS [recurso eletrônico]: Direitos, Política e Arte / organizado por Raquel Wiladino ... [et al.]. – Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2020.

124 p. ; PDF ; 18 MB.

Inclui índice.

ISBN 978-65-87016-01-6 (Ebook)

1. Gênero. 2. Direitos. 3. Política. 4. Arte. I. Wiladino, Raquel. II. Nascimento, Aline Maia. III. Viana, Natalia Conceição. IV. Gomes, Thais. V. Título.

2020-2845 CDD: 306.43
CDU: 316.7

1ª EDIÇÃO
Rio de Janeiro_2020

PROGRAMA DE DIREITO À VIDA E SEGURANÇA PÚBLICA

COORDENAÇÃO GERAL
Raquel Willadino Braga

COORDENAÇÃO EXECUTIVA
Aline Maia Nascimento

PESQUISADORAS
Thais Gomes
Natalia Conceição Viana
Elaine Barbosa

IMAGENS DO POVO

PROFESSORA DO MÓDULO ARTÍSTICO E CURADORIA
Thais Ayomide

AUTORAS DOS ARTIGOS E ENTREVISTADAS
Andreza Jorge
Aline Maia Nascimento
Bruna Cristina Jaquetto Pereira
Dayana Gusmão
Gilmara Cunha
Lia Maria Manso Siqueira
Natalia Conceição Viana
Rachel Barros
Raquel Willadino
Rafaela Albergaria
Thais Gomes

ALUNAS DO CURSO "DELAS" E AUTORAS DOS TRABALHOS ARTÍSTICOS
Alessandra Trassante, Amanda Mendonça, Ana Paula Gualberto, Anna Paula Sales, Arcasi Lopes, Bia Carvalho, Bruna Marques, Dalva Assis, Ehmilly Sousa, Elizabeth Azevedo, Erika Lemos, Gisele Mendes, Grazielle Paiva, Helena Franzon, Helena Xavier, Julia Carvalho, Lais Regina, Larissa Ferreira, Lay Venancio, Lorena Nazar, Maria Angélica Bueno, Maria Kerolayne Rocha, Maria Santana, Mayara de Almeida, Natália Alves, Nathália da Silva, Paula Milena, Rosângela Lourenço, Thais Andrade e Vânia Pereira

FOTOS (CAPA)
Thais Ayomide

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Mórula_Oficina de Ideias

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Open Society Foundations pelo apoio concedido, por meio da parceria no âmbito do Programa de Direito à Vida e Segurança Pública do Observatório de Favelas, que possibilitou a materialização do curso "DELAS" e, consequentemente, desta publicação.

Às alunas do curso "DELAS": Alessandra Trassante, Amanda Mendonça, Ana Paula Gualberto, Anna Paula Sales, Arcasi Lopes, Bia Carvalho, Bruna Marques, Dalva Assis, Ehmilly Sousa, Elizabeth Azevedo, Erika Lemos, Gisele Mendes, Grazielle Paiva, Helena Franzon, Helena Xavier, Julia Carvalho, Lais Regina, Larissa Ferreira, Lay Venancio, Lorena Nazar, Maria Angélica Bueno, Maria Kerolayne Rocha, Maria Santana, Mayara de Almeida, Natália Alves, Nathália da Silva, Paula Milena, Rosângela Lourenço, Thais Andrade e Vânia Pereira.

Às mulheres que se dispuseram a partilhar seus saberes e suas vivências conosco ao longo do curso "DELAS": Lia Manso, Gilmara Cunha, Dayana Gusmão, Rachel Barros, Rafaela Albergaria e Thais Ayomide.

A Andreza Jorge e Bruna Pereira, por partilharem suas reflexões entre as linhas desse trabalho.

A todas as mulheres que vieram antes de nós, pavimentando o sonho de que é necessário seguir construindo um mundo que seja livre e seguro para meninas e mulheres.

SUMÁRIO

6 **APRESENTAÇÃO**

11 **CURSO "DELAS": DIREITOS, POLÍTICA E ARTE**

24 **MULHERES DIVERSAS: DIVERSOS SABERES, DIVERSAS VIVÊNCIAS**

25 **SEÇÃO 1 | DESIGUALDADES E O FAZER POLÍTICO DAS MULHERES**

27 Somos luta, somos esperança: lições para enfrentar tempos difíceis
BRUNA CRISTINA JAQUETTO PEREIRA

34 Gênero e raça: a vida de mulheres negras como categoria política e de luta
ANDREZA JORGE

44 Oxigeração política
LIA MARIA MANSO SIQUEIRA

47 **SEÇÃO 2 | VIOLAÇÃO DE DIREITOS E PRÁTICAS DE ENFRENTAMENTO ÀS VIOLÊNCIAS**

49 Múltiplas expressões da violência contra as mulheres
RAQUEL WILLADINO, ALINE MAIA NASCIMENTO, NATALIA VIANA E THAIS GOMES

64 Insubmissas histórias indizíveis da Maré
DAYANA GUSMÃO

73 **ENTREVISTA:** Política e direitos da população LGBTI+ nos territórios de favela
COM GILMARA CUNHA

85 **SEÇÃO 3 | INCIDÊNCIA POLÍTICA E GARANTIA DE ACESSO A DIREITOS**

87 Incidência política de mulheres negras: fluxo contínuo de transformações
RACHEL BARROS

98 **ENTREVISTA:** Mulheres, mobilidade e direito à cidade
COM RAFAELA ALBERGARIA

108 **ARTE, MEMÓRIA E AFETO: AS VOZES DELAS**
ALUNAS DO CURSO "DELAS"

APRESENTAÇÃO

Bem viver
Produzido por Maria Santana
MARCA-PÁGINA

O Observatório de Favelas, através do Programa de Direito à Vida e Segurança Pública tem como principal objetivo a construção de ações que contribuam para a formulação e implementação de políticas públicas que tenham a valorização da vida como um princípio fundamental. Neste campo, temos produzido estratégias de enfrentamento da violência priorizando as dimensões raciais, de gênero, de sexualidade, etárias e territoriais. Desse modo, a partir de uma perspectiva interseccional, temos buscado contribuir para a desnaturalização da violência e pautar a redução de homicídios como prioridade na agenda pública.

No ano de 2020, nossas ações têm sido direcionadas para estratégias de enfrentamento da violência contra mulheres (cis e trans), a partir de marcadores das desigualdades raciais, socioeconômicas, territoriais, de identidade de gênero e de orientação sexual que estruturam dinâmicas de violência letal e não letal.

Diante da pandemia do novo coronavírus (COVID-19) e do acirramento das desigualdades sociais nesse contexto, se fez necessário e urgente que o Programa de Direito à Vida se debruçasse na construção de metodologias e estratégias de incidência política que levassem em conta os desafios enfrentados por mulheres faveladas e periféricas nesse contexto. Considerando que, para essas mulheres, o acesso às políticas de proteção sempre se deu de forma mais precária.

Nesta perspectiva, entre os meses de abril e julho[1], nossas ações tiveram como objetivo central visibilizar os desafios cotidianos enfrentados por mulheres negras e periféricas no contexto da pandemia do novo coronavírus. Foram abordados desde o problema da desproteção nos contextos de violência doméstica, passando pelos desafios enfrentados na intensificação do trabalho dentro e fora de casa, até o protagonismo dessas mulheres em ações comunitárias de solidariedade para o enfrentamento dos impactos da pandemia.

1 Dentre as ações do Programa de Direito à Vida e Segurança Pública em 2020 destacam-se: o vídeo "A vida de mulheres moradoras de favelas em tempos de pandemia: Protagonismo Feminino Negro", disponível em: <https://youtu.be/26tJ7-Xr-ns>; o artigo de opinião "Rompendo silêncios: o que raça e gênero têm a nos dizer sobre a pandemia?", disponível em: <https://noticiapreta.com.br/rompendo-silencios-o-que-raca-e-genero-tem-a-nos-dizer-sobre-a-pandemia/>; a estratégia de comunicação "Violência contra mulher: você sabe o que é?", disponível em: <https://www.instagram.com/p/B-zVY6jJG16>; e o "Esquenta Delas", um minicurso online introduzindo o tema da letalidade feminina, a partir de uma perspectiva interseccional. Neste minicurso iniciamos debates que foram aprofundados no curso "Delas: Direitos, política e arte".

Nos meses de agosto e setembro, uma de nossas principais atividades consistiu na realização do curso "DELAS: Direitos, Política e Arte". Um curso de formação na modalidade online[2], voltado para mulheres (cisgênero e transgênero) negras e/ou periféricas. O curso "DELAS" foi construído com o objetivo de fortalecer a capacidade de atuação de mulheres na conquista de seus direitos e no enfrentamento a violências. A metodologia proposta explorou uma interlocução com o campo artístico (especialmente com a fotografia, a poesia e a expressão corporal), buscando ampliar as percepções sobre violências de gênero e gerar estratégias de incidência política articuladas com intervenções artísticas.

Abrimos esta publicação com o capítulo "Curso DELAS: Direitos, Política e Arte", que apresenta uma breve sistematização da experiência formativa da primeira turma do **"DELAS".** Neste texto reunimos as perspectivas conceituais e metodológicas que nos conduziram na elaboração deste projeto, os desafios enfrentados e os aprendizados adquiridos ao longo deste percurso.

Em seguida, o capítulo "Mulheres diversas: diversos saberes, diversas vivências" reúne contribuições de ativistas e intelectuais que apresentam um novo olhar para o fenômeno da violência contra a mulher, sem deixar de se atentar também para as estratégias potentes elaboradas por elas para intervir politicamente em suas realidades. Neste sentido, o tema "Desigualdades e o fazer político das mulheres" compõe o primeiro conjunto de artigos que visa cumprir esse propósito. A socióloga **Bruna Pereira** — que contribuiu com o Observatório de Favelas em diálogos ampliados sobre a condição das mulheres frente à pandemia — dá início a esta seção apresentando uma reflexão sensível e perspicaz sobre o ato corajoso de sonhar como um exercício cotidiano entre mulheres negras para desafiar as adversidades, assegurar direitos e construir coletivamente a justiça social.

Para repensar os conceitos de gênero e raça de maneira interconectada, a intelectual **Andreza Jorge** — parceira na luta do enfrentamento à violência contra mulheres — nos brinda com um artigo interessado em localizar os desafios da luta feminista dentro do contexto de colonização. A autora elabora de modo ímpar questionamentos e percepções acerca das identidades socialmente construídas.

2 O curso "DELAS: Direitos, Política e Arte" foi originalmente formulado para a modalidade presencial. No entanto, devido ao contexto da pandemia de COVID-19 e às medidas de isolamento social recomendadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), o cronograma foi redefinido e a proposta foi adaptada para o formato online.

Com um fôlego pulsante, a advogada **Lia Manso** nos revigora com uma poesia que sai de dentro para fora e nos transporta para o corpo, luta, suor, energia e oxigênio da atuação de mulheres negras.

O conjunto de artigos "Violação de Direitos e Práticas de Enfrentamento às Violências" agrega contribuições sobre violências, opressões e violações de direitos enfrentados por corpos femininos com sociabilidades diversas: mulheres faveladas, negras, lésbicas, cisgêneras, transgêneras e travestis.

Igualmente atentas a essa questão, **Raquel Willadino**, **Aline Maia**, **Natalia Viana** e **Thais Gomes** — equipe do Programa de Direito à Vida e Segurança Pública do Observatório de Favelas — traçam um panorama da violência contra as mulheres a partir de uma análise de dados sobre letalidade feminina e outras formas de violência não letal. Estabelecendo um diálogo com as alunas do curso "DELAS", as autoras reverberam no texto as vozes destes corpos femininos e periféricos empenhados na transformação desta realidade e na afirmação de direitos das mulheres.

Em seguida, a assistente social **Dayana Gusmão** oferece uma crítica profunda e cuidadosa sobre os mecanismos de silêncio e invisibilidade que atravessam a história do protagonismo de mulheres lésbicas e bissexuais no Complexo da Maré. Ao revisitar o legado das mulheres neste território popular, Dayana lança luz a uma Maré diversa, banhada em águas lesbianas que lutam para que nunca mais precisem ser violentadas.

Para pensar as formas de violência que atingem mulheres transgênero e travestis moradoras de territórios periféricos, trazemos uma entrevista com a ativista e especialista na temática LGBTI+ de favela, **Gilmara Cunha**, que narra de maneira extraordinária sua trajetória na esfera individual e coletiva à frente de uma organização LGBTI+ que constrói suas lutas a partir das especificidades dos territórios de favela.

A seção "Incidência Política e Garantia de Acesso a Direitos" conta com a análise da socióloga **Rachel Barros** sobre a capacidade criativa-criadora das mulheres negras em formular de modo político, filosófico e propositivo ferramentas de intervenção social para reivindicar o bem-viver. A autora nos mostra como esta é uma tecnologia poderosa e ancestral.

Na sequência, fechando as contribuições na última seção, apresentamos uma entrevista com a ativista e pesquisadora **Rafaela Albergaria**, que relata o movimento de luta por justiça e reparação que atravessa a sua trajetória a partir da morte brutal de sua prima Joana Bonifácio, em 2017, na estação de trem de Coelho da Rocha, na Baixada Fluminense. A partir da experiência do "Não foi em vão: Mobilidade, Desigualdade e Segurança nos trens metropolitanos do Rio de Janeiro", Rafaela narra nesta entrevista as problemáticas que atravessam a mobilidade urbana no Estado do Rio de Janeiro,

considerando as especificidades dos territórios periféricos, das mulheres e da população negra de um modo geral.

No capítulo "Arte, Memória e Afetos: as vozes DELAS" temos a honra de publicar produções artísticas de autoria de alunas do curso "DELAS". Ademais, os trabalhos artísticos das participantes do curso atravessam toda a publicação e culminam nesta seção sobre arte, memória e afetos. São obras em diferentes linguagens: poemas, vídeos, pinturas, colagem, fotos e textos que encontram no poder criativo e transformador da arte um espaço para denunciar as opressões e ecoar as vozes por um mundo livre para todas.

Em suma, este livro é fruto de um trabalho coletivo, por parte das autoras e do Observatório de Favelas, que materializa o encontro de ações interessadas em fortalecer a atuação das mulheres enquanto protagonistas de seu fazer político. Com isto esperamos que o(a) leitor(a) se inspire a continuar em defesa da vida e dos direitos das mulheres. Boa leitura!

"Este livro é fruto de um trabalho coletivo que materializa o encontro de ações interessadas em fortalecer a atuação das mulheres enquanto protagonistas de seu fazer político"

CURSO DELAS

DIREITOS, POLÍTICA E ARTE

Igualdade

Produzido por Maria Santana

MARCA-PÁGINA

O curso "DELAS: Direitos, Política e Arte" consiste em uma proposta de formação voltada para mulheres (cisgênero e transgênero) negras e/ou periféricas no formato de encontros livres. Foi construído com o objetivo de fortalecer a capacidade de atuação de mulheres na conquista de seus direitos e no enfrentamento a violações de direitos, violência de gênero e letalidade feminina. O curso explora uma interlocução com o campo das artes (especialmente com a fotografia, a poesia e a expressão corporal), compreendendo a arte como uma importante ferramenta de ampliação das percepções sobre violências de gênero e geradora de estratégias de incidência política.

A experiência do "DELAS: Direitos, Política e Arte" foi construída a partir de quatro eixos norteadores: **'educação popular'**, **'interseccionalidade'**, **'incidência política'**e **'arte-educação'**. Estes eixos, por vezes, se entrecruzam e coexistem como instrumentos fundamentais na luta pelos direitos. Assim, embora apresentemos cada um deles em separado, eles não devem se limitar ao formato de conceitos e definições puramente teóricas ou metodológicas. Ao contrário, para nós, todos estes eixos norteadores carregam em si — separados ou em conjunto — o compromisso de transformação social: capazes de garantir cada vez mais direitos e a inventividade necessária para o enfrentamento de desigualdades sociais e violências.

EDUCAÇÃO POPULAR

A educação popular nasceu com o povo, no seio dos movimentos sociais. No entanto, ela não deve ser lida como 'educação não formal' ou 'educação dos grupos subalternizados'. A educação popular é educação para todos. Sua concepção se baseia no ensino emancipatório que prioriza a educação como prática de liberdade (ou promotora de libertação). E de acordo com os princípios de Paulo Freire, a educação só pode ser libertadora quando todos tomam posse do conhecimento.

Na educação popular, o protagonismo dos indivíduos no processo de formação é essencial. Embora bell hooks descreva que tal prática exige do/a educador/a uma aproximação constante de seus/suas educandos/as, a fim de responder ao ser único de cada um/a, tal formação é sempre pensada de modo coletivo. Ela valoriza as vozes, as vivências e os saberes de cada pessoa em perspectiva relacional com o todo, invocando sempre o coletivo para refletir como as histórias experienciadas pelo indivíduo o afetam em seu universo particular e, também, atravessam o grupo ao qual pertence.

Vale ressaltar que, neste modelo, a produção de conhecimento é espaço privilegiado para a junção entre reflexão e práxis ou, melhor dizendo, a práxis e a reflexão

só podem existir se trabalhadas juntas. Trata-se de uma via de mão dupla: a teorização e a reflexão são indispensáveis, mas devem ser acompanhadas de uma ação capaz de incidir politicamente na realidade. Do mesmo modo, a ação precisa gerar sempre uma reflexão. Num curso como o DELAS, onde as mulheres negras e periféricas são as principais protagonistas da "educação para transgressão"[3] — para tomar emprestadas as palavras de bell hooks —, o conhecimento adquirido em coletivo foi apropriado, reelaborado e transformado de modo inventivo em mais um instrumento de luta pelos direitos das mulheres.

INTERSECCIONALIDADE

A adoção da perspectiva interseccional como um eixo norteador corresponde à nossa base metodológica, mas também a uma opção política que entende a sociedade brasileira como diversa e profundamente desigual. O que significa dizer que nossas lentes de análise para os fenômenos que dela emergem são compreendidas à luz da interconexão dos marcadores sociais da diferença (classe, raça, gênero, sexualidade e território) na produção de posições de sujeito, tanto como desigualdade quanto como privilégio social. O que significa dizer que esses marcadores devem ser entendidos não como partes isoladas, mas como 'interseccionalidades'[4] que moldam os mais diversos domínios da vida social, incluindo o processo educacional.

Para nós, a aposta na transformação social e na construção de um projeto político de defesa dos direitos das mulheres envolve a promoção de uma educação que não reforce os sistemas de dominação existentes, mas que seja capaz de desmantelá-los. Se acreditamos que o sexismo, o racismo, o classismo e o heterossexismo produzem dispositivos comuns de funcionamento na sociedade, precisamos de uma práxis e de

3 hooks, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013. (tradução: Marcelo Abraão Cipolla).

4 A teoria interseccional foi introduzida por Kimberlè Crenshaw, considerando os estudos do feminismo negro estadunidense. Em contraponto à realidade dos homens negros e das mulheres brancas, Kimberlè Crenshaw denunciou as invisibilidades discriminatórias geradas ao grupo vulnerável das mulheres negras. Essa constatação reclamava uma abordagem interseccional sobre a situação, definindo discriminação interseccional como "(...) uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras" (Crenshaw, 2002, p. 177).

uma ação atenta a como essas estruturas se constroem e afetam mutuamente. Dessa forma, nosso modelo de ensino busca respostas nas vozes, nas produções de conhecimento e estratégias, daquelas que, muitas vezes, são negligenciadas no sistema de ensino 'bancário', pois em nós reside a mesma certeza já pronunciada outrora por Audre Lorde: "As ferramentas do Senhor não desmantelaram a Casa Grande"[5]. O curso "DELAS" em si é uma materialização e uma resposta ativa a um fazer político de vozes insurgentes interessadas em desenvolver com as mulheres a autonomia para a busca de seus direitos.

INCIDÊNCIA POLÍTICA

A incidência política como um de nossos princípios norteadores está baseada na ideia de fortalecer a capacidade de atuação das mulheres na conquista de seus direitos e no monitoramento, avaliação e intervenção nas políticas públicas a elas destinadas.

Durante o curso "DELAS", este conceito-ação se fez presente em todos os momentos. Ele é parte central do exercício de reconhecer o papel das mulheres cis e trans como sujeitos ativos não apenas enquanto objeto de políticas públicas, mas como analistas, formuladoras e propositoras de processos de transformação social dentro e fora do poder público. Ampliar a participação destes segmentos historicamente excluídos nos processos de tomada de decisões é elemento essencial para democratizar as relações de poder, permitindo a estas mulheres diagnosticarem problemas que as concernem, pautarem a agenda pública e formularem coletivamente seus próprios mecanismos de defesa e de enfrentamento das opressões.

ARTE-EDUCAÇÃO

A arte-educação enquanto método, pelas suas potencialidades integradoras, permite explorar o contato com múltiplas dimensões da natureza humana: sentimentos; criação, inventividade, memória, sensibilidade, imaginação, cultura e outros. E ao passo que explora essas múltiplas dimensões também amplia nossas percepções sobre o cotidiano, as relações sociais, nossas identidades, nosso fazer político.

5 *The Master's Tools Will Never Dismantle the Master's House.* In: Lorde, Audre. *Sister outsider: essays and speeches.* New York: The Crossing Press Feminist Series, 1984. p. 110-113.

Nesse sentido, para nós, o fazer artístico não se reduz à produção de uma mercadoria, mas envolve processos formativos que dão lugar para expressão e para o diálogo tanto entre aquele que produz arte quanto para os que a experimentam a partir da fruição. Entendendo o processo artístico — nas mais variadas formas — como uma práxis capaz de afetar os sujeitos e as relações sociais, apostamos na sua força para a incidência política.

O Observatório de Favelas tem construído ações no campo da arte-educação de base territorial e dialógica[6], pautadas por experiências coletivas, tendo no horizonte inventivo possibilidades de disputar "outras formas de dizer e fazer arte" articuladas a lutas por direitos (Silva, 2019; Francisco, Souza, Mello, 2019).

Por intermédio da arte, enquanto ferramenta educacional do curso DELAS foi possível ampliar as percepções sobre violências de gênero. Neste sentido, o fazer artístico possibilitou refletir situações cotidianas; explorar experiências pessoais e coletivas; fortalecer a capacidade de mobilização e sensibilização; questionar padrões e valores patriarcais e gerar estratégias de incidência política para a afirmação de direitos das mulheres e para a redução da letalidade feminina.

* * *

A partir destes eixos norteadores, foram realizados nove encontros, divididos em três módulos. Nossos encontros tinham por objetivo pensar estratégias de enfrentamento da violência contra mulheres (cis e trans), a partir de marcadores das desigualdades raciais, socioeconômicas, territoriais, de identidade de gênero e de orientação sexual que estruturam dinâmicas de violência — letal e não letal, refletindo como esses temas se relacionam com as vivências experienciadas pelas participantes em seus cotidianos. Cada módulo findava sempre com um encontro que pudesse refletir sobre processos artísticos/criativos a partir das temáticas debatidas e seus desafios.

No nosso primeiro módulo, "Desigualdades e o fazer político das mulheres", abordamos as principais questões relacionadas às desigualdades de gênero e raça na nossa sociedade, e como essas desigualdades mobilizaram politicamente as mulheres que

6 Ver a iniciativa "Vou Fazer Arte 2", disponível em: <http://of.org.br/wp-content/uploads/2020/03/EBOOK_VFA2.pdf>; e "Metrópole Transcultural 2019", disponível em: <http://of.org.br/wp-content/uploads/2019/11/CATALOGOMetr%C3%B3poleTranscultural2019pagdupla.pdf>.

vieram antes de nós. O encontro de abertura intitulado "Desigualdades de Gênero e Raça", foi conduzido por Aline Maia, Elaine Barbosa, Natalia Viana e Thais Gomes, respectivamente a coordenadora executiva e as pesquisadoras do Programa de Direito à Vida e Segurança Pública do Observatório de Favelas. O encontro contou também com a colaboração da artista e professora do curso Thais Ayomide.

O segundo encontro do primeiro módulo contou com as contribuições da professora Lia Manso, que trouxe para o debate os "Fundamentos sociopolíticos das lutas das mulheres". Neste encontro, Lia Manso nos ofereceu um rico panorama sobre as possibilidades na luta contra as opressões a partir de diferentes localizações interseccionais (raça, gênero, sexualidade, classe, e tantas outras). Além disso, Lia destacou leituras que partem das experiências coletivas de ação política das mulheres negras em movimento; como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Jurema Werneck, Lucia Xavier, e muitas outras que pavimentaram os caminhos tanto para as nossas responsabilidades coletivas do presente quanto para os desafios e utopias do futuro.

Encerramos esse primeiro módulo sendo convocadas pelo desafio de tecer narrativas que valorizem a luta das nossas antepassadas e suas trajetórias, por meio dos nossos processos artísticos/criativos. No encontro "Baobá: nossas resistências vêm de longe", guiado pela professora Thais Ayomide, cada participante pôde relatar coletivamente quais sensações, sentimentos, lembranças e ausências puderam ser mapeadas a partir de fotografias pessoais compartilhadas com o grupo, cujas protagonistas são as mulheres que elas reconhecem como suas referências de vida.

No segundo módulo, sobre o tema "Violência e Direitos", começamos os debates abordando as múltiplas expressões das violências contra as mulheres na atualidade. O primeiro encontro do segundo módulo foi orientado pela equipe do eixo de Direito à Vida e Segurança Pública — Raquel Willadino, Aline Maia, Elaine Barbosa, Natalia Viana e Thais Gomes —, e se propôs a introduzir questões acerca das "Múltiplas expressões da violência contra mulheres". Durante a aula não faltaram exemplos sobre como a confluência de diversos marcadores sociais da diferença (raça, gênero, sexualidade, território, maternidade e outros) atravessam a vida das alunas de diferentes formas. Casos de deslegitimação profissional por ser uma mulher negra; desumanização e negação do acesso ao trabalho e às redes de solidariedade devido à transexualidade; sobrecarga na maternidade; e não acesso a canais de denúncia em função do território de moradia foram exemplos trazidos pelas participantes ao longo deste encontro.

O debate sobre as diferentes formas de violência que atingem as mulheres marcou o segundo encontro deste módulo e contou também com a contribuição de Gilmara Cunha e Dayana Gusmão. A partir do tema "Orientação Sexual, Identidade de Gênero

e Território" fomos apresentadas a um panorama das formas de violência que atingem mulheres lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis especialmente em territórios de favelas, e quais ações de prevenção, cuidado e desnaturalização dessas violências têm sido construídas nesses espaços. Neste cenário, Dayana Gusmão compartilhou reflexões a partir de uma experiência de mapeamento realizada com mulheres lésbicas e bissexuais do conjunto de favelas da Maré. E Gilmara Cunha abordou as formas de violência que atingem travestis e transexuais nos convocando com a chamada "o que a gente tem feito para mudar essa realidade?".

Como conclusão do segundo módulo, foram desenvolvidas reflexões sobre o processo artístico/criativo a partir do tema "Iku: uma reflexão sobre ausências". Retomamos neste encontro os debates sobre as múltiplas formas de violência que impactam o cotidiano de mulheres e meninas de formas variadas, mas sendo abordadas a partir da perspectiva das 'ausências'. Thais Ayomide apresentou para as alunas os diferentes modos pelos quais as ausências pessoais e coletivas que atravessaram sua trajetória se materializaram em processos artísticos. Nesse encontro, refletimos juntas como a arte pode ser ferramenta política, afetiva, de fortalecimento psíquico e 'de grito para o mundo'.

O terceiro e último módulo, "Artes e incidência política", teve como principal horizonte pensar os mecanismos e as estratégias de incidência política tecidos no cotidiano das mulheres em suas lutas por enfrentamento de violências, acesso e garantia de direitos.

Para dar corpo a esse módulo, acessamos valorosas experiências de incidência política. Num primeiro momento através de Rachel Barros, com o tema "Incidência Política e Acesso à Direitos". Germinando lentamente propostas coletivas de incidência política a partir das questões que nos atravessam, Rachel nos provocou a amplificar nossas vozes através das diferentes ferramentas políticas que nos possibilitam incidir nos processos de transformações da sociedade. Resgatando bell hooks, Rachel nos atentou que: o "ato de falar, de 'erguer a voz', não é mero gesto de palavras vazias: é uma expressão da nossa transição de objeto para sujeito — a voz liberta".

No segundo momento deste módulo, Rafaela Albergaria trouxe para o debate os desafios e perspectivas que envolvem mobilidade, violências e direito à cidade para mulheres, num encontro intitulado: "Mulheres, Mobilidade e Direito à Cidade: a experiência do 'Não foi em vão'". Rafaela nos traz, na sua contribuição, o relato sobre a morte brutal de sua prima Joana Bonifácio, em 2017, na estação de trem de Coelho da Rocha, e a transformação do seu luto e de sua família, numa luta por memória,

verdade e justiça. O relato de Rafaela ganha sentido coletivo nas diversas mobilizações de incidência política elaboradas com a finalidade de pautar ações de reparação e expor o peso do racismo e do sexismo nas políticas de mobilidade, especialmente em territórios periféricos.

O fechamento do último módulo e também da experiência do curso "DELAS: Direitos Política e Arte" se dá a partir de uma conversa sobre o poder transformador do resgate da memória, e Thais Ayomide retorna num encontro intitulado "Memória ancestral: a arte como aFÉto". Neste encontro, todas "DELAS" puderam partilhar suas vozes através de diversos processos artísticos. Provocadas no processo pela pergunta "como a arte pode ser uma ferramenta de incidência política?", cada uma expôs os caminhos percorridos na elaboração de um fazer artístico onde o que lhes afeta é também capaz de afetar o outro. O resultado deste último encontro está contido em palavras, imagens e sentidos, ao longo desta publicação.

A cada módulo, costuramos temas e reflexões pertinentes para pensar o fortalecimento da capacidade de atuação de mulheres na conquista de seus direitos e no enfrentamento a violências e violações de direitos. Coletivamente, fomos capazes de construir pontes de diálogo que eram reflexo de tudo o que somos e de tudo o que nos afeta, desde as nossas experiências em diversos espaços de atuação e as inquietações que nos movimentam politicamente e artisticamente, até os marcadores da diferença que atravessam a nossa identidade. Ecoando vozes múltiplas, as alunas foram desafiadas a reconhecerem ao longo do curso quais as marcas produzidas pelas suas vivências e pela memória das mulheres de referência nos passos caminhados até o presente, e como isso se projeta no nosso olhar sobre o futuro.

Com o propósito de compreender essa densidade que forma um cenário de vozes tão plurais, oferecemos um panorama que nos aproxima do perfil das candidaturas recebidas no processo de seleção e das alunas matriculadas que nos acompanharam durante os encontros.

As inscrições para o curso "DELAS: Direitos, Política e Arte" ocorreram entre os dias 06 e 20 de julho de 2020 através da divulgação do edital de seleção e de um formulário online. Conforme estabelecemos na chamada pública, o curso de formação gratuito e na modalidade online era destinado a mulheres cisgênero e transgênero, negras e/ou de origem periférica, acima de 18 anos, que tivessem interesse na temática de enfrentamento a violências de gênero e o desejo de acessar potencialidades artísticas como forma de pautar a prevenção de violências e a redução de homicídios na agenda pública.

Após os 14 dias destinados para a inscrição foram recebidas 135 candidaturas de pessoas oriundas de diversos estados brasileiros. Do total de 40 candidatas que foram selecionadas no processo, 30 alunas se matricularam no curso.

O processo de seleção, que recebeu o total de 135 candidaturas, contou majoritariamente com a inscrição de mulheres cisgênero (96%), negras (89%), entre 18 e 39 anos (77,7%), com acesso ao ensino superior (84,4%) e residentes na região Sudeste (77,7%), mais especificamente nos estados do Rio de Janeiro (58%), de São Paulo (8,8%) e de Minas Gerais (8,1%).

A localização geográfica do Observatório de Favelas na cidade do Rio de Janeiro explica, em parte, a forte presença de candidaturas de mulheres (cis e trans) da região Sudeste. Apesar da rede de engajamento da instituição ter maior intensidade nas favelas e periferias do Rio de Janeiro, é relevante destacar a abrangência alcançada por este edital marcando presença em todas as regiões do país, com candidaturas de 16 estados. Essa pluralidade se tornou possível especialmente devido ao alcance dos canais de comunicação e redes sociais da instituição (site oficial, Instagram, Twitter, WhatsApp e Facebook), como sinalizado por 71% das candidatas que entraram em contato com o edital através de um desses canais.

Sobre o perfil das alunas matriculadas no curso, todas são mulheres cisgênero, majoritariamente negras (77%), entre 18 e 39 anos (77%), com acesso ao ensino superior (88%). Dentre as características do perfil das alunas que participaram do curso, reconhecemos a relevância de destacar dois aspectos: as regiões de origem e as áreas de atuação profissional e de incidência política.

PERFIL DAS ALUNAS MATRICULADAS NO CURSO

100%
SÃO MULHERES CISGÊNERO

77%
SÃO NEGRAS

77%
COM IDADE ENTRE 18 E 39 ANOS

88%
COM ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

Assim como no perfil que formou as candidaturas, as alunas matriculadas residem em sua maioria no Rio de Janeiro (18), sendo agregadas também as experiências de mulheres dos seguintes estados: São Paulo, Pará, Maranhão, Bahia, Pernambuco e Distrito Federal. Essa pluralidade de experiências esteve refletida em diversos momentos do curso como nos diálogos sobre as políticas públicas e as redes de proteção que alcançam (ou não) as mulheres, cis e trans, nas diferentes regiões do país. Outro elemento relevante que marca essa diversidade é a presença de mulheres que residem e/ou que tem como origem as periferias de cada um desses estados. Esse pertencimento marcou especialmente o olhar das alunas para demandas e especificidades das mulheres (cis e trans) nestes territórios.

As alunas são também mulheres envolvidas profissionalmente com diferentes áreas de atuação, com maior incidência das áreas da educação, assistência social, saúde e artes, informação que condiz com a proposta interdisciplinar do curso. Essa interação entre as diferentes áreas resultou ao longo dos encontros em uma pluralidade de olhares e percepções sobre a violência contra as mulheres que se enraizavam das abordagens e estratégias reconhecidas por elas em contato com as problemáticas elencadas. Já nos primeiros momentos do curso, onde as alunas expuseram os atravessamentos que afetam as suas vivências, os primeiros questionamentos e inquietações que marcaram os seus processos artísticos/criativos começaram a ser sinalizados.

A partir de temas como ancestralidade, desigualdade social, memória e violência, os debates foram sendo costurados em muitos momentos com as experiências das alunas no âmbito dos movimentos de resistência, principalmente devido à vinculação da maioria com diferentes dimensões e caminhos de atuação política em seus territórios de origem.

Pertencendo a coletivos, projetos sociais e organizações que têm como foco central as demandas dos movimentos de mulheres, dos movimentos negros e/ou dos movimentos periféricos e de favela, a diversidade das temáticas que desenhava a proposta dos encontros foi tensionada e ampliada pelas alunas a partir dos seus lugares de pertencimento e de incidência política.

Mais do que denunciar questões que enfrentavam no cotidiano ou expor as ações políticas, artísticas e culturais em que investem em seus espaços de atuação, as alunas teceram a cada encontro reflexões que reconheciam a urgência de construir, em um horizonte próximo, ferramentas que viabilizassem o fortalecimento de redes de apoio em que mulheres, das mais diversas possíveis, fossem mobilizadas e assistidas em suas próprias demandas.

Todos esses elementos que compõem o panorama geral dos encontros, das professoras convidadas e do perfil das alunas do curso "DELAS: Direitos, Política e Arte" nos sinalizam alguns dos desafios que se apresentaram no desenvolvimento da proposta. Qualquer processo educativo de fato envolve desafios que se complexificam diante das propostas metodológicas e das expectativas de todos os envolvidos nas dinâmicas. No entanto, considerando o contexto social e político de 2020 e o impacto das transformações decorrentes da disseminação global do COVID-19, os desafios já esperados na proposta inicial para o curso em seu formato presencial foram acrescidos de outros elementos que nos convidam a refletir sobre os caminhos e sentidos que foram gerados para/por cada uma de nós a partir deste cenário.

Como desafio imediato, nos propusemos a avaliar as adequações e ajustes que seriam necessários para o deslocamento das propostas de atividades presenciais em modelos de atividades remotas. Esse cuidado foi central para viabilizar que as trocas e os diálogos com/entre as alunas fossem possíveis de serem realizados com qualidade, entendendo as dinâmicas das condições de acesso de cada aluna no acompanhamento das atividades.

Ainda neste movimento, buscamos viabilizar que a conexão das alunas com essa proposta se desse também através de outros canais de comunicação que não fossem restritos ao contexto das aulas, sendo esse investimento significativo diante do desafio imposto pelas recomendações de isolamento social. A impossibilidade de compartilhar as nossas experiências com proximidade, olhando nos olhos e recebendo expressões de afeto a partir do toque, do abraço, foi uma das limitações que nos atravessou na dinâmica das atividades remotas. Contudo, apesar da potência que envolve o contato presencial, nos deparamos com a construção de outros tipos de relações sociais possíveis a partir do uso de outras ferramentas.

Percebemos isso na riqueza das interações que foram produzidas no decorrer dos encontros, seja na expressão das opiniões e dúvidas registradas através do chat da plataforma ou no compartilhamento de experiências e questões relevantes pelos canais de comunicação por voz e vídeo. Foi por esse caminho que a construção de um espaço potencializado por relações de afeto e de confiança foi se concretizando gradativamente com/entre as alunas, onde os relatos sensíveis e as demandas particulares e coletivas de mulheres em diferentes localizações sociais e regionais foram acolhidos e se encontraram nas vozes de outras mulheres, que por sua vez ecoavam suas experiências semelhantes. Isso nos sinaliza que, apesar dos obstáculos e afastamentos que a dinâmica das atividades remotas nos conduz, estabelecer um espaço de acolhimento foi tão ou mais fundamental do que reconhecer os melhores ou mais eficazes plataformas digitais e recursos tecnológicos disponíveis.

Outro espaço fundamental para o processo foi o "Grupo DELAS", criado a partir da plataforma do WhatsApp. Nele apostamos nas parcerias e nos diálogos para além da proposta central das interações nas aulas, entendendo as limitações que uma plataforma de mensagens simultâneas como essa pode apresentar. Sua principal função foi a de consolidar um canal prático de comunicação, permitindo um contato mais direto com as alunas, em complementação aos e-mails que eram disparados semanalmente com o conteúdo das aulas. Sua utilidade, no entanto, se estendeu também para a comunicação acerca dos nossos processos artísticos, assim como se tornou um canal de trocas e divulgação de eventos online e materiais relevantes produzidos pelas alunas e que, em sua maioria, dialogavam com os temas abordados nos encontros.

A manutenção do vínculo das alunas com a proposta foi outro desafio potencializado pelas condições decorrentes da pandemia por COVID-19 e das medidas de isolamento social. Com as mudanças abruptas na realidade das pessoas, as alunas estiveram em constante (re)adaptação, tendo em vista as transformações em suas demandas particulares. Esse aspecto impactou diretamente a taxa de frequência, ainda que não tenha sido negativamente expressivo considerando todas as implicações do contexto.

Do total de alunas matriculadas, três se afastaram do curso ao longo do processo, sinalizando dificuldades no acompanhamento de atividades remotas e/ou dificuldades devido a mudanças ocorridas em outros setores da vida pessoal e profissional. Ainda assim, as taxas de frequência das aulas se mantiveram acima de 60% de presença. Considerando as dificuldades relatadas por algumas das alunas em se organizarem na própria dinâmica pessoal e familiar, e reconhecendo as oscilações da presença como expressão desses dilemas enfrentados no cotidiano, o investimento na aproximação entre/com as alunas e as professoras convidadas e o desenho da proposta em diálogo com as demandas das alunas foram partes fundamentais do processo.

Não seríamos capazes de alcançar resultados tão significativos e de reconhecer a importância dessa experiência se não estivéssemos conectadas, em cada um dos debates, à máxima que é a base da frase sublinhada em uma das aulas por Rachel Barros: "Mulheres são como águas, crescem quando se encontram". É nesse mar de encontros de mulheres tão diversas que somos capazes de projetar como proposta de agenda comum o olhar para o fortalecimento das ações propositivas que partem dessas e de outras mulheres, reconhecendo as demandas que afetam as dinâmicas cotidianas.

Mulheres negras, lésbicas, faveladas, mães, trabalhadoras, transexuais, e muitas outras que compartilham essa caminhada, apenas se somam coletivamente quando seus corpos políticos são reconhecidos e respeitados integralmente, de modo que

as suas vivências contribuam para as lutas coletivas sob uma perspectiva interseccional, fortalecendo identidades coletivas sem abrir mão das suas próprias identidades. Raça, gênero, classe, sexualidade, território, tempos de vivência, todos esses são marcadores sociais da diferença fundamentais para compreender quais são as ondas que nos movimentam e como podemos nos somar na luta contra a violência de gênero ao promover esse mar de encontros.

Em diálogo com o debate central proposto pelo curso "DELAS" sobre o enfrentamento às violências de gênero e o acesso a potencialidades artísticas como forma de pautar a prevenção de violências e a redução da letalidade na agenda pública, fomos provocadas a refletir sobre o que nos afeta e a traçar os caminhos que a arte, enquanto ferramenta política, afetiva e de fortalecimento psíquico nos possibilita no movimento de também afetar o outro. O resultado desse processo, que para as "DELAS" não se encerra no fechamento deste ciclo, encontra-se organizado ao longo desta publicação.

> "Mulheres negras, lésbicas, faveladas, mães, trabalhadoras, transexuais, e muitas outras que compartilham essa caminhada, apenas se somam coletivamente quando seus corpos políticos são reconhecidos e respeitados integralmente"

MULHERES DIVERSAS

DIVERSOS SABERES, DIVERSAS VIVÊNCIAS

Ancestralidade
Produzido por Maria Santana
MARCA-PÁGINA

SEÇÃO 1 | DESIGUALDADES E O FAZER POLÍTICO DAS MULHERES

Adubar

obrigada
às que desabrocharam antes de nós
e fizeram de seu murchar
natural ou induzido
fertilizante para as nossas raízes
às que crescem ao longo das décadas
e nos dão sombra sob suas folhas
e abrigam as abelhas e os pássaros
que nos ajudam a visitar umas às outras
às que se juntaram
e dominaram o vento
coletaram o relento
e formaram os rios que nos regem
obrigada
àquelas que deixam que nós as toquemos
e que observam como se mantém
o ciclo de adubar
mente e coração

Adubar
Produzido por
Helena Araújo Frazon
POEMA DO LIVRO "JARDINS"

Somos luta, somos esperança: lições para enfrentar tempos difíceis

BRUNA CRISTINA JAQUETTO PEREIRA

Professora substituta da Universidade de Brasília. Doutora em Sociologia pela mesma instituição, com estágio doutoral na Universidade da Califórnia – Berkeley. Integrante do Instituto Afrolatinas. Especialista nas temáticas de gênero e raça. Autora dos livros "Tramas e dramas de gênero e de cor" (2016) e "Dengos e zangas das mulheres-moringa" (2020).

É inegável que o momento atual traz inúmeros desafios ao avanço da justiça social no Brasil e, sobretudo, ao combate às desigualdades de gênero e raça: a pandemia de COVID-19, o deterioramento da situação econômica, o aumento do conservadorismo e o autoritarismo crescente. Também é verdade que, ao longo da história nacional, a população negra em geral — e o grupo formado pelas mulheres negras em específico — ainda não teve a oportunidade de sair da condição de marginalidade econômica, política, social e cultural.

O Sistema Único de Saúde (SUS), as ações afirmativas para acesso ao ensino superior e o Programa Bolsa Família são exemplos de políticas públicas que contribuem para que os setores negros e mais pobres da população tenham um acesso mínimo a direitos — e são, nesse sentido, fundamentais. Contudo, nenhum governo, instituição ou política pública teve ainda o interesse ou a capacidade de transformar as estruturas de poder e reduzir, de forma significativa, sustentada e crescente, as desigualdades nas condições de vida, nos acessos a bens e nas oportunidades entre pessoas brancas e negras. Neste ano de 2020, a população negra continua muito mais exposta às altas taxas de homicídio (incluindo por violência policial), à inserção precária no mercado de trabalho (com salários mais baixos e maior precariedade), ao encarceramento, ao déficit de acesso à Previdência Social, ao baixo nível de escolaridade, à dificuldade de acesso a serviços de

saúde e à participação reduzida na política representativa que a população branca. E, o que talvez seja ainda mais desanimador, o atual contexto tende a acentuar todos os tipos de desigualdades, inclusive as de gênero e raça.

Em um cenário tão desolador, quando nos parece especialmente difícil confiar na possibilidade de construção de um futuro melhor e menos desigual, é importante lembrar que nós, mulheres negras, não andamos sós e, como parte de um grupo oprimido, somos também parte de um movimento de resistência; que somos herdeiras da tradição cultural e política de mulheres negras que se recusam a se dobrar e a se deixar vencer apesar de todas as enormes adversidades; que, com outras mulheres negras, temos ousado sonhar com uma sociedade mais justa e lutar para construí-la mesmo nos piores momentos — e sobretudo durante eles. Coletivamente, temos desafiado a invisibilidade a que estamos relegadas enquanto ativistas, políticas e intelectuais, assim como temos enfrentado a violência com a qual somos tratadas em nossas casas, nos espaços públicos e pelo próprio Estado — que deveria assegurar nossos direitos.

O momento me parece especialmente oportuno para retomar alguns dos passos decisivos e interligados de duas mulheres negras durante o século XX e neste século XXI, Laudelina de Campos Melo e Benedita da Silva. Meu intuito é recuperar a capacidade de subversão e os avanços promovidos por mulheres negras em diferentes tempos e áreas de atuação, tendo em vista um tema caro às mulheres negras brasileiras: o emprego doméstico. Tais conquistas ficam muitas vezes encobertas pelas ondas de notícias negativas que recebemos cotidianamente. Não quero, com isso, propor que ignoremos uma realidade sombria ou que a romantizemos, mas sim que busquemos a inspiração que pode nos nutrir para fazer frente a ela.

Laudelina nasceu em 1902, em Poços de Caldas (MG). Ela mesma empregada doméstica, transitou por movimentos negros — inclusive pela Frente Negra Brasileira — e de esquerda — tal qual o Partido Comunista Brasileiro –, e ousou desafiar os entendimentos clássicos sobre trabalho ao insistir na necessidade e na

> "É importante lembrar que nós, mulheres negras, não andamos sós e como parte de um grupo oprimido, somos também parte de um movimento de resistência"

viabilidade da organização política das trabalhadoras domésticas. Por ser realizado em ambiente privado, o trabalho doméstico muitas vezes é desvalorizado enquanto trabalho; por fugir da definição mais tradicional de trabalho, entendida como atividade desempenhada em espaços públicos que gera lucro, é visto como menos importante para a mobilização da classe trabalhadora por direitos. Além disso, a desvalorização da função está relacionada a quem a tem historicamente desempenhado no Brasil: mulheres e, sobretudo, mulheres negras (Paixão et al, 2011).

Em 2018, o grupo das trabalhadoras domésticas era composto por 3,9 milhões de mulheres negras, que correspondiam a 63% do total de pessoas empregadas no trabalho doméstico no Brasil. De fato, das mulheres negras ocupadas no mercado de trabalho naquele ano, 18,6% (quase um quinto) exerciam trabalho doméstico, contra 10% das mulheres brancas ocupadas. Além disso, as trabalhadoras negras recebiam naquele ano 84% do rendimento das empregadas domésticas brancas e apresentavam uma taxa de formalização menor — 27,5% para mulheres negras e 30,8% para brancas (Pinheiro et al, 2019). A concentração de mulheres negras em uma função precarizada, mal remunerada e em condições inferiores às encontradas para as mulheres brancas, além de profundamente articulada ao passado de escravidão africana e negra, constitui um fator importante de propagação e ampliação das desigualdades de gênero e raça no Brasil no presente, pois acentua a situação de pobreza e vulnerabilidade das mulheres negras (Engel; Pereira, 2015).

Foi para fazer frente ao trabalho doméstico como fator de marginalização e negação de direitos a mulheres negras que Laudelina fundou em 1936 a Associação Beneficente das Empregadas Domésticas de Santos (SP), a primeira do gênero no país. Seu pioneirismo deu-se ainda pela inserção do trabalho doméstico como tema prioritário para os movimentos negros brasileiros. Em sua atuação, Laudelina — que chegou a ser caracterizada pelos jornais como "o terror das patroas" — buscava atender aos interesses estratégicos da categoria profissional tendo em vista duas demandas principais: o reconhecimento do direito à sindicalização e a extensão dos direitos trabalhistas garantidos às outras categorias profissionais pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1941, também às trabalhadoras domésticas (Pinto, 2015).

Laudelina faleceu em 1991, portanto, após presenciar a conquista do direito à sindicalização, previsto pela Constituição Federal de 1988. Contudo, não teve a oportunidade de testemunhar outras importantes façanhas daquelas que seguiram no caminho que Laudelina trilhou: a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 478/2010, conhecida como PEC das Domésticas, pelo Congresso Nacional em 2013; a aprovação da Lei nº 150 pelo Congresso Nacional em 2015, que regulamentou

a tal emenda; ou a adesão do Brasil à Convenção 189 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 2017, que entrou em vigor em 31 de janeiro de 2019 e, finalmente, consolidou a extensão dos mesmos direitos garantidos aos celetistas às trabalhadoras domésticas (OIT, 2019).

O papel essencial e precursor de Laudelina na luta pelos direitos das trabalhadoras domésticas não deve ocultar o caráter fundamentalmente coletivo do combate às desigualdades de gênero, raça e classe no Brasil. Afinal, seus próprios esforços foram no sentido de mobilizar e garantir direitos à categoria enquanto tal. Devem também ser mencionados, nesse sentido, as ações quase invisíveis e cotidianas de resistência de milhões de trabalhadoras que não atuaram e não atuam de maneira formalmente organizada, e o papel das organizações de mulheres negras (tais como Criola) e também de outras organizações de trabalhadoras domésticas. Merece destaque a ação da mais importante organização brasileira de trabalhadoras domésticas na atualidade, a Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD), criada em 1997 (OIT, 2019).

Além da militância, a esfera do legislativo constitui outra arena em que são travadas as disputas quanto ao emprego doméstico. Nela, destaca-se a atuação continuada de Benedita da Silva, "a política que mais lutou pelo enquadramento da classe" (Pinto, 2015, p. 486). Nascida em 1942 no Rio de Janeiro, Benedita foi também ela trabalhadora doméstica antes de se lançar à carreira política, pela qual já exerceu mandatos como vereadora, deputada federal, governadora do estado do Rio de Janeiro e senadora, sempre pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Atualmente, ela é uma das 13 mulheres negras a exercer mandato como deputada federal, de um total de 513 representantes eleitos/as para o Congresso Nacional (Assis; Ferrari; Leão, 2018).

Benedita foi relatora tanto da PEC das Domésticas quanto do Projeto de Lei Complementar 302/2013, que regulamentou os direitos garantidos pela PEC 478/2010. Sua atuação dentro do Congresso Nacional, em aliança com a FENATRAD, foi fundamental para garantir o avanço e a aprovação das propostas que asseguraram direitos trabalhistas às empregadas domésticas. Em um cenário no qual a política representativa está fortemente marcada por desigualdades de gênero e raça, com sub-representação acentuada das mulheres negras, a parlamentar assegurou que a categoria fosse minimamente ouvida, por exemplo, ao promover sua participação nas diversas audiências públicas da Comissão Especial da Igualdade de Direitos Trabalhistas durante a tramitação da PEC 478/2010 (CONTRACTS, 2014). Ou seja, Benedita valeu-se de instrumentos da política formal para fazer frente à exclusão quase total das mulheres negras da política representativa, proporcionando uma abertura à participação de outras mulheres negras — ainda que de maneira pontual e referente a um tema específico.

As histórias de Laudelina e Benedita se cruzam não apenas no desempenho do emprego doméstico e na atuação pelos direitos das trabalhadoras domésticas, das mulheres e pessoas negras: em uma foto do VI Congresso Nacional das Trabalhadoras Domésticas, realizado em Campinas (SP) em 1989, elas aparecem lado a lado (Pinto, 2015, p. 486). Mas aqui me interessam menos eventuais afinidades pessoais entre elas e mais suas posições estruturais semelhantes e suas atuações políticas que, traçadas em arenas complementares, convergem quanto ao tema e aos objetivos. Somados, os percursos de Laudelina e Benedita atravessaram ditaduras e períodos de maior abertura política, recessão e relativa estabilidade econômica. Seus modos de agir seguiram as condições momentâneas com que se depararam, mas sem que perdessem de vista o compromisso de fazer avançar os direitos das mulheres negras brasileiras. Assumindo o papel de protagonistas, elas se apoiaram nas alianças, na solidariedade e na atuação conjunta para promover conquistas que contribuem para aprofundar a qualidade da democracia brasileira ao reconhecer direitos que as elites nacionais têm sido tão resistentes em estender a um de seus grupos mais marginalizados e explorados.

Laudelina e Benedita podem nos servir de exemplo não porque sejam heroínas. Pelo contrário: por serem figuras públicas com quem podemos e devemos concordar aqui e discordar ali é que elas nos servem como fonte de inspiração. A partir de suas histórias, lembremos que — em tempos mais ou menos difíceis, em meio às nossas inúmeras contradições e divergências, frente aos enormes obstáculos que as acentuadas desigualdades de gênero e raça nos impõem — nós, mulheres negras, temos nos recusado a sucumbir ao machismo e ao racismo que historicamente nos marginalizam e impedem a possibilidade de justiça social na sociedade brasileira. Lembremos, enfim, que nós, mulheres negras, somos luta, somos esperança!

"Nós, mulheres negras, temos nos recusado a sucumbir ao machismo e ao racismo que historicamente nos marginalizam e impedem a possibilidade de justiça social na sociedade brasileira"

REFERÊNCIAS

Assis, C. de; Ferrari, M.; Leão, N. Câmara dos Deputados terá menos homens brancos e mais mulheres brancas, negras e 1ª indígena em 2019. In: Gênero e número. Disponível em: <http://www.generonumero.media/camara-dos-deputados--tera-mais-mulheres-brancas-negras-e-indigena-e-menos-homens-brancos-em-2019/> Acesso em: 08/10/2018.

CONTRACTS (Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços). Benedita da Silva lutou junto conosco pelas trabalhadoras domésticas. 2014. Disponível em: <http://www.contracs.org.br/destaques/243/benedita-da-silva--lutou-junto-conosco-pelas-trabalhadoras-domesticas>. Acesso em: 02/10/2020

Engel, C. L.; Pereira, B. C. J. A organização social do trabalho doméstico e de cuidado: considerações sobre gênero e raça. In: Revista Punto Género, nº. 5, 2015, p. 4-24.

OIT (Organização Internacional do Trabalho). Fortalecendo os sindicatos de trabalhadoras domésticas. 2019.

Paixão, M. et al (Orgs.). Relatório anual das desigualdades raciais no Brasil; 2009-2010: Constituição cidadã, seguridade social e seus efeitos sobre as assimetrias de cor ou raça. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

Pinheiro, L. et al. Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD contínua. IPEA – Textos para Discussão, nº. 2528, 2019.

Pinto, E. A. Etnicidade, gênero e educação: a trajetória da vida de Laudelina de Campos Mello (1904-1991). São Paulo: Anita Garibaldi, 2015.

As ervas

enrolam-se nos tornozelos ao redor dos olhos,
tapam o sol,
sufocam;
com os espinhos tiram os espinhos
que nos protegem
e nos expõe nuas de força
aos predadores;
entremeiam-se nas raízes até que não sobre nada
"*quem sou nem de onde eu vim?*"
ninguém fica de pé sem passado
e elas garantem
que o futuro se esqueça do seu.
elas têm tantos jeitos
de transformar todas as flores
em violetas
tons de verde amarelo e roxo
colorem rosto
escondem corpo.
praga das quais nós mesmas temos que nos livrar:
não basta ser jardim,
é preciso ser jardineiro.

As ervas
Produzido por
Helena Araújo Frazon
POEMA DO LIVRO "JARDINS"

Gênero e raça: a vida de mulheres negras como categoria política e de luta

ANDREZA JORGE

Cria do Complexo da Maré. Doutoranda em Artes da Cena. Mestre em Relações Étnico-Raciais. Licenciada em Dança. Artista, ativista e tem como foco principal as relações encruzilhadas de gênero, raça e classe na vida das mulheres. Co-idealizadora do Coletivo Mulheres ao Vento.

> "Mulheres brancas têm um oscilante status, enquanto si mesmas e enquanto o "outro" do homem branco, pois são brancas, mas não homens; homens negros exercem a função de oponentes dos homens brancos, por serem possíveis competidores na conquista das mulheres brancas, pois são homens, mas não brancos; mulheres negras, entretanto, não são nem brancas, nem homens, exercem a função de 'outro' do outro." (Kilomba, 2010 p.124)

Nos dias atuais, possivelmente grande parte da população já ouviu falar sobre feminismo, pois se trata de uma palavra que — a partir dos avanços tecnológicos e da produção livre de conteúdos e formas de comunicação — se popularizou e viralizou em diferentes espaços da sociedade, ao ponto de para muitas mulheres tornar-se quase uma obrigação se posicionar e se nomear como feminista. Essa palavra tem estado cada vez mais popularizada entre a juventude, sendo possível observar em letras de música, nas mídias sociais e nos memes[1] da internet diversas referências a respeito da luta feminista.

1 Meme é um termo criado em 1976 por Richard Dawkins no seu *best-seller* "O gene egoísta": é, para a memória, o análogo do gene na genética, a sua unidade mínima. É considerado como uma unidade de informação que se multiplica de cérebro em cérebro ou entre locais onde a informação é armazenada (como livros). No que diz respeito à sua funcionalidade, o meme é considerado uma unidade de evolução cultural que pode de alguma forma auto propagar-se. Os memes podem ser ideias ou partes de ideias, línguas, sons, desenhos, capacidades, valores estéticos e morais, ou qualquer outra coisa que possa ser aprendida facilmente e transmitida como unidade autônoma. O estudo dos modelos evolutivos da transferência de informação é conhecido como 'memética'. Disponível em:<https://pt.wikipedia.org/wiki/Meme>. Acesso em: 06/10/2020.

O movimento feminista data, mais ou menos, o seu início na segunda metade do século XIX, a partir da organização das mulheres reivindicando o direito à igualdade, inspiradas em diversas lutas libertárias mundiais pela conquista da cidadania. Nos EUA, neste período, fomentou-se a organização de um movimento de mulheres burguesas e de classe média, o denominado sufragismo, que tinha objetivos diretamente ligados aos interesses dessas mulheres norte-americanas, brancas e de classe média que denunciavam a exclusão da esfera pública, em 1840, tendo como marca principal a realização da primeira convenção sobre direitos das mulheres, em Seneca Falls, em 1848.

O feminismo, de acordo com Ávila (2000), é entendido como uma prática política e um pensamento crítico: é um movimento que tem como perspectiva a transformação das relações de gênero e cujo foco de atuação é a luta por liberdade e igualdade para as mulheres. Por isso, se torna uma sistematizada e recorrente denúncia do privilégio do "ser homem", de toda experiência masculina ao longo da história sobre o "ser mulher", e de toda experiência feminina negligenciada e invisibilizada nesse processo.

No Brasil, pode-se afirmar que o feminismo teve seu início por volta de 1910, na fundação do Partido Republicano Feminino pela professora Deolinda Daltro. Um dos objetivos era reacender a discussão sobre o voto da mulher no Congresso Nacional e a luta contra a dominação masculina, além da busca por igualdade de direitos entre homens e mulheres, para trabalhar e exercer sua cidadania. No entanto, a luta feminista, no contexto de países colonizados, possibilita diferentes leituras, como Carneiro (2003) nos revela:

> Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando? Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem, a serviço de frágeis sinhazinhas e de senhores de engenho tarados. (Carneiro, 2003, p.2).

A partir da reflexão de Sueli Carneiro, é possível perceber que a luta feminista — dentro de um contexto de colonização, processos diaspóricos e escravização — nos põe diante do debate acerca de raça e construções de identidades para discutir e ampliar os conceitos e significados em torno do gênero como categoria analítica,

trazendo reflexões sobre as discussões superficiais de desconstrução dos binarismos em torno da oposição homem-mulher. Tal reflexão traz à cena outras discussões que propiciam a ampliação das percepções acerca das identidades socialmente construídas.

É importante ressaltar que, ao utilizar o conceito de raça, me refiro à necessidade de problematizar a forma como as pessoas são socialmente racializadas nas suas práticas sociais cotidianas, afirmando que o conceito de raça, tal qual empregado hoje, nada tem de biológico. É um conceito carregado de ideologia, pois como toda ideologia ele esconde algo não proclamado: a relação de poder e dominação. (Munanga, 2006, p.27).

Ao utilizar o conceito de identidade, trago o pensamento de Stuart Hall, ao compreender a identidade como um lugar que se assume em uma costura de posição e contexto e não uma essência ou substância a ser examinada (Hall, 2009, p.15).

Com isso, percebe-se que o contexto social e histórico propicia a criação de identidades culturais dos indivíduos e molda a forma como são vistos e inseridos socialmente no mundo. E, a partir da análise de Sueli Carneiro, é possível pensar uma identidade de mulher negra constituída como sujeito histórico e político.

POR QUE PENSAR EM ESPECIFICIDADES NA LUTA?

Ao analisar os lugares sociais que as mulheres ocupam na sociedade e perceber a diferença entre os papéis sociais de mulheres brancas e mulheres negras, nos mais diferentes setores da sociedade e principalmente dentro dos papéis de produção dentro dessa sociedade encontramos elementos importantes para responder a esta pergunta.

As maiores 'porta-vozes' do pensamento feminista são mulheres brancas, de classe alta, pequenos grupos de burguesia que controlam os meios de produção e estão reivindicando a partir das suas demandas. Mas e as mulheres pobres, faveladas, periféricas, de baixa escolarização, de países ditos subdesenvolvidos?

Quem é que fala sobre as demandas dessas mulheres, sobre a vivência dessas mulheres? E em quais espaços estão sendo faladas essas reivindicações? Será que são as mesmas reivindicações? Será que essas demandas ocupam os mesmos espaços de reivindicação na sociedade?

Sei bem que as reivindicações não são as mesmas, tampouco os espaços em que essas reivindicações são feitas — principalmente para as mulheres que estão diariamente tendo que dar conta das próprias mazelas, produzidas pelo sistema de classe que segrega e põe a todo momento a mulher negra e pobre no lugar que, durante séculos, tem sido naturalizado como seu lugar, um lugar de subalternidade, de inferioridade.

Se para as mulheres brancas de classes alta e média que se afirmam como feministas a luta por ocupação em espaços de poder no trabalho é uma pauta de luta natural e imprescindível, para as mulheres negras e pobres que são maioria nos empregos subalternizados a pauta ainda gira em torno de ter condições mínimas para garantia de direitos trabalhistas, no que concerne ao cumprimento do horário máximo de trabalho e ao valor mínimo pago, regulamentação de direitos básicos para subsistência. E ainda ressignificar os olhares e discursos prontos sobre as profissões de doméstica, babá e faxineira, nas quais a maioria das mulheres negras está trabalhando, apresentando um retrato cruel dos resquícios do período escravocrata brasileiro e um exemplo do racismo estrutural e cotidiano.

Algumas feministas consideram que os feminismos negros se diferem a partir da diferença do método, ao pressupor que partem de uma realidade diferente do feminismo dito hegemônico e, por isso, precisam de uma estratégia diferente para entender essas realidades pautadas nas reivindicações das mulheres negras, das mulheres pobres, periféricas e faveladas. Os feminismos negros partem desse lugar de subalternidade no qual a mulher negra foi inserida. O lugar das experiências é marcado pelo trabalho, pelo racismo, e pelos resquícios dos processos de escravidão que ainda hoje estão muito latentes.

Um outro exemplo que marca a importância das especificidades das lutas feministas hegemônicas diz respeito a uma das bandeiras mais importantes do movimento feminista no Brasil, que está ligada ao corpo da mulher: a campanha "Meu corpo, minhas regras", com apelos extremamente importantes e relevantes na cultura machista moldada pelo patriarcado. No entanto, o processo de construção de identidade do corpo negro no Brasil tem outros marcadores, são processos contínuos de objetificação e desumanização, baseados nos fenótipos deste corpo negro. Tais processos nos obrigam a ter uma luta muito anterior à reivindicação do "meu corpo, minhas regras".

"Para as mulheres negras e pobres que ainda são maioria nos empregos subalternizados a pauta ainda gira em torno de ter condições mínimas para garantia de direitos trabalhistas"

Nós, as mulheres negras, ainda estamos literalmente lutando pela nossa humanidade, pela nossa vida e pela nossa sobrevivência diária contra o extermínio da população negra, pobre e favelada. Por isso, é importante fazer sempre o exercício de pensar em campanhas que almejam ser essencialistas, tratar a luta das mulheres como algo unificado e sem especificidades — como nesse slogan "meu corpo, minhas regras", um grande slogan para a luta das mulheres sobre o controle e a autonomia dos seus próprios corpos —, e entender que isso é legítimo e necessário. Porém, no mesmo contexto em que esse slogan se faz necessário, ainda temos helicópteros blindados que disparam tiros de fuzil em plena luz do dia sobre corpos de pessoas que moram em favelas. Corpos de crianças, mulheres, homens, idosos; corpos que cotidianamente se veem marcados pelo medo e pelo não entender dessas 'regras' impostas legalmente pelo Estado sobre seus corpos.

É preciso ter estratégias específicas para enfrentar essa situação (as teorias e práticas sobre os feminismos negros são estratégias de enfrentamento fundamentais) e entender que as lutas que as feministas do século passado travaram para melhoria de condições de vida, igualdade de oportunidades, e direito sobre o próprio corpo ainda são lutas que as mulheres negras e faveladas precisam enfrentam diariamente. A intelectual negra Patricia Hill Collins traz a importância de as análises serem centradas na mulher negra:

> A insistência de mulheres negras auto definirem-se, auto avaliarem- se e a necessidade de uma análise centrada na mulher negra é significativa por duas razões: em primeiro lugar, definir e valorizar a consciência do próprio ponto de vista auto definido frente a imagens que promovem uma auto definição sob a forma de "outro" objetificado é uma forma importante de se resistir à desumanização essencial aos sistemas de dominação. (Collins, 2016, p.105).

Corroborando com Collins, há uma urgência de resistir à desumanização essencial aos sistemas de dominação. Mulheres negras precisam e devem ter acesso a novos referenciais para se auto definirem, para arrancar essa imagem de subalternidade construída de forma estrutural na sociedade. Por isso, visibilizar os processos de resistência e luta histórica repleta de inventividade e visceralidade das mulheres negras é pensar em pluralidade, e falar a respeito de feminismo negro é entender a importância de afirmar essa luta a partir de um lugar diverso. Nesse sentido, o uso político da palavra feminismos, no plural. Com isso celebro as variadas formas de ser mulher negra, que estão diretamente implicadas na forma como a sociedade e a cultura contribuem na formação dessas identidades, ou seja, estão diretamente ligadas

às experiências das mulheres negras na produção e na validação dos seus conhecimentos a partir das suas múltiplas vivências.

Podemos pensar sobre feminismos negros, em um contexto brasileiro, a partir da experiência de luta dos movimentos sociais e políticos de mulheres brasileiras que, ao se organizarem e legitimarem seus conhecimentos e produções como forma de enfrentamento às opressões vividas, incidem diretamente nas políticas públicas de sua região e não somente nos espaços acadêmicos, como Lélia González pontua no seu texto "Por um feminismo afrolatinoamericano" (1988):

> Para nós, amefricanas do Brasil e de outros países da região — assim como para as ameríndias — a conscientização da opressão ocorre, antes de qualquer coisa, pelo racial. Exploração de classe e discriminação racial constituem os elementos básicos da luta comum de homens e mulheres pertencentes a uma etnia subordinada. A experiência histórica da escravização negra, por exemplo, foi terrível e sofridamente vivida por homens e mulheres, fossem crianças, adultos ou velhos. E foi dentro da comunidade escravizada que se desenvolveram formas político-culturais de resistência que hoje nos permitem continuar uma luta plurissecular de liberação. A mesma reflexão é válida para as comunidades indígenas. Por isso, nossa presença nos ME (Movimentos Étnicos) é bastante visível; aí nós amefricanas e ameríndias temos participação ativa e em muitos casos somos protagonistas (Gonzalez, 1988, p. 137).

Nesse sentido, a autora salienta a contribuição que as mulheres negras e indígenas, amefricanas e ameríndias, como ela mesma diz, trazem para os movimentos sociais. No entanto, ainda nesses espaços, as mulheres racializadas não encontram um espaço para serem vistas e ouvidas. Ela continua o texto falando sobre esse silenciamento das mulheres negras e indígenas:

> (...) É exatamente essa participação que nos leva à consciência da discriminação sexual. Nossos companheiros de movimentos reproduzem as práticas sexistas do patriarcado dominante e tratam de excluir-nos dos espaços de decisão do movimento. E é justamente por essa razão que buscamos o MM (Movimento de Mulheres), a teoria e a prática feministas, acreditando aí encontrar uma solidariedade tão importante como a racial: a irmandade. Mas o que efetivamente encontramos são as práticas de exclusão e dominação racistas (...). Somos invisíveis nas três vertentes do MM; inclusive naquela em que a nossa presença é maior, somos descoloridas ou desracializadas, e colocadas na categoria popular (os poucos textos que incluem a dimensão racial só confirmam a regra geral). (Gonzalez, 1988, p.137-138).

A partir das reflexões de Lélia Gonzalez, temos um cenário propício para imaginar a força dos feminismos negros dentro de uma construção de sociedade plural. A luta feminista negra brasileira ganha força nesse cenário dos movimentos sociais, nos

anos 1980. No Brasil, a luta das mulheres negras se consolida a partir do reconhecimento das suas especificidades e da necessidade de um acolhimento e de um enfrentamento direcionados para pontuar essas pautas e garantir as agendas das mulheres negras brasileiras.

Autoras como Lélia Gonzalez, Beatriz do Nascimento, Luiza Bairros e Sueli Carneiro produziram muito sobre as especificidades da pauta racial no contexto brasileiro, principalmente em relação às mulheres. As produções giram em torno das práticas racistas, naturalizadas na sociedade, que tiveram a escravidão como atividade primordial para o desenvolvimento nacional durante quatro séculos. Os valores sociais construídos diante da monstruosidade que foi o processo escravocrata no Brasil perduraram e ainda perduram por todos os segmentos da sociedade brasileira, criando raízes profundas de sofrimento, invisibilidade e silenciamento.

A autora Lélia Gonzalez pontuou diversas vezes em seus textos e discursos a necessidade de se pensar o racismo e o sexismo especificamente sobre a cultura brasileira, trazendo a imagem da criação de arquétipos atribuídos a essas mulheres e seus reflexos dentro da construção social.

Unindo-se a todos os pensamentos e às pautas levantadas pelos feminismos negros, o movimento no Brasil também se fixa na necessidade de visibilizar as mulheres que construíram a história, com suas lutas e insurgências que sempre foram invisibilizadas e silenciadas pelo colonialismo e pela reprodução dos saberes hegemônicos.

É de responsabilidade das feministas negras enaltecer que, desde o período da escravidão — não só no Brasil, como em outros países em que houve escravidão negra —, as mulheres negras sempre tiveram ações de resistência e insurgência contra o patriarcado e contra o racismo, agindo de forma estratégica e organizada para alcançar seus objetivos. Por exemplo, as que eram empreendedoras,

> "Desde o período da escravidão, as mulheres negras sempre tiveram ações de resistência e insurgência contra o patriarcado e contra o racismo, agindo de forma estratégica e organizada para alcançar seus objetivos"

artistas, ou quituteiras e utilizavam o dinheiro ganho para comprar a alforria de pessoas negras escravizadas, como Tia Ciata, Luíza Mahin e tantas outras mulheres negras. Já outras estavam à frente das irmandades negras. Havia também mulheres negras que praticavam abortos como forma de luta e resistência para que seus filhos não nascessem escravizados; as que contribuíram para a organização de levantes contra a escravidão; e também em liderança dos quilombos. Ou seja, as mulheres negras já há muito tempo desempenham um papel importante na luta e na sobrevivência do povo negro.

As mulheres negras se fortalecem à medida que se encontram nesses espaços seguros. São nesses espaços que elas estão também produzindo conhecimento, saberes e uma forma de resistência e luta que nunca foi visibilizada e reconhecida pela colonialidade, pela hegemonia. No entanto, é inegável a participação na construção da sociedade, das mulheres negras dos terreiros de religiões de matriz africana e indígena, por exemplo, com sua atuação como lideranças que constroem culturalmente o país.

Por isso, falar de feminismos negros é sempre pontuar a importância dessas narrativas, dessas histórias e desses conhecimentos. É, sobretudo, afirmar a apropriação de um termo outrora criado dentro do 'eurocentrismo' e da hegemonia para falar sobre as mulheres a partir de uma perspectiva global, ou seja, utilizar o termo feminismo e ressignificá-lo, transformando-o em feminismos. Isso é disputar politicamente conceitos canonicamente estabelecidos e possibilitar significados plurais e que contemplem a luta de mulheres plurais.

REFERÊNCIAS

Ávila, M. B. Feminismo e Sujeito Político. In: Revista Proposta. Rio de Janeiro: Fase, nº 84/85, mar/ago 2000, p. 6-11.

Carneiro, S. Enegrecer o feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: Ashoka Empreendimentos Sociais & Takano Cidadania (Orgs.). Racismos contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003.

Collins, P. H. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. Revista Sociedade e Estado, v. 31, nº. 1, jan/abr 2016.

Gonzalez, L. Por um feminismo afrolatinoamericano. Revista Isis Internacional. Santiago, v. 9, 1988, p. 133-141.

Hall, S. Da diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

Kilomba, G. The Mask. In: Kilomba, G. *Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism*. Münster: Unrast Verlag, 2ª. Edição, 2010.

Munanga, K. A construção da identidade negra: Diversidade de contextos e problemas ideológicos. In: Religião, políticas e identidade. Cadernos PUC, nº. 34. São Paulo: EDUC, 1988.

Corporeidade feminina dissidente na resistência

Produzido por Maria Santana

PINTURA

Oxigeração política

O espaço das palavras
aqui diz-postas
seguem para além
dos limites impostos
do escrito texto
e dos fins ou termos

A proposta
é abrir da forma
fissurar a corda
para uma matriz transposta
que reflita nosso deslocar
nosso deslocamento(e) e
descolamento(e)
Por mulheres negras um pôr
E expor:

Nem alheias e nem aliadas
mesmo com saberes apropriados
mesmo com vozes embargadas
mesmo com ações interditadas
mesmo com terras arrasadas
mesmo com vidas expropriadas
Nem pactuadas com quem nos mata

O pacto branco colonial
cimentado no racismo e na violência
que planeja e planejou
foi ele quem alicerçou
o privilégio pela liga da
desigualdade+ódio
e o controle pela massa
opressão+exploração
É estrutura
dura
de durAção do racismo patriarcal
de colonização e escravidão
inconclusas
do capitalismo racial

LIA MARIA MANSO SIQUEIRA

Coordenadora de Projetos de Criola. Advogada. Mestra em Direitos Humanos e Inovações pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Desenvolve projetos de formação, mobilização e *advocacy* em torno de temas desenvolvidos por Criola; bem como orientação jurídica para mulheres que tiveram os seus direitos violados. Membra fundadora do coletivo PretAção. Foi responsável suplente pelo Grupo de Trabalhos Nacional de Mulheres do Movimento Negro Unificado. Foi membro do Núcleo de Assessoria Jurídica Popular Gabriel Pimenta (NAJUP-GP) como advogada popular.

Mulheres negras nunca à margem, nunca alheias
jamais exclusas
No centro inclusas
Margem é ficção racista
Fixação de branco
para melhor e em silêncio explorar

O cimento colonial que nos integrou
no desigual
Nos entregou às mãos brancas
As mesmas mãos de controle
de senhores e sinhás
que tentaram nos sufocar
ora para o estupro
ora para o trabalho forçado
ora contra os nossos saberes

Através de nossa resistência coletiva
Pelo status e pelo Estado
designadas como inimigas
Sobrevivemos
de lalodês e negras feministas
insubordinadas e insubmissas
Construímos resistência
força política
e projetos de vida coletiva

O sistema não suavizou
Por isto mesmo marchamos — em 2015 e desde sempre
Exigimos Bem Viver e Justiça:
Social, Racial e Reprodutiva
Combatemos a objetificação e a mercantilização:
de todas as formas de vida
dos vários sentidos de existir

Somos mulheres negras Amefricanas
Em força disjuntiva frente
à colonização
Buscamos descolonizar
em forma de expressão e expansão
Negras mulheres em força ampliativa
e coletiva
que:

Desobedece e desconstrói
Movimenta e (re)ensina
Mulheres negras disruptivas

Em muitas nós
em nossos ensinamentos e legados
somos no tempo e espaço — mulheres de nossos tempos
de todos os tempos
e também do fim do mundo
deste mundo limitado a uma
imaginação branca
que saturou
Seguimos pelas nossas utopias
e imaginação política

Encontramos em nós
e entre as nossas
Muitas
em primeira pessoa do Plural
Mulheres negras multidiversas e pluriversas
Frutíferas Terra(s) de Sentidos

Giramos coletivamente
em recuperação de memória e legado
Ruptura em forma de cura
Sutura em nossas costuras negras
dos ferimentos da colonização

Seguimos
em movimento de sociosíntese
para além da dor:
lágrimas de água
boca e mente de luz
corpo de movimento
produzindo energia
Oxigênio

SEÇÃO 2 | VIOLAÇÃO DE DIREITOS E PRÁTICAS DE ENFRENTAMENTO ÀS VIOLÊNCIAS

Produzido por Lorena Nazar
PINTURA

Múltiplas expressões da violência contra as mulheres

RAQUEL WILLADINO

Diretora do Observatório de Favelas e coordenadora geral do Programa de Direito à Vida e Segurança Pública da instituição. Doutora em Psicologia Social pela Faculdade de Ciências Políticas e Sociologia da Universidade Complutense de Madrid (UCM), Espanha. Graduada em Psicologia pela Universidade de Brasília (UnB). Desenvolve pesquisas, metodologias de intervenção e incidência centradas nos temas de violência urbana, segurança pública, periferias e direitos humanos na América Latina.

ALINE MAIA NASCIMENTO

Coordenadora Executiva do Programa de Direito à Vida e Segurança Pública do Observatório de Favelas. Doutoranda em Antropologia pelo Museu Nacional/UFRJ. Mestre em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Socióloga pela Universidade de Brasília (UnB).

A lógica do patriarcado configura as relações de gênero como relações de poder que incidem tanto de forma concreta quanto de forma subjetiva na vida cotidiana de mulheres e homens, violando não somente direitos de mulheres, como também rejeitando todas as expressões de gênero dissidentes.

No caso brasileiro, pode-se dizer que não apenas o patriarcado, como também o racismo, se entrecruzam na propagação de estereótipos estigmatizantes sobre as mulheres, em especial as negras (Carneiro, 2003; Collins, 2016). Estes estigmas têm efeitos nas interações cotidianas destas mulheres e produzem violências nos diversos domínios da vida social: estrutural, disciplinar, hegemônico e interpessoal (Collins, 1990). Como nos alerta Mendonza (2010), as sociedades construídas sob o crivo do poder colonizador tiveram os corpos de suas populações não só genderizados como também racializados. O que significa dizer que as relações de raça, gênero e sexualidade foram impostas de acordo com códigos e princípios discriminatórios ocidentais, forjados no próprio movimento de construção do processo colonizador. Como resultado, as mulheres cisgênero e brancas se tornam o referencial do que se entende por “ser mulher”.

Os efeitos de tal violência colonial ainda continuam a se reproduzir no mundo contemporâneo em forma de desigualdades sociais implacáveis, muitas vezes resultando em morte, para aquelas consideradas desviantes: mulheres negras, travestis ou transexuais. Assim, em

NATALIA CONCEIÇÃO VIANA

Pesquisadora do Programa de Direito à Vida e Segurança Pública do Observatório de Favelas. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGECC-UERJ). Graduada em Pedagogia pela mesma instituição. Pesquisadora colaboradora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB/UERJ). Integrante do Grupo de Pesquisa "Elekô: histórias, culturas e experiências formativas" da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

THAIS GOMES

Pesquisadora do Programa de Direito à Vida e Segurança Pública do Observatório de Favelas. Mestranda do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Especialista em Movimentos Sociais pelo Núcleo de Estudos em Políticas Públicas em Direitos Humanos – NEPP-DH/UFRJ. Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). É de Belford Roxo – Baixada.

uma sociedade capitalista, multirracial e tão socialmente desigual, como é o caso da sociedade brasileira, entendemos que os marcadores sociais da diferença confluem na conformação do fenômeno da violência de gênero.

O presente artigo se propõe a analisar a violência letal e não letal contra mulheres (cis e trans) a partir do conceito de interseccionalidade — um instrumental de análise desenvolvido por Kimberlé Crenshaw no fim da década de 1980, com o objetivo de indicar que uma pessoa pode experienciar um número diversificado de opressões, a depender do entrecruzamento dos marcadores sociais que configuram sua identidade.

Nessa perspectiva, o texto está divido em três momentos. Inicialmente, resgatamos breves apontamentos acerca da perspectiva interseccional. Em seguida, traçaremos um panorama da violência contra mulheres a partir de uma análise de dados sobre letalidade feminina e outras formas de violência não letal. Por fim, analisaremos como diferentes expressões da violência contra mulheres se materializam no cotidiano de corpos e territórios periféricos através dos diálogos tecidos com as alunas no curso "DELAS: Direitos, Política e Arte".

A IMPORTÂNCIA DA INTERSECCIONALIDADE COMO INSTRUMENTAL DE ANÁLISE ACERCA DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHER

> "O fenômeno da violência contra a mulher não é exclusivamente uma questão de gênero, outros marcadores sociais estão imbricados neste problema". [**ALINE MAIA**, CURSO "DELAS"]

Relações desiguais de gênero são intrinsecamente marcadas por práticas e valores que configuram o sistema do patriarcado. Portanto, toda violência contra mulheres (cis e trans) é decorrente de relações de poder que incidem na subjugação de mulheres e das expressões de gênero dissidentes.

Sendo gênero tanto uma categoria de análise quanto "uma das formas que relações de opressão assumem numa sociedade capitalista, racista e colonialista" (Azeredo, 1994, p. 207), o reconhecimento das implicações dos conjuntos de atributos e características que delimitam os papéis de gênero é fundamental quando nos inserimos no debate sobre o fenômeno da violência contra a mulher. Tanto para situar as especificidades presentes na leitura dos dados produzidos sob este fenômeno quanto para o enfrentamento das disparidades no acesso a direitos e serviços que são estratégicos para a proteção e a preservação dessas vidas.

O investimento nesse reconhecimento se complexifica quando consideramos as características que conformam o cenário brasileiro, como as disparidades territoriais, a população de caráter multiétnico-racial e as desigualdades socioeconômicas sob a matriz do sistema capitalista. Nesse sentido, a análise de indicadores relacionados a estas dimensões, bem como a identificação de lacunas ainda existentes neste campo, nos oferece um panorama sobre o modo como a violência de gênero se manifesta no território nacional. Nesta perspectiva, cabe a nós aprofundar nestes dados o que Akotirene (2019) nos sinaliza quando afirma que "as inequidades de gênero nunca atingiram mulheres em intensidades e frequências análogas".

Isso significa afirmar que são múltiplos os marcadores sociais da diferença (raça, gênero, sexualidade, classe e territorialidade), que, ao confluírem, estruturam a posição social de indivíduos e grupos tanto no que se refere aos seus privilégios quanto às desvantagens sociais, como propõem os estudos da interseccionalidade.

Este conceito, que se origina do esforço intelectual de mulheres negras comprometidas com análises que incorporam as vivências de grupos marginalizados, é compreendido como uma das ferramentas teóricas de análise que nos permitem desvelar as violências sistemáticas experienciadas por pessoas situadas socialmente entre dois ou mais eixos de subordinação, buscando capturar as consequências estruturais e dinâmicas desta interação.

> (A interseccionalidade) trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (Crenshaw, 2002, p. 177).

A interseccionalidade nos oferece, portanto, ferramentas para compreender alguns dos contornos fundamentais na investigação dos cenários que conformam a (re)produção de múltiplas expressões de violência contra as mulheres. Assim como nos oferece perspectivas mais amplas na construção de estratégias formuladas para o enfrentamento de cada um desses cenários, visto a capacidade dos sistemas de opressão de moldar as experiências a partir das diferentes posições assumidas por mulheres nessa sociedade.

Quando tratamos sobre o modo como as violências de gênero operam sobre a vivência dessas mulheres, produzir análises desse fenômeno sob a perspectiva interseccional nos permite dar um passo adiante e questionar sobre quem estamos falando quando nos referimos à categoria mulher, reconhecendo os marcadores sociais da diferença que configuram e atualizam experiências de gênero dissidentes. Discutindo sobre a forma como fomos condicionados "a ver as diferenças humanas como oposições simplistas" e o seu efeito na rejeição institucionalizada da diferença, Audre Lorde (2019) destaca:

> Certamente existem diferenças muito reais entre nós, com relação a raça, idade e sexo. No entanto, não são essas diferenças que estão nos separando. É, antes, nossa recusa em reconhecê-las e analisar as distorções que resultam de as confundirmos e os efeitos dessas distorções sobre comportamento e expectativas humanas. (...) **É, para cada uma de nós, a empreitada de uma vida inteira extrair essas distorções da nossa existência ao mesmo tempo que reconhecemos, reivindicamos e definimos as diferenças sobre quais elas são impostas** (Lorde, 2019, p. 142-143, grifo nosso).

Nessa empreitada, empregar a ótica da interseccionalidade é premente para a recusa da universalização das experiências, que, como afirma Lorde (2019, p. 143), nos inviabiliza de enxergar "outras distorções que envolvem a diferença, as quais nós mesmas podemos estar reproduzindo", como no caso do reconhecimento das opressões de gênero vivenciadas por mulheres, ao mesmo passo que são suprimidas as diferenças de raça, classe, sexualidade e outras identidades. Negar que as experiências de mulheres brancas cisgênero sejam adotadas como parâmetro universal para a interpretação da categoria mulher amplia os horizontes sobre as clivagens identitárias que são omitidas nas análises teóricas e, até mesmo, no ciclo das políticas públicas.

A perspectiva interseccional, no entanto, não se limita ao acúmulo de múltiplas identidades quanto a sua aplicabilidade. Ela, na verdade, nos concede a oportunidade de enxergar as camadas de vulnerabilidade que fragilizam o acesso de grupos e indivíduos a direitos fundamentais capazes de potencializar a criação de condições favoráveis de existência. Como situa Akotirene (2019), a sensibilidade analítica interseccional

> elucida as articulações das estruturas modernas coloniais que tomam a identidade vulnerável, **investigando contextos de colisões e fluxos entre estruturas, frequência e tipos de discriminações interseccionais** (Akotirene, 2019, p. 59, grifo nosso).

Enquanto "lente analítica sobre as interações em seus efeitos políticos e legais" (2019, p. 63), a ferramenta da interseccionalidade nos distancia da disputa esvaziada e reducionista de "quem sofre mais", e nos possibilita que os "contextos de colisões" sejam investigados. E é sobre alguns destes contextos de colisões no panorama das violências contra as mulheres que iremos discutir a seguir.

PANORAMA DAS VIOLÊNCIAS CONTRA MULHERES EM DADOS

De acordo com o Atlas da Violência 2020, a cada duas horas uma mulher teve sua vida interrompida de forma violenta no Brasil no ano de 2018, o que corresponde a 4.519 mulheres assassinadas. A desigualdade racial se expressa de forma muito contundente na letalidade feminina: 68% das mulheres assassinadas no país em 2018 eram negras. Os dados também revelam que essa desigualdade tem se intensificado na última década: enquanto a taxa de homicídios de mulheres não negras caiu 11,7%, a taxa de mortes violentas de mulheres negras aumentou 12,4% entre os anos de 2008 e 2018 (Cerqueira; Bueno, 2020).

A gravidade do cenário se intensifica quando agregamos a estes dados as mortes violentas de transexuais e travestis. Dossiê realizado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) e pelo Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE)[1]aponta que, no ano de 2018, foram mapeados 163 assassinatos de pessoas trans, sendo 158 travestis e mulheres transexuais, quatro homens trans e uma pessoa não-binária. Em relação ao perfil das vítimas, 82% eram negras e 60,5% eram jovens com idade entre 17 e 29 anos. Ódio e intolerância à diversidade sexual e a expressões de gênero dissidentes são fatores que motivam o alto número de homicídios e de práticas de violência contra pessoas LGBTI+ no Brasil (Benevides; Nogueira, 2019). Os dados acima também indicam a articulação entre racismo, sexismo e LGBTIfobia na produção da violência letal no país.

1 O Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018, realizado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) e pelo Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE), sistematiza informações obtidas por meio do monitoramento diário de notícias veiculadas na mídia tradicional e na internet e de casos encaminhados diretamente a organizações LGBTI+.

No estado do Rio de Janeiro, os indicadores sobre violência contra mulheres permitem traçar um panorama sobre marcadores sociais da diferença associados a dinâmicas de violência letal e não letal.

Reconhecendo que as formas de agressão sofridas por mulheres são múltiplas, complexas, e não ocorrem isoladas umas das outras, o Dossiê Mulher 2020, produzido pelo Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro (ISP-RJ), analisa dados provenientes de registros em delegacias de acordo com as formas de violência descritas na Lei Maria da Penha: Violência Física, Violência Moral, Violência Sexual, Violência Psicológica e Violência Patrimonial. Dentre as formas de violência relacionadas ao contexto doméstico e familiar, destacam-se registros de violência física (33%), violência psicológica (32,3%) e violência moral (24,8%).

Segundo o Dossiê Mulher do ISP, no ano de 2019 houve registros de 128.322 mulheres vítimas de violência no âmbito doméstico e familiar no estado do Rio de Janeiro, um aumento de 6% em relação ao ano anterior. Dentre os casos de violência não letal, as maiores incidências foram de registros de lesão corporal dolosa (41.366), ameaças (41.048), injúria (26.402) e estupro (4.687).

No que se refere à violência letal, 223 mulheres foram vítimas de homicídio doloso no estado, dos quais 85 casos foram tipificados como feminicídio. Além disso, 374 mulheres reportaram tentativa de homicídio, dos quais 334 registros foram qualificados como tentativa de feminicídio (Mendes et al , 2020).

Estas mortes, com frequência, têm por característica uma continuidade de experiências de violência que acompanham a vida de mulheres cotidianamente e cujo desfecho mais extremo é a letalidade (Kelly, 1988 apud Montaño, 2011, p. 96). Portanto, é possível dizer que muitas vezes essas mortes congregam em si outras violências que as antecedem, como lesão corporal dolosa, estupro, ameaça, calúnia/injúria/difamação, constrangimento ilegal, assédio sexual, violência sexual e violência psicológica, entre outros tipos que limitam o desenvolvimento sadio e o exercício de direitos de mulheres e meninas.

Ainda segundo o Dossiê Mulher 2020, a violência contra mulheres no Rio de Janeiro ocorre prioritariamente no contexto doméstico: 59,3% dos casos registrados em 2019 ocorreram na residência das vítimas e 18,6% em via pública. Outra característica relevante é que 75,2% dos agressores eram pessoas conhecidas, sendo 47,2% companheiros ou ex-companheiros.

Em relação ao perfil das vítimas, as mulheres negras são as principais vítimas dos casos de lesão corporal dolosa, estupro, violência psicológica e dos crimes contra a vida. Assim como no âmbito nacional, a desigualdade racial também é marcante quando se

trata de letalidade feminina no Rio de Janeiro. A cada dez vítimas de feminicídio quase sete eram negras. Mulheres negras também foram as principais vítimas dos homicídios dolosos (62,8%) e das tentativas de homicídio (62,9%) (Mendes et al, 2020).

Além de um olhar atento para a questão dos feminicídios, é importante ressaltar que num contexto de aprofundamento da militarização da política de segurança pública, os impactos de outras dinâmicas de violência armada e letal também recaem de forma muito significativa na vida das mulheres negras e periféricas. Como é possível constatar nas diversas regiões do país, são elas que protagonizam as redes e movimentos de familiares de vítimas da violência do Estado, travando lutas por justiça, memória, verdade e reparação.

Nesse sentido, apesar da prevalência de registros de casos de violência doméstica, as dinâmicas de violência que atingem as mulheres são múltiplas e não se limitam ao ambiente doméstico. Elas também se manifestam no espaço público e nas instituições. Nesses contextos, os casos de violência alcançam níveis maiores de violação de direitos se a mulher for negra, pobre e moradora de favela (Barros; Guariento, 2019).

OS MARCADORES SOCIAIS DA DIFERENÇA NO ATRAVESSAMENTO DAS MÚLTIPLAS VIOLÊNCIAS CONTRA MULHER E ESTRATÉGIAS DE INCIDÊNCIA POLÍTICA

A análise dos dados acima colocou em evidência como a intersecção entre desigualdades raciais e de gênero, sexualidade, classe e território intensificam dinâmicas diversas de violências contra mulheres. Nessa seção veremos alguns exemplos de como essas dinâmicas se materializam no cotidiano de mulheres negras e periféricas a partir de breves relatos que integraram a experiência do curso "DELAS". Não há aqui nenhuma pretensão de abarcar toda riqueza e amplitude das trocas estabelecidas ao longo do curso. Busca-se apenas destacar alguns elementos que devem ser considerados na construção de políticas e ações públicas que visem à ampliação do acesso a direitos e ao fortalecimento das redes de apoio e proteção a mulheres.

A reflexão sobre as condições objetivas e subjetivas que confluem para a dinamização de múltiplas expressões de violências apareceu nos relatos das participantes do curso "DELAS", ora no relato das experiências vivenciadas pelas próprias alunas, ora por outras mulheres com quem elas convivem.

A frase expressiva de uma aluna de que "todas nós mulheres já fomos vítimas de algum tipo de violência" sinaliza bem esse contexto.

Dentre as experiências de violência compartilhadas, os diálogos transitaram desde as violências que ocorrem no contexto doméstico, passando por violações de direitos no espaço público e relatos de violência institucional: "Na conjuntura atual, a presença do Estado é atuante e incisivo no controle dos nossos corpos e de nossas vidas: pretas, LGBTQI+, pobres... Na ausência das políticas públicas... No desrespeito, no cerceamento dos nossos direitos e da nossa dignidade".

Em alguns casos, essas violências se sobrepõem: "Sou uma sobrevivente de vários tipos de violência".

Dentre os desafios enfrentados por mulheres que residem em favelas e periferias frente a dinâmicas de violência doméstica, foram apontadas dificuldades de acesso a políticas de proteção confrontadas com dinâmicas territoriais mais complexas. Diante da denúncia do(a) agressor(a), a adoção de medidas protetivas concedidas a mulheres periféricas e de favela, que em sua maioria são mulheres negras e de baixa renda, pode ser comprometida pelas implicações presentes no acompanhamento do cumprimento das determinações judiciais, tanto devido à configuração de territórios dominados por grupos armados quanto pelo distanciamento dos centros e delegacias especializadas de atendimento à mulher, que em sua maioria não se situam próximos às regiões mais periféricas. Ainda que sejam criados dispositivos, como no caso da Patrulha Maria da Penha, as limitações no atendimento por vezes acabam por não efetivar na prática as demandas que são presentes na vida de mulheres que residem nestes territórios.

> "Eu não podia chamar a polícia quando a minha mãe era agredida. Aqui onde eu moro, ou você acessa 'forças paralelas' e resolve as coisas de 'forma errada' ou você vai avisar pro pessoal errado se esconder que a polícia vai chegar". [**RELATO "DELAS"**]

Uma pesquisa realizada com mulheres que foram vítimas de violência doméstica no conjunto de favelas da Maré aponta que procedimentos formais de proteção muitas vezes não são realizados da mesma maneira em territórios identificados como 'áreas conflagradas', o que influencia na redução da confiança nas instituições formais disponíveis para registro e atendimento dos casos de violência contra mulher por parte de mulheres moradoras de favelas (Krenzinger et al, 2018).

O racismo também se fez presente no relato das alunas como um fator preponderante, atravessando tanto experiências como trabalhadoras da política pública

— "Fui deslegitimada como profissional, porque apontei o racismo para um caso, fui acusada de sofrida, vitimista", como vivências na condição de usuárias da política:

> Quando uma mulher branca sofre uma violência, a primeira coisa que a mulher recebe é oferta de serviço psicológico. Para mulheres negras isso não acontece, e quando acontece é porque entrou em brechas, insistiu e brigou por isso. E ainda assim ela corre risco de ser violentada por algum tipo de atendimento que não dê conta das especificidades que ela demanda. Não é só uma questão de subjetividade. A família dessa mulher precisa de tratamento também. É um problema social". **[RELATO "DELAS"]**

Dentre os obstáculos que mulheres experienciam ao buscarem realizar a denúncia de seus(suas) agressores(as), se materializam na vivência das mulheres negras as dinâmicas do racismo institucional, que estabelece parâmetros e mecanismos discriminatórios para a rejeição e a dominação de corpos negros em espaços institucionais (Almeida, 2018), como nos órgãos e instituições que formam a rede especializada de atendimento a mulheres em situação de violência doméstica e familiar. Os estereótipos e estigmas que relegam às mulheres negras a posição de descrédito e exclusão social podem influenciar direta e indiretamente no modo como estas são atendidas e assistidas por essa rede, sendo definidos parâmetros diferenciados de tratamento e encaminhamento com base na raça das mulheres vítimas.

Um outro atravessamento da violência contra mulher que apareceu ao longo do curso, através dos diálogos estabelecidos com as alunas foi a transfobia. Em um dos debates travados sobre o tema, uma aluna trouxe o seguinte relato:

> Aqui, temos muitos catadores, e dentre eles tem uma mulher trans que está em muita vulnerabilidade, eu acolhi ela, me solidarizo como posso. Ela vive com um companheiro deficiente físico, não conseguiu auxílio emergencial, não tem renda. Dei sabão para ela vender, mas ela é uma pessoa que as pessoas não querem chegar perto, por ela ser trans, então ela não consegue vender nada. Essa pessoa não consegue receber nem ações solidárias porque as pessoas não chegam perto dela". **[RELATO "DELAS"]**

Quando desafiam as normas cis-hetero-normativas, os corpos das mulheres acabam expostos a uma série de violações. No relato acima, fica latente o processo de desumanização de mulheres trans. Uma desumanização que engendra uma série de outras violências: que vão desde o não acesso a políticas de proteção, à empregabilidade, até a dimensão cruel do isolamento social decorrente da restrição da vida comunitária. Uma outra face da desumanização de mulheres trans se trata da escassez de dados oficiais que apontem a violência contra pessoas LGBTI+, que por si já revela as vulnerabilidades e omissões aos quais esse grupo é submetido. A inclusão desses marcadores sociais no recenseamento e nos registros de ocorrências é um dos principais desafios para a agenda do combate à violência contra pessoas LGBTI+, possibilitando que esses dados estejam presentes nas estatísticas do sistema de segurança pública e em outras bases de dados públicas relevantes para a formulação de políticas preventivas e de proteção social (Cerqueira; Bueno, 2020).

A partir das falas das alunas, é perceptível que há uma violência que atravessa todas essas histórias e contribui para a produção de outras violências: a desproteção social. Políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher que não reconhecem que as dinâmicas de violência não se reproduzem exclusivamente a partir do gênero limitam o acesso de muitas mulheres a medidas de proteção e cuidado adequadas. As experiências de gênero inscritas em corpos negros, transgêneros, periféricos e de favela, se chocam com uma gama de limitações no acesso à política de proteção a mulheres, desde a porta de entrada em equipamentos especializados, passando por instituições de saúde e assistência social, até o acesso ao sistema de justiça e segurança pública.

Diante destes desafios, lançar mão de uma perspectiva interseccional

"Políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher que não reconhecem que as dinâmicas de violência não se reproduzem exclusivamente a partir do gênero, limitam o acesso de muitas mulheres a medidas de proteção e cuidado adequadas"

sobre o atendimento especializado às mulheres vítimas de violência nos sensibiliza analiticamente para a formulação de proposições que busquem incidir para que estas mulheres sejam atendidas por políticas públicas que considerem seus contextos e demandas específicas de acolhimento.

Por outro lado, os relatos compartilhados pelas participantes do curso "DELAS" também revelam que, apesar das múltiplas experiências de violências e dos desafios apontados por mulheres negras, periféricas e LBTs para as políticas de proteção e acesso a direitos, essas mulheres têm construído cotidianamente estratégias de resistência e de incidência política muito significativas a partir de seus territórios e vivências:

> "Eu vivo praticando a incidência política aqui na minha cidade. Me descobri. Eu era apenas uma cidadã, usuária, e por ter um filho com deficiência eu me percebi numa situação de lutar por políticas públicas. Eu percebi, através dos coletivos que mobilizamos aqui, que nós poderíamos interferir, incidir, provocar... Os políticos têm pavor de nós aqui. Por que? Porque a gente atua com incidência política e não admite que façam qualquer coisa ou tomem alguma decisão sem antes nos consultar... Na verdade, nós somos mulheres que lutamos pelo pleno exercício da democracia em nossa cidadania". **[RELATO "DELAS"]**

Em alguns relatos, resistir significa sobreviver. Resgatar e valorizar memórias. Romper silenciamentos. Erguer a voz. Lutar pelo direito à vida — individual, familiar, comunitária. Promover práticas de cuidado. Criar e implementar estratégias para a construção do bem viver.

> "As mulheres, em uma sociedade capitalista, não têm tempo de parar para se cuidar, refletir, observar nossos corpos, o funcionamento deles. E o que isso tem a ver com incidência política? Nós adoecemos... Quando você para pra refletir sobre isso e promover para si mesma um autocuidado, isso já é um ato político. Quando você pede para nós pararmos e pensarmos nas nossas mulheres de referência, isso é um ato político, porque nós vamos resgatando as memórias que vão sendo esquecidas, fragmentadas.

> Memórias que são caladas de mulheres de referência. E como eu conheço e aprendo com essas mulheres o tempo todo aqui do meu território? Você vai percebendo esse movimento das mulheres com muita força. E o tempo todo a questão de incidir politicamente tanto no seu território como no seu meio. Quando as mulheres se posicionam, parece que estamos sendo agressivas. As pessoas acham que estamos sendo agressivas, mas na verdade estamos nos posicionando politicamente enquanto mulher. Estamos nos colocando no mundo, no nosso lugar. No lugar que nunca foi nosso e que a gente teve que lutar para sempre ter uma fala. A incidência política está o tempo todo entrelaçada com as nossas experiências e as posturas que nós temos diante da vida, diante do mundo, diante do que a gente produz. Desde a arte, referências teóricas, até colocar a mão na massa mesmo. Eu estou aqui no curso e olhando máquina de lavar, e falando com meu filho, e fazendo alguma coisa junto com outras mulheres. É um ato político o tempo todo viver e sobreviver numa vida de mulher". **[RELATO "DELAS"]**

Os caminhos percorridos pelas mulheres em ações de resistência e produção de incidência política são múltiplos e diversos, mas em todos os casos implicam em lutas coletivas, mobilizações e ações políticas transformadoras que se fortalecem no encontro com outras mulheres. Afinal, mulheres movem o mundo. Juntas, enquanto uma comunidade de destino, elas avançam em uma luta constante pela liberdade.

REFERÊNCIAS

Akotirene, C. Interseccionalidade. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

Almeida, S. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte (MG):Letramento, 2018. 204 p.

Azeredo, S. Teorizando sobre gênero e relações raciais. Florianópolis: Revista Estudos Feministas, v. 2, nº. especial, , 1994, p. 203-216.

Barros, R.; Guariento, S. (Orgs.). Mapeamento de fluxos de atendimento para mulheres: Estratégias e ações contra a violência institucional no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: FASE, 2019. Disponível em: <https://fase.org.br/pt/acervo/biblioteca/mapeamento-de-fluxos-de-atendimento-para-mulheres/>. Acesso em: 08/10/2020.

Benevides, B. G.; Nogueira, S. N. B. (Orgs.). Dossiê assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018. Associação Nacional de Travestis e Transexuais no Brasil (ANTRA); Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE), 2019. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2019/01/dossie-dos-assassinatos-e-violencia-contra-pessoas-trans-em-2018.pdf>. Acesso em: 08/10/2020.

Carneiro, S. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: Ashoka Empreendimentos Sociais & Takano Cidadania (Orgs.). Racismos contemporâneos. v. 49-58. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003, p. 58.

Collins, P. H. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. Sociedade e Estado, v. 31, nº. 1.Abril 2016, p. 99-127.

_____. *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness and the Politics of Empowerment*. Boston: Unwin Hyman, 1990.

Crenshaw, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Revista Estudos Feministas, 2002.

Cerqueira, D.; Bueno, S. (Orgs.). Atlas da Violência 2020. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>. Acesso em: 08/10/2020.

Krenzinger, M.; Silva, E. S.; Mcllawine, C.; Heritage, P. (Orgs.) Dores que libertam. Falas de mulheres das favelas da Maré, no Rio de Janeiro, sobre violências. Curitiba: Apris, 2018.

Lorde, A. Irmã outsider. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

Mendes, A. P.; Rolim, L.; Carvalho, P. M.; Campagnac, V.; Cortes, V. A. (Orgs.). Dossiê Mulher 2020. Rio de Janeiro: Instituto de Segurança Pública, 2020.

Mendoza, B. *La epistemología del sur, la colonialidad del género y el feminismo latinoamericano.* In: Espinosa Miñoso, Yuderkys. *Aproximaciones críticas a las prácticas teórico-políticas del feminismo latinoamericano*. Buenos Aires: Ediciones de la Frontera, 2010.

Montaño, J. Reflexões sobre o feminicídio. In: Chiarotti, S. (Ed.). Contribuições ao debate sobre a tipificação penal do femicídio/feminicídio. Lima: CLADEM, 2011, p. 95-106.

Raízes

Produzido por Bruna Marques

PINTURA

Insubmissas histórias indizíveis da Maré

DAYANA GUSMÃO

Cria da Maré. Assistente social. Fundadora da Coletiva Resistência Lésbica da Maré. Membra da Comissão de Saúde da Mulher do Conselho Nacional de Saúde. Coordenadora Política Nacional da Articulação Brasileira de Lésbicas e Mulheres Bissexuais.

INTRODUÇÃO

Das ruas do Complexo da Maré emergem marés de vivências que aparecem para o mundo sob forma de luta e resistência, desde Dona Orosina Vieira[1] aos dias atuais segue-se contando a história das lutas mareenses por direitos. Temos mesmo de contar e recontar a história sob a ótica dos mareenses como forma de ressignificar esta memória.

Mas quais histórias de luta são contadas pela história 'oficial' da Maré quando falamos sobre as lutas das mulheres? Sob quais lentes as análises sobre o movimento social de mulheres da Maré estão ancoradas? Todas as imagens de mulheres nas fotos históricas do Complexo da Maré são heterossexuais? Estas perguntas me causam muita inquietação há algum tempo. Fui uma criança rueira[2] ou, como gosto de chamar, uma criança coletiva, nasci ali na 'divisa'[3] e sempre vi mulheres muito diversas. Negras, brancas, indígenas, heterossexuais, bissexuais, assexuadas, bem-humoradas, mal-humoradas, mães, não mães, enfim, uma infinidade de vivências.

Então por onde passa o desejo de contar uma história da Maré que imputa às mulheres não heterossexuais completo apagamento na contação das memórias de

1 Reconhecida como primeira moradora do Complexo da Maré.

2 Termo de Gizele Martins (2019).

3 Rua do Complexo da Maré que, historicamente, é o limite entre o domínio de um grupo civil armado e outro.

luta das 16 favelas do complexo? Quais as motivações históricas para que se registre estas memórias de modo tão 'pasteurizado', homogêneo, contando a história pela lógica do vencedor — no caso a heterossexualidade —, impondo violento silêncio aos vencidos —, no caso as pessoas não heterossexuais[4]. Sobretudo quando se tem no mesmo espaço um movimento social de lésbicas que se organiza há 14 anos[5].

Não quero com esta provocação negar a importância das mulheres que conhecemos como figuras importantes nas lutas sociais da Maré, ao contrário, convido aqui a um olhar mais cuidadoso que dê espaço e também divida protagonismo com as lésbicas e mulheres bissexuais que vêm construindo história no território desde os tempos das águas[6] até os dias atuais. Convido mareenses a escreverem suas teses, dissertações e contações de história sobre a Maré incluindo a orientação sexual dessas mulheres e apontando a importância delas na história mareense.

A MULTIPLICIDADE DA VIVÊNCIA MAREENSE: POTÊNCIAS PRESENTES E FUTURAS

Sentar num bar qualquer dentro da favela, beber com amigas e com nossas namoradas numa sexta-feira qualquer. Um futebol de mulheres que acontece ali no coração da Nova Holanda. Um bar sapatão dentro da Vila do João. Uma roda de choro feita por lésbicas e mulheres bissexuais no meio da rua na Vila do João. Cenas completamente possíveis nos dias atuais do Complexo da Maré. O caminho traçado por cada lésbica e mulher bissexual que existiu na Maré antes de nós tornou este presente possível. Mulheres que numa movimentação um tanto silenciosa construíram um futuro possível para nosso presente. Gosto de dizer que este silêncio não pode ser considerado apatia ou desinteresse nas estruturas de luta, Polak (2010) ao contrário, como argumenta Martins (2015), "é justamente afirmar que o dispositivo da repressão, ao apresentar o imperativo do calar, produziu diversos mecanismos de fazer falar". E nossas ancestrais escolheram as "formas de falar" possíveis aos momentos históricos

4 Resgato aqui a ideia de vencedores e vencidos da qual falam Walter Benjamin e Paul Gilroy.

5 A história do movimento social de lésbicas da Maré está registrada no texto "10 Anos De Atuação Do Movimento De Lésbicas No Complexo Da Maré: Reflexões De Sapatões Faveladas".

6 Como nos referimos ao período histórico em que o Complexo da Maré era constituído de palafitas sobre as águas da Baía da Guanabara.

em que viveram. Não há nada para julgar, ao contrário, muito respeito às mulheres que ousaram amar mulheres diante de conjunturas políticas tão recrudescidas. Todo respeito às nossas mais velhas.

No entanto, a escolha de modos mais silenciosos modulou nas ondas do tempo nos trazendo potências e amargores. O principal preço que o movimento social sapatão da Maré amarga como consequência dessas escolhas de nossas mais velhas é um apagamento que vem de diversos lados, seja de dentro do próprio movimento social LGBT ou do machismo e da lesbofobia estruturais. Existe uma fala hegemônica de que o lugar mais seguro é o lugar visível. Talvez nossas mais velhas discordassem radicalmente dessa afirmação.

Daqui proponho que a existência em si de uma sapatão da Maré já é luta e que precisamos pensar que tipo de visibilidade queremos. Noutras palavras, defendo que as mulheres que optarem por viver nos modos invisíveis não sejam violentadas nessas invisibilidades, ao mesmo tempo que quem desejar estar visível esteja. Afinal, visibilidade não pode ser compulsória. Talvez esta defesa não caiba aqui neste pequeno texto, que demanda tanta objetividade para ser entendido, mas cabe nos infinitos Papos de Mina[7] que fazemos vez ou outra para conversar sobre as lesbianidades na Maré ou em qualquer espaço mareense onde haja uma sapatão interessada no papo.

Em resumo, para este debate afirmo apenas que nos dias atuais o cenário social e político das lésbicas na Maré é de apagamento e, há algum tempo, acontecem movimentos no interior desse grupo social para tentar dirimir o problema. Assim, considerando esse apagamento e por acreditar que "o ar que se respira agora inspira novos tempos", como canta Jorge Aragão, desde 2015 existe na Maré um esforço mais intenso e organizado de romper com esse silenciamento histórico, dando visibilidade às pautas das lésbicas e mulheres bissexuais e, no mesmo bojo, visando ampliar e fortalecer os laços sociais e afetivos entre lésbicas da Maré.

Como nossas antecessoras, seguimos acreditando na potência das movimentações silenciosas,

> "A existência em si de uma sapatão da Maré já é luta e precisamos pensar que tipo de visibilidade queremos"

7 Atividade esporádica de roda de conversa que a Coletiva Resistência Lésbica da Maré realiza em parceria com a Articulação Brasileira de Lésbicas e Mulheres Bissexuais – ABL.

quase de porões, mas a mudança de perfil se fez necessária para que possamos alcançar essas mulheres nos dias atuais. O avanço da virtualização da vida e as formas de alcançar pessoas nesse mundo, onde as ferramentas virtuais são tão importantes, nos convidaram a criar páginas de divulgação das ações, divulgação dos grupos parceiros, e trazermos nossas ações para fora dos porões, ampliando nossas possibilidades de fortalecimento das nossas lutas.

Como temiam nossas antecessoras, sair dos porões nos coloca também inseguranças importantes, sobretudo em tempos de governo fascista e de completo caos da humanidade. No entanto, talvez como fruto do amplo investimento nas pautas identitárias nos muitos anos de governo Lula e Dilma, temos percebido um fortalecimento do movimento social de lésbicas e mulheres bissexuais nas favelas e periferias do Brasil. É no rebote dessas forças que também nos colocamos mais em voga para a defesa de direitos, porque, além de nos sentirmos mais fortes por esta coletividade, acreditamos também que "quando me atrevo a ser poderosa, usar minha força a serviço da minha visão de mundo, o medo que sinto se torna cada vez menos importante"(Lorde, 1997, p.13. Tradução nossa[8]).

O principal ganho nos últimos anos em termos de movimento social de lésbicas e mulheres bissexuais diz sobre a conexão com outros grupos de mulheres de outras regiões do país, o que gosto de chamar de brejo nacional[9]. Assim, experiências de lesbianidades distintas se encontram e se fundem formando uma nova cultura, como descreve Gilroy (2002). Outro ganho igualmente importante é a parceria com universidades, que tornou possível o surgimento de importantes estudos e escritos sobre lesbianidades não como objeto da ciência, mas como protagonistas.

NADA SOBRE NÓS SEM NÓS

Do desejo de conhecer melhor as demandas de nossas manas lés e bi do Complexo da Maré nasce a primeira pesquisa sobre a sociabilidade sapatão mareense. Num encontro entre a Coletiva Resistência Lésbica da Maré e o Instituto de Psicologia da Universidade Federal Fluminense nasce a ousada proposta de ouvir lésbicas e mulheres

8 "*When I dare to be powerful, to use my strength in the service of my vision, then it becomes less and less important whether I am afraid.*" (Lorde, 1997, p.13)

9 Há uma relação entre o movimento social de lésbicas e a escolha da imagem da perereca como animal de representação. Por isso, no coletivo, a brincadeira de que onde há muitas lésbicas juntas forma-se um brejo.

bissexuais da Maré, criando possibilidades de ampliação das lutas dessas mulheres e construindo dados que forçam a política pública a reconhecer uma população que não existe sequer nos censos sobre a Maré.

Movidas pela curiosidade de contadoras de histórias e estimuladas pelos escritos de Conceição Evaristo ao afirmar que a noite não adormecerá jamais aos olhos das insubmissas mulheres, iniciamos o trajeto de escuta e vivências para a produção da pesquisa que recebeu o nome de Mapeamento sócio-cultural-afetivo das lésbicas e mulheres bissexuais do Complexo da Maré. Longos dias de caminhadas das membras da Coletiva Resistência Lésbica da Maré junto com as pesquisadoras da UFF se repetiram. Uma parceria de produção de conhecimento e também de afeto se colocou entre os dois grupos que, neste momento, já não mais 'elas e nós' éramos apenas 'nós'. Os resultados são muito importantes. Alguns nos surpreendem e outros nem tanto, mas importa que eles estejam documentados, que se gere registro histórico de nossas memórias e de nossas demandas.

Ao criar tal registro, esta pesquisa instrumentaliza a luta de lésbicas e mulheres bissexuais e fomenta uma modulação na arena de disputas políticas dentro do território, principalmente porque sempre que se demanda política pública para esta população há o mesmo questionamento sobre a existência desta população. Nos marcos do capital neoliberal não basta uma população existir para disputar políticas públicas, é preciso provar que tal população existe. Daí a necessidade da produção de dados.

Dos dados apresentados como resultados da pesquisa, alguns, como já citei acima, nos chamam muita atenção, por isso os trago à baila. O primeiro ponto é sobre o acesso à educação, que revelou: dentre as respondentes, aproximadamente 60% são universitárias e acessaram a universidade através dos pré-vestibulares comunitários da Maré. Este dado aponta para diversas possibilidades, uma delas é que em função da lesbofobia estrutural essas mulheres busquem a universidade como forma de acessar autonomia e independência das relações familiares.

"Em função da lesbofobia estrutural essas mulheres busquem a universidade como forma de acessar autonomia e independência das relações familiares"

Considerando que nos últimos 10 anos os segmentos protestantes mais radicais ganharam muita força no Complexo da Maré — inclusive subjugando outros grupos religiosos, como os grupos de matriz africana expulsos do território —, outro dado que nos chama atenção é que mais de 60% das respondentes não possui religião. Ora, é bem possível que lésbicas sem religião, convivam com famílias protestantes radicais e que nesse bojo violências de cunho lesbofóbicas aconteçam. Nas experiências de acolhimento da Coletiva Resistência Lésbica da Maré, durante a pandemia da COVID-19 as demandas de apoio às lesbicas da Maré em função de violência familiar de cunho lesbofóbica subiram, voltando a se colocar como uma preocupação para o movimento social sapatão.

Outra observação importante é que, se olharmos de modo atento o Censo Maré 2019[10] no item escolaridade, perceberemos que as mulheres têm maior escolaridade que os homens. Se o traço de orientação sexual tivesse sido considerado no censo, talvez pudéssemos afirmar que lésbicas e mulheres bissexuais são um grupo grande dentro da população feminina com acesso às universidades. No entanto, nos moldes sobre os quais ele foi feito nunca saberemos. Contudo, para a defesa de direitos da população da Maré o Censo Maré 2019 é um instrumento importante e esperamos que sua próxima edição considere os corpos divergentes do heterossexual.

Outro dado importante — principalmente considerando a Maré como um território sumariamente religioso e, portanto, potencialmente violento para LGBTs —, é que a maior parte das respondentes se sente mais segura dentro da favela do que fora dela. As mulheres que relataram violência de cunho lesbofóbica, em sua maioria, não a sofreram nas ruas da Maré, e sim em seus ambientes familiares. Tal traço não difere do que se sabe também dos traços da violência contra a mulher heterossexual. Noutros termos podemos afirmar, à luz dos dados da pesquisa, que as ruas das favelas da Maré — mesmo podendo apresentar violências — são mais seguras para as lésbicas do que seus ambientes familiares.

10 Produzido pela ONG Redes da Maré (2019).

CONCLUSÃO

O Complexo da Maré sempre esteve na mira da mão armada do Estado e os corpos mareenses sempre foram alvos da necropolítica de Estado[11]. Não há aqui a intenção de medir quem está mais vulnerável às violências dentro da favela, e sim apontar que a violência que cada grupo sofre tem nuances distintas e quando compreendemos essas nuances podemos combatê-la melhor.

Os dados desta pesquisa apresentada apontam para necessidades de acolhimento já velhas conhecidas do movimento sapatão da Maré, como a demanda por acolhimento em caso de violência doméstica, e coloca luz sobre questões como o sucateamento das redes de encaminhamento para essas mulheres. Mas também apontam para novas possibilidades de organização social para promover este cuidado quando, em uma nuance da necropolítica de Estado sobre a vida das mulheres, quem deveria garantir cuidado apenas deixa morrer.

Afora essas questões mais densas, ficamos felizes em perceber também que a Maré se apresenta para as lésbicas como um espaço onde a sociabilidade e a afetividade são possíveis, inclusive mapeando novos lugares de sociabilidade dentro das favelas do complexo.

Nas nossas aspirações de futuro desejamos um mundo onde o gênero caminhe para a erosão, levando com ele os papéis de gênero e suas violências. Desejamos ainda que cada vez mais lésbicas e mulheres bissexuais da Maré se juntem seja pra entornar uma cerveja num dia quente, para falar da 'falsa consideração' de uma ex ou para arquitetar intervenções políticas de incidência sobre a vida das lésbicas do território.

Desejamos que a gente se encontre na luta, mas também no Sarau LGBT do CEASM, na Festa no Beco do Museu da Maré, na Mostra Maré de Música da Redes da Maré, no Bar Vulva Livre ou nas batalhas de poesia do Slam Maré Cheia. Que nossos encontros possam acontecer pela alegria e não somente pela tal 'dororidade'[12]. Que ser feliz seja nossa resistência.

11 Termo de Achille Mbembe (2016).

12 Termo de Vilma Piedade (2017).

REFERÊNCIAS

Benjamin, W. O Narrador. In: Magia e Técnica, Arte e Política. Ensaios sobre Literatura e História da Cultura. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

Gilroy, P. Uma história para não se passar adiante: a memória viva e o sublime escravo. In: O Atlântico Negro: Modernidade e Dupla Consciência. Rio de Janeiro: Editora 34/UCAM – Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2002, 427p.

Gusmão, D. et al. 10 anos de atuação do movimento de lésbicas no Complexo da Maré: reflexões de sapatões faveladas. In: SENALESBI. Nossas Histórias, nossas vozes: resistências históricas de mulheres lésbicas e bissexuais no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Metanoia, 2018, p. 98-113. Disponível em: <https://www.metanoiaeditora.com/site/manualautor/senalesbi.pdf>.

Gusmão, D.; Martins, B. A. (Orgs.). Mapeamento sócio-cultural-afetivo das lésbicas e mulheres bissexuais do Complexo da Maré. 1. ed. Rio de Janeiro: Metanoia, 2020. Disponível em: <https://www.metanoiaeditora.com/publicacoes/detalhes/publicacao-189>.

Lorde, A. The Cancer Journals, Special Edition. San Francisco: Aunt Lute Books, 1997, p. 13.

Martins, B. A. Por uma escrita dos restos (sobre assassinatos de travestis?). São Paulo: Editora Gramma, 2015.

Martins, G. Crianças rueiras e o aprendizado da coletividade numa favela do Rio, 2019. Disponível em: <https://portal.aprendiz.uol.com.br/2019/08/06/criancas-e-o-aprendizado-da-coletividade-numa-favela-rj/>.

Mbembe, A. Necropolítica. Arte & Ensaios, nº. 32, 2016, p. 122-151.

Piedade, V. Dororidade. São Paulo: Editora Nós, 2017, 64p.

Pollak, M. A gestão do indizível. WebMosaica, v. 2, nº. 1, 2010, p. 9-49.

Redes da Maré. Censo Populacional da Maré. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2019, 108 p. Disponível em: <https://www.redesdamare.org.br/br/info/12/censo-mare>.

Essência

Tudo que foge à norma me convém
Grito por liberdade
Tudo que foge à norma me convém
Grito por diversidade
Tudo que foge à norma me convém
Grito, exalto e exalo a minha essência
TUDO QUE FOGE À NORMA ME CONVÉM!

Essência
Produzido por Ehmilly Sousa
FOTOGRAFIA E POEMA

ENTREVISTA COM GILMARA CUNHA

Política e direitos da população LGBTI+ nos territórios de favela

GILMARA CUNHA

Moradora do complexo de favelas da Maré, especialista na temática LGBT de Favela e estudante de psicologia. Reside na Maré desde que nasceu. Aos 20 anos, iniciou sua trajetória no movimento social LGBT, onde vem lutando para a melhoria de vida da população LGBT de favelas. Foi a primeira transexual a receber a Medalha Tiradentes, mais alta honraria fluminense, concedida pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj).

Gilmara Cunha, fundadora e diretora-geral do Grupo Conexão G de cidadania LGBT de favelas, foi uma das palestrantes convidadas do curso "DELAS: Direitos, Política e Arte". Nesta entrevista, Gilmara Cunha reforça pontos centrais discutidos na quinta aula do curso "DELAS", sobre 'Orientação Sexual, Identidade de Gênero e Território', onde apresentou contribuições relevantes sobre as formas de violência que atingem a população LGBTI+ e as principais agendas desse movimento, com foco nas experiências e especificidades da comunidade travesti e transgênero nos territórios periféricos e de favela.

PROGRAMA DE DIREITO À VIDA E SEGURANÇA PÚBLICA (PDVSP) | Gostaria de iniciar essa conversa entendendo um pouco da sua trajetória pessoal e como ela se conecta com a sua trajetória política de luta como ativista pelos direitos das pessoas LGBTI+ de favelas e periferias.

GILMARA CUNHA | Nasci no Engenho da Rainha, morei pouco lá, até uns dois anos de idade. Com três anos de idade eu chego na Maré, e começo a ser criada dentro desse espaço de favela. Minha estrutura familiar foi quem contribuiu para que eu me tornasse, hoje, quem eu sou. O espaço familiar é o primeiro espaço que exclui a nossa população. Minha família era uma família completamente

machista, predominantemente formada por homens e tinham poucas mulheres. É claro que isso ia ser um divisor de águas para uma nova identidade, para a construção de uma nova identidade, um novo entendimento dessa família. Naquela época eu não identificava um corpo gay, porém dentro de mim já nascia ali uma mulher. Por isso a gente debate muito que mulher não nasce, se torna mulher. Eu já era uma mulher dentro de mim, mas a sociedade me oprimia e eu não podia ser quem de fato eu era, por conta dessa família.

O espaço escolar é onde eu começo a ter um pequeno apoio, porque esses professores identificavam essa ausência familiar dentro da minha construção. Foram passando diversas pessoas e eu fui sendo formada por essas diversas pessoas. O espaço escolar, para mim também foi um espaço muito opressor, muito difícil de se construir, porque era um espaço formado, majoritariamente, por pessoas evangélicas que tentavam me podar o tempo todo, mas ao mesmo tempo me dava a educação como instrumento para que eu me tornasse quem eu viria a ser hoje.

Depois desse processo, quando começou a crescer ainda mais essa questão da sexualidade, em torno de 15, 16, 17 anos, eu fujo para a igreja, entendendo que seria um espaço de acolhimento. Começo a assumir alguns papéis dentro dessa igreja, até que chega um momento na minha vida que eu chego a ir para uma fraternidade chamada Toca de Assis, que é uma fraternidade que cuidava de irmãos de rua. Enquanto eu ia amadurecendo, aos 19, 20 anos, a homossexualidade, o desejo ia sendo mais forte dentro de mim. Então eu começava a ter certos conflitos, a martirizar o meu corpo, porque aquilo ali não era algo de Deus, na minha concepção, naquele período.

Eu venho pra casa, na missão de férias de uma semana. Quando chego aqui, eu me deparo com esse mundo já modificado, e não o mundo do qual eu saí, eu começo a entender que não conseguia mais me identificar com aquele espaço, mesmo entendendo que era um espaço religioso, que era um espaço importante, mas que a minha cultura, a minha ancestralidade, vinha da umbanda. Então eu começo

"Eu não identificava um corpo gay, porém dentro de mim já nascia uma mulher. Por isso a gente debate muito que mulher não nasce, se torna mulher"

a me deparar com isso de novo, começo a me identificar e querer voltar para esse espaço. A necessidade vem junto. Eu estava fora do mercado, eu estava fora do espaço escolar, como que eu ia me manter financeiramente?

Então, dentro do Observatório de Favelas começa um projeto, uma seleção de um projeto chamado "Jovens pela Equidade de Gênero", que era desenvolvido pelo Promundo, e o Observatório de Favelas foi parceiro nesse momento. Então eu vou fazer esse processo seletivo, mas eu não estou qualificada, porque eu estou fora desse espaço escolar e desse mundo. Mas a pessoa que estava ali, fazendo a entrevista, chamada Vanessa Fonseca, psicóloga, identifica que eu precisava de um acolhimento, de um atendimento. Então ela me deixa passar no processo seletivo, e eu começo a ganhar uma bolsa de 150 reais para participar desse projeto.

Chega então um momento dentro desse projeto que eu tenho esse contato com o mundo LGBT. Meu corpo já era um corpo LGBT, mas eu começo a ter um contato, de fato, com esses LGBTs. A gente vai participar de uma atividade em Botafogo, no Grupo Arco-Íris. No primeiro momento eu me sinto não só provocada, mas desestruturada, porque começam a falar de um público ao qual, em diversos momentos no meu período da igreja, eu fui contra.

Como eu era excluída em diversos momentos na sociedade, eu comecei a ter problemas no projeto. Como era um grupo só de héteros e só tinha eu de gay, tinha uma rejeição. Então eu vou para um processo terapêutico, dentro do próprio Grupo Arco-íris, mas já com outro olhar. Eu fiquei um bom tempo lá e comecei a me identificar com a luta, e nesse momento começa a surgir essa veia. Não vou dizer veia política, porque quando eu nasci esse corpo já era político, porque viver dentro desse espaço de favela e passar por tudo isso que passei já é algo político, de resistência, de sobrevivência dentro desse espaço. Eu começo a me identificar e a gente começa a fazer movimentações no que tange a essa questão LGBTI+. Eu aproveito esse projeto e crio um novo grupo, mas apenas de homossexuais. Começou essa movimentação de entregar camisinha no ponto da prostituição aqui da Maré. Começamos a trazer oficinas , fazer formação. Começamos a identificar as violações de direitos e o quanto a gente era violentada dentro desse espaço.

PDVSP | E esse grupo já era o Conexão G?

GILMARA CUNHA | Surgia aí o Conexão G. Eram só homossexuais, eram seis. A gente começa esse processo do Conexão G dentro do território da Maré, dentro dessa luta. Então a gente começa a caminhar para uma institucionalidade, de sair de um grupo para se tornar, de fato, uma organização não governamental. O Conexão ainda continua

sendo a única organização LGBT no mundo dentro de um território de favela dominado pelo tráfico. Você vê subpolos do Conexão G, vê lideranças, mas você não vê uma instituição consolidada.

A gente consegue (fundar o Conexão G) na Maré, por conta do trabalho das ONGs, porque as pessoas que constroem esses espaços constroem transversalmente. Eu poderia passar aqui três, quatro dias, citando os nossos vários problemas, mas a gente tem, ainda, essas pessoas que pensam em uma qualidade de vida para essa comunidade, então a gente conseguiu.

Esse período de minha construção, eu acho que foi o *boom* e um divisor de águas na minha vida. Eu adentro o espaço do pré-vestibular do CEASM[1], não transicionada, mas já instrumentalizada. A gente vai para uma primeira atividade que eles proporcionam para os alunos, vai para Paraty. Então a gente chega na sexta, e tem a divisão escolar: meninos de um lado e meninas do outro, e dividem os quartos. Naquela época eu ainda não tinha essa questão de identidade feminina, eu vou para o espaço masculino, claro, porque eu fui empurrada, na verdade. Quando existe essa separação, você está sendo empurrada, eles estão olhando biologicamente. Eu fui empurrada. Chego nesse espaço, coloco minha mala e me retiro. Então os professores e o coordenador começam a rir, pegam a minha mala e colocam no corredor: "O lugar dela é com as meninas". Por um lado, foi transfobia, foi homofobia, mas por outro lado foi legal que ele reconheceu que minha identidade era feminina. Quando eu volto, eu começo a chorar. Nesse período em que eu estou chorando, foi feita uma assembleia. Eram em torno de 80 a 100 pessoas, ou até mais, porque eram todos os pré-vestibulares... Foi feita uma assembleia, e a Eliana[2] disse naquele momento, para mim, que ela iria botar dentro do planejamento educacional da instituição esse debate, essa pauta. E eu fui além: "Eu posso mais uma vez ser violentada, e não querer dar prosseguimento aos meus direitos, mas eu quero que você garanta um espaço para que esse coletivo atue dentro da instituição". E ela topa, tranquilamente. Então o Grupo Conexão G começa com debates dentro dos espaços educacionais, e vai para a frente de protagonismo e de atuação. A gente começa a se consolidar cada vez mais, tanto é que eu busquei fora a captação de recurso, para que a gente pudesse fazer as ações. Todos os projetos que o Conexão G desenvolveu foram desenvolvidos porque nós construímos. Eu acho

1 O Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM) é uma organização não governamental localizada no conjunto de favelas da Maré no Rio de Janeiro.

2 Eliana era uma das coordenadoras do CEASM na época e, atualmente, é fundadora e diretora da ONG Redes de Desenvolvimento da Maré.

que isso é legal ser dito. Por mais que a gente estivesse debaixo da Redes da Maré, a gente estava porque era estratégico tanto para o Conexão G como era estratégico para a Redes da Maré. Porque a gente precisava naquele momento desmistificar esse olhar pejorativo e negativo que nossa população tinha. Então a gente só poderia conseguir esse lugar que a gente tem hoje através de uma instituição que já estava consolidada. Então naquele momento foi estratégico para o Conexão G, para a gente se firmar aqui em um espaço dominado pelo tráfico. Hoje se eu quiser abrir uma casa da diversidade, ou um Conexão G em outro lugar, é tranquilo. Naquela época, não. Porque não entendiam. Então a gente foi estratégico nesse pensamento. Sobrevivência.

PDVSP | Como se dá a atuação e as atividades desenvolvidas pelo Conexão G atualmente?

GILMARA CUNHA | A gente tem eixos que vão nortear nosso trabalho durante o ano. Dentro desses eixos, a gente procura editais de projetos para atender a nossa população. Então, por exemplo, no ano passado trabalhamos com racismo, indústria da moda, população LGBT, e a questão do trabalho escravo. A gente falou da exploração infantil também. Então são vários projetos, dependendo da linha. A gente tem a linha de saúde, de educação, de trabalho e de empregabilidade, a linha de segurança pública, a gente vai falar desses dados. A gente tem um núcleo itinerante, que é um projeto que vai atuar não apenas na Maré, para atendimento da nossa população, mas em outras favelas, com o desejo e o objetivo de criar um mapa de violência dentro do nosso estado do Rio de Janeiro e identificar, por exemplo, se a Zona Norte tem mais casos de homofobia, transfobia, lesbofobia. Construindo dados para que a gente possa reivindicar políticas públicas e pleitear projetos para a nossa população. A gente tenta a todo momento dentro desses editais pensar não apenas nisso, mas também em uma sustentabilidade para as próprias meninas e meninos que ali participam.

A gente tem essa proposta, essa grande manifestação que é a Semana da Diversidade. Mas a gente vai muito de acordo com a necessidade do momento. Agora, a gente está mobilizando nossa Casa da Diversidade. Esse é um projeto que precisa sair do papel o quanto antes, por entender que esse espaço precisa ser criado para essa população. Não dá mais, por exemplo, para a gente ter um espaço normal e ter uma travesti lá dentro não se sentindo parte desse espaço. Não dá para a gente ter uma Casa das Mulheres e as travestis também não ocuparem esse espaço, porque as mulheres não entendem que elas também são mulheres. Porque você fala: "É um espaço delas também". Certo, mas qual o momento que as mulheres que ali ocupam vão entender que as travestis também fazem parte desse espaço? Elas não conseguem referenciar.

PDVSP | No tempo de existência do Conexão G, como observa transformações nas metodologias e/ou nas perspectivas de atuação do grupo?

GILMARA CUNHA | Eu acho que a grande transformação é a realização da primeira Parada em favela. Já está no calendário da comunidade. A comunidade já espera, todo ano, esse grande evento. Nunca na história desse país a gente ia pensar, em 2000, por exemplo, quatro, cinco, seis trios, com um bando de homossexuais vindo, desfilando, exigindo a visibilidade, tornando visível o que é invisível. É um dia em que a gente vai tornar visível uma população que é, por 364 dias, invisível. Então é por isso que na nossa pegada da Parada Gay a gente tem a Semana da Diversidade, porque é uma perspectiva de fazer um processo de formação, de instrumentalização, e de envolvimento desses espaços que tem dentro da Maré, para dialogar sobre essa questão. A gente diz que a culminância é o nosso desfile, a nossa carreata, que vai culminar em uma semana de atividades, de diálogos. Tanto é que a gente fez atividade dentro do Observatório de Favelas. Somos a única instituição que consegue juntar todas as unidades básicas de saúde para fazer um atendimento na rua. Isso é uma transformação. A gente envolve a comunidade, porque é em um domingo e todo mundo está ali comprando as coisas para o seu almoço, e vai lá verificar sua pressão, higiene bucal, mas ao mesmo tempo está escutando o que é travesti, o que é gay, o que é homofobia.

PDVSP | No que tange à sua atuação como defensora dos direitos humanos, quais são os maiores desafios enfrentados na garantia de direitos das mulheres trans e travestis nos territórios de favela?

GILMARA CUNHA | Enquanto na política as pessoas LGBTI+ estão lutando para a adoção, para o casamento, a gente, ainda assim, dentro do espaço de favela, luta para a existência, para existir. Não é uma prioridade para mim adotar, porque como eu vou adotar se eu não consigo me manter viva? Por exemplo, a gente teve um caso que aconteceu ano

"Enquanto na política as pessoas LGBTI+ estão lutando para a adoção, para o casamento, a gente, ainda assim, dentro do espaço de favela, luta para a existência, para existir"

passado, que foi um caso muito emblemático, que eu acho que é importante ser dito aqui. Foi o assassinato de um senhor gay da Maré. Ele foi assassinado com 17 facadas, e o agressor ainda tentou estrangulá-lo, tirar a cabeça. Esse processo, para mim, me fez refletir muitas coisas sobre política voltada para a nossa população dentro desse território. A gente ficou três dias tentando tirar o corpo daqui e a gente não conseguiu. A polícia, o batalhão, nos aconselhou a colocar o corpo dentro do carrinho e levar na Avenida Brasil, que eles conseguiam chamar o "rabecão". Eu batia o pé e dizia que não, que ali foi um processo de assassinato e precisaria da Divisão de Homicídios para investigar. Mais uma vez esse corpo é descartável, e não importa o porquê ele foi assassinado, importa que a gente precisa levar para o necrotério e enterrar, e acabou. Sendo que o processo é outro. Então a gente ficou três dias tentando tirar esse corpo. A gente consegue tirar o corpo na quarta, já em processo bem deplorável, e garantir que a Divisão de Homicídios fosse ao espaço, fizesse a perícia. Depois a gente conseguiu tirar o corpo. Foi assim, parecia que era uma guerra: porque foram quatro 'caveirões', que ficaram ali na rua principal, divididos. Então um parou na porta, a delegada desceu, tirou foto, fez tudo. Quando chega na Divisão de Homicídios — eu acompanhei até o IML, aquele processo todo — eu pedi para ver, e o homem falou: "Isso aqui não foi homofobia não". Eu disse: "Meu senhor, claro que foi. Você quer subnotificar esse dado, mas para construir política pública, precisa que seja notificado esse dado. É homofobia sim, sabe por quê? Ele não deu uma facada no tórax, deu 17 facadas no tórax. Uma facada no tórax já seria suficiente para o assassinato desse senhor, ele deu 17. Ele não se conteve de tanto ódio, que ele tentou estrangular. Como o senhor não vai botar esse caso como notificação de homofobia? Eu acho que a leitura aqui é outra". Então ele disse: "é, pensando bem, tem coerência no que você está dizendo". (...) Então a nossa maior demanda é sobreviver dentro desse espaço, é estar e se manter viva, primeiramente. Isso vai perpassar diversas questões, sobre empregabilidade, sobre moradia. Na pandemia[3] a gente pôde perceber isso. A população trans teve que ir, por exemplo, para o seu ponto de prostituição para ofertar esse serviço. Porque por mais

3 Em março de 2020 a OMS (Organização Mundial de Saúde) decretou estado de pandemia em razão do alastramento da COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus, sendo o isolamento social uma das medidas de segurança necessárias.

que tivesse o auxílio emergencial[4], muitas das travestis e transexuais não usufruíram dessa política. Primeiramente porque são imigrantes, segundo porque não tem documentação e terceiro, porque muitas não têm escolaridade. Muitas não têm nem o direito do isolamento, o direito de se resguardar. A gente teve que ir para a rua, para ofertar nosso serviço. Por isso que, quando começou a pandemia, o Conexão já fez essa campanha da questão da cesta básica. (...) Então, quando a gente fala da nossa vulnerabilidade, as pessoas entendem que é uma forma de vitimização. A gente não está se vitimizando, são fatos que ocorrem cotidianamente, que as pessoas não se dão conta.

PDVSP | Em junho de 2019, o Supremo Tribunal Federal decidiu em julgamento sobre o tema da criminalização da LGBTfobia que, até que o Congresso Nacional edite lei específica, as condutas homofóbicas e transfóbicas serão enquadradas na tipificação da Lei do Racismo. Você acredita que esta decisão contribuiu para visibilizar a violência contra as mulheres trans?

GILMARA CUNHA | Não, porque uma coisa é você criar uma lei, outra coisa é você colocar na prática. Primeiramente eu acho que tenho que começar a contextualizar os avanços que a gente tem na política. A gente tem uma política LGBT que tem diversos avanços. A gente tem uma lei que foi aprovada, que é a lei da homofobia. Porém, a gente precisa fazer uma leitura sobre essa lei. Porque por mais que a gente tenha esse avanço, temos que ter um cuidado, porque a gente pode entender que é um processo de encarceramento em massa, e quem vai ser prejudicado são os pobres, negros e favelados. Por quê? Porque a pessoa da classe média vai ter o privilégio de ter um advogado, vai correr na Justiça. O pobre não! Se a gente fizer um processo de denúncia, (o pobre) vai ser o primeiro a ser colocado dentro do espaço carcerário. Não vai ter um defensor por não sei quanto tempo. Até porque os dados de homicídio, de assassinato, são construídos por nós, pelo movimento, e não pelo governo. O governo não está preocupado. Porque a política é pautada em cima de dados, e se não tem dados, não tem por que existir política. Entendeu? Então, se eles sabem que existe um movimento coeso, sabem que existe um movimento que vai para o combate, eles não vão criar dados para eles mesmos se colocarem na berlinda, para que a gente ataque. Os dados hoje construídos são das grandes redes do movimento LGBT, que

4 O auxílio emergencial é um benefício instituído no Brasil pela Lei de nº 13.982/2020, que prevê o repasse de 600 reais mensais a trabalhadores informais e de baixa renda, microempreendedores individuais e também contribuintes individuais do Instituto Nacional do Seguro Social no período da pandemia da COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus.

estão catalogando e pesquisando. Somos nós mesmos, porque a gente entende a importância. Um outro fator que eu acho importante ser ressaltado aqui é a desvalorização desses dados. Esses dados não são considerados oficiais pelo governo. Não são considerados e, mais uma vez, é uma negativa que diz: "a gente não quer saber de vocês, a gente não precisa e a gente não vai construir uma política pública para vocês". Então a gente considera um canal importante, a gente considera esses dados (levantados pela sociedade civil) oficiais, mas o governo não. Tanto é que, quando a gente vai pro debate e fala, esses dados são muito mais ditos dentro do movimento do que propriamente dentro do governo. O governo não pega esses dados para pleitear políticas públicas. A gente tinha utilizado muito o canal internacional, porque é um canal que chama atenção, provoca, e faz pressão para que o governo brasileiro construa políticas públicas para a nossa população.

PDVSP | Quais medidas você considera fundamentais para a ampliação da rede de proteção social para pessoas trans? E que ações voltadas para a valorização da vida das mulheres trans ainda são necessárias?

GILMARA CUNHA | Essa pergunta tem um duplo sentido. A gente precisa entender de qual rede de proteção estamos falando: de uma rede de proteção institucional ou de uma rede de proteção pessoal? Primeiro que, para a gente construir uma rede de proteção institucional, a gente precisa trabalhar a rede de proteção pessoal. A gente precisa entender... não entender, na verdade, respeitar. Ninguém pergunta se o outro é hétero, por que tem que perguntar se eu sou trans? Isso é algo que deve ser pensado. Por que tem que categorizar? As pessoas perguntam: "Você é o quê, travesti?", eu começo falando: "Primeiro que a terminologia trans foi criada na academia para higienizar a travesti. A travesti é uma terminologia brasileira, que foi construída por nós, e deve ser enfatizada, deve ser colocada em pauta a todo momento". Porque quando a gente fala de travesti, a gente associa travesti a marginalidade, a gente associa travesti a prostituição, a diversos fatores negativos. Então hoje todo mundo é trans, porque essa nova trans que vem higienizada, que vem da academia, são as pessoas que começam a se

> "Ninguém pergunta se o outro é hétero, por que tem que perguntar se eu sou trans? Por que tem que categorizar?"

transicionar dentro da academia, e que têm outro privilégio. Então são duas coisas que a gente precisa entender, que é esse corpo, enquanto o corpo travesti, demarcado com esses estereótipos negativos e a trans, marcada com essa nova modalidade, com esse novo formato. No meu caso eu falo: "Oi, eu sou Gilmara Cunha, muito prazer, eu existo". E ainda assim falam: "Ah, mas você...", e eu digo: "Meu amor, eu sou Gilmara Cunha, acabou, não tem algo que me defina". Por quê que tem que dizer mulher trans? Eu sou mulher. Se a gente está lutando para ser identificada enquanto mulher, se a gente lutou para a mudança da retificação civil... Então, se era Gilmar, você vai ser Gilmara. Com a retificação civil eu estou entendendo que este corpo não dá conta dessas duas identidades e que é uma só identidade, e que essa identidade se chama Gilmara Cunha. Então eu vou lá, entro com um processo, retifico minha certidão de nascimento e boto ali — o que é diferente do nome social, pois no nome social, você vai ter seu nome de registro ali, além do nome social que você utiliza. Isso tá acontecendo no partido, eu mudei meu registro civil, mudei minha identidade, mas não consegui mudar o título por conta da pandemia, e eles querem que eu entre na cota masculina. O título não me define, mas eles não estão sensíveis em relação a isso, porque eles olham como homem. Enquanto eu estiver apta e preparada para entender, não vai ter desculpa, como dizem, "não, isso é legislação". A legislação a gente derruba, entra com um processo, com uma representatividade, tem como comprovar. Agora não dá para você ficar sentado e dizer que isso é legislação e ficar por isso mesmo, deixar mais um corpo ser violentado. Se você não se atém a isso, você não está sensível, não está se importando. Então são dois processos. Para a gente mudar o institucional, a gente precisa mudar o pessoal no seu cotidiano.

PDVSP | Reconhecendo o panorama geral das violências que atingem pessoas trans, que ações considera necessárias para o enfrentamento dessas violências?

GILMARA CUNHA | A gente está vivendo em uma época da construção do ódio, a gente está sendo formada no ódio. Estamos deixando de ser amorosos, de ser afetuosos, deixando de ser carinhosos. A gente está deixando que esse ódio nos tome. Às vezes, a gente mesmo incita essa violência, esse anarquismo, em vez de a gente tentar conter e fazer mediação de conflito, em vez de trabalhar a teoria cognitiva comportamental para poder minimizar essa violência, para a gente tentar criar uma cultura de paz. E eu acho que é uma outra vertente que precisa ser discutida: que cultura de paz é essa? Uma cultura onde a polícia defende o apartamento, mas vem para a favela ser violenta aqui? Ou a gente está pensando uma cultura de paz onde as pessoas sejam vistas igualitariamente? Mas igualitariamente de verdade. Eu acho que a pandemia mostrou o quanto é possível essa paz. A gente conseguiu no STF (Supremo Tribunal

Federal) que não entrasse polícia dentro da favela[5]. O problema não é entrar polícia dentro da favela, o problema é como eles entram e interferem no funcionamento e na funcionalidade desse território. Então a gente tem que pensar em criar um movimento. A gente já é criada, estruturada e pensada, esses nossos corpos, em uma cultura de ódio. Eu acho que se a gente começa a devolver com amor, com essa transformação, a gente começa a, de uma certa forma, construir novas metodologias de enfrentamento à violência. E eu costumo dizer: por que que essa política está em vigor? Ela não está em vigor agora, ela foi pensada muitos anos atrás. Se a gente não mudar, não se transformar, a gente não vai conseguir pensar em ações. Porque foi o que você disse quando falou dos relatos das meninas[6]: a gente só luta quando algo nos atravessa. Enquanto a questão LGBT não atravessar a classe média, não atravessar os héteros, não vai para frente. Eles precisam se sentir ameaçados, que ali eles começam. Então acho que, no primeiro momento, é essa transformação pessoal, para depois pensar em ações.

PDVSP | Como observa o papel da sociedade civil na luta por direitos para as populações LGBTI+ no Brasil?

GILMARA CUNHA | Eu considero muito importante. Se ela não fosse violenta comigo, se não fosse agressiva, acho que Gilmara não existiria. Talvez, se a Gilmara não tivesse criado o Conexão G, talvez não existiria Gilmara. A Gilmara não é ninguém sem o Conexão G. Eu sou condecorada, sou premiada, a partir de um trabalho. Mas se você tirar esse trabalho, se você tirar a minha causa, a gente é vista e lida o tempo

> "A gente só luta quando algo nos atravessa. Enquanto a questão LGBT não atravessar a classe média, não atravessar os héteros, não vai para frente"

5 A partir da ADPF 635, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou a suspensão de operações policiais em favelas do Rio de Janeiro durante a pandemia do novo coronavírus, salvo em casos absolutamente excepcionais. Para entender melhor: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=444960> e <https://www.adpfdasfavelas.org/>.

6 Durante a aula de Gilmara Cunha no curso "DELAS", uma das alunas relatou o caso de uma mulher trans, moradora de rua, que se abriga na rua em que ela reside. A aluna relatou as diversas situações de vulnerabilidade que esta mulher passa no cotidiano, inclusive a repulsa e o ódio das pessoas.

todo dessa forma, como um nada. Até na questão do emprego: a gente precisa mostrar três vezes mais do que um hétero o quanto a gente é qualificada para estar ali, senão a gente não é vista. Para mim foi muito doloroso, eu tenho traumas até hoje, trato na análise, porque foram momentos muito difíceis para mim, que às vezes parece ser fácil falar, mas eu tive que trabalhar isso. Mas depois você vai entendendo o quanto de violência você sofreu. Não é um privilégio, mas eu tive cabeça, porque eu poderia ser mais uma delas, que é uma outra coisa que a gente não está discutindo. A gente está falando de assassinato, mas o índice de suicídio é muito grande na nossa população. A gente não está quantificando isso. Eu era uma das meninas propícias ao suicídio. Se eu não tivesse um psíquico muito forte dentro de mim, e que também tem muito a ver com a ancestralidade, com a espiritualidade, o orixá que eu carrego e que me coloca nessa frente de batalha, eu poderia ser uma das meninas que se foram. Tanto é que a expectativa de vida da nossa população é de até 35 anos, eu estou com 36. Eu, com um ano a mais, passei da expectativa. Foi muito importante para a construção desse ser, mas eu faço também essa leitura sobre mim, eu tenho me perguntado sobre isso: se não existisse o Conexão G, quem seria Gilmara?

SEÇÃO 3 | INCIDÊNCIA POLÍTICA E GARANTIA DE ACESSO A DIREITOS

Epílogo

da semente sob a terra
viemos e florescemos e murchamos
sem nem mesmo por um momento
deixar de deixar nossas marcas no tempo,
nosso perfume no ar,
nosso pólen nas abelhas que o transformam
em doce para a boca alheia.
para sob a terra voltaremos
e a tornaremos
mais rica
mais fértil
mais forte
e as próximas flores
que nascem de nós
continuarão a lutar
pelo jardim.

Epílogo
Produzido por
Helena Araújo Frazon
POEMA DO LIVRO "JARDINS"

Incidência política de mulheres negras: fluxo contínuo de transformações[1]

"Quando se educa uma mulher,
se educa uma nação"
PROVÉRBIO AFRICANO

RACHEL BARROS
Doutora em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ). Pesquisadora do CIDADES – Núcleo de Pesquisa Urbana da UERJ. Atua como educadora popular da Fase-RJ. Integra o movimento Fórum Social de Manguinhos.

Inicio minha reflexão com um provérbio africano que fala da importância da educação das mulheres — educação em sentido ampliado —, pois ela aponta para a importância da trajetória de luta das mulheres negras em nosso país. Quando Sueli Carneiro afirma que este foi o grupo social que no período recente melhor soube colocar suas pautas publicamente[2], não há como olhar para o tecido associativo brasileiro de hoje e ignorar a criação de projetos de sociedade amplos e inclusivos, as plataformas políticas e ações concretas que as mulheres negras em diferentes contextos e conjunturas — muitas vezes adversas — têm gestado e compartilhado conosco nas últimas décadas.

Essa capacidade criativa-criadora de transformar, pode ser lida como uma tecnologia ancestral. Herdada, cumulativa, renovável, mutante e coletivamente partilhada.

1 Agradeço imensamente a Raquel Willadino, Aline Maia, Thais Gomes, Natalia Viana e Thais Ayomide pelo convite para participar do curso "DELAS", experiência ímpar que motivou a escrita deste texto.

2 Odun Formação e Produção — Palestra de Produção Intelectual de Mulheres Negras — Palestrante Sueli Carneiro. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=V09AMWzcQ_w>.

As ações de incidência das mulheres negras ganham contornos na concretude da vida diária. O cotidiano é o lugar onde são forjadas as ferramentas potentes de intervenção política, por isso a definição de incidência política que acredito é aquela que unifica o micro ao macro, nossas vivências e autodeterminação às demandas por políticas públicas, nossa filosofia de vida aos processos de reivindicação.

Falar em incidência política enquanto vivemos uma conjuntura marcada pela pandemia de COVID-19, crise econômica, e pelo agravamento das desigualdades, num ano de eleições municipais, é um grande desafio, mas também uma reflexão necessária, na medida em que são nos momentos de maiores dificuldades que a reflexão crítica se torna ainda mais necessária para encontrar caminhos de atuação possíveis. Neste texto, que se propõe a ser um insumo político motivador para as ações de mulheres no cotidiano, apresento algumas reflexões, fruto do acúmulo de aprendizado das mulheres negras que colocaram suas memórias, experiências, desafios e práticas à serviço da construção de um mundo melhor. Mulheres que, como as águas, encontram caminhos onde há grandes barreiras e se tornam ainda mais fortes quando se encontram.

"Um pouco de chuva a cada dia encherá
os rios até transbordarem"

PROVÉRBIO AFRICANO

Ao longo de nossa história, as mulheres negras têm estabelecido como suas reivindicações pautas que alicerçam a nossa sociedade — o combate ao racismo e ao sexismo, raízes das desigualdades sociais e das piores formas de violências que atingem corpos femininos, negros e periféricos. Somente quem experiencia em seu próprio corpo o cruzamento dessas opressões pode produzir um olhar complexo sobre a própria realidade.

Tais pautas estruturantes fazem parte do projeto político das mulheres negras. Lélia Gonzalez, grande intelectual e ativista do movimento negro, foi uma das primeiras a problematizar a existência daquilo que chamamos hoje de racismo genderizado (Kilomba, 2019), mostrando a relação entre o racismo e o sexismo na sociedade brasileira. Sua atuação foi fundamental para que se descortinasse o lugar de opressão relegado às mulheres negras e para que durante as décadas de 1970 e 1980 o movimento de mulheres negras ganhasse corpo. Outras mulheres negras, que também são nossas referências, como Luiza Bairros e Sueli Carneiro, seguiram os mesmos passos de Lélia e contribuíram para o desenvolvimento da reflexão que ampliou o entendimento da luta antirracista.

Inspirada em bell hooks, Luiza Bairros (1995:462) ensina que, para nós, lutar contra as diferenças de gênero é importante, pois a dominação patriarcal se sustenta nas mesmas bases que mantêm o racismo como uma dominação que se mantém a partir de noções de inferioridade e superioridade. Em outro texto, ela reforça a dimensão ampla e coletiva engendrada pelos movimentos de mulheres negras:

> As mulheres negras, qualquer uma, por mais feminista que seja, muito dificilmente vão ter uma leitura de sociedade a partir e para as mulheres negras. Nos outros feminismos isso é possível, mas aqui é um ponto de vista da mulher negra em relação à sociedade e à população negra. (Alvarez, 2012: 843)

Como não reconhecer que, ao falarmos sobre as violências cometidas contra as mulheres negras, estamos falando das violências que atingem toda a sociedade? Sendo elas as mantenedoras do cotidiano, os ataques aos seus territórios e seus corpos impedem a continuidade da vida e tornam as estratégias genocidas ainda mais perversas. Alguns dados nos ajudam a entender a relevância da problemática evidenciada pelas mulheres negras.

Uma pesquisa realizada pelo projeto DNA do Brasil, iniciada em 2019, apresentou em outubro deste ano os resultados preliminares do sequenciamento genético de 1.247 brasileiros de diferentes partes do país. Os dados mostram que 70% dos genes das mães que deram origem à população brasileira são de mulheres negras (36%) e indígenas (34%) e 75% dos genes dos pais são de origem europeia. Esses dados nos mostram que o patriarcado, a cisheteronormatividade, o cristianismo e o eurocentrismo se fundem no amálgama de opressões que durante a colonização sujeitou mulheres negras e indígenas como objetos de abuso, violência e humilhação. Somos o país mais negro da diáspora, o que mais recebeu africanos escravizados e o último a declarar o fim da escravidão. Somos frutos de anos de estupros de mulheres negras e indígenas.

A conexão desse passado com o presente é ainda mais visível quando consideramos que são as mulheres negras, maioria nos espaços periféricos e favelados das cidades, aquelas que permanecem ocupando os piores índices de violações de direitos. São as que mais morrem por feminicídio, as mas mais encarceradas, as que mais sofrem violências evitáveis. O Monitor da Violência[3] apontou que durante a pandemia houve aumento no número de casos de feminicídio, e mesmo com dificuldades para

3 Monitor da violência. As vidas das mulheres negras importam: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2020/09/16/as-vidas-das-mulheres-negras-importam.ghtml>.

obter informações com quesito raça/cor, os dados coletados mostram que 59% das vítimas eram negras. De acordo com o DataSUS, 65% das mulheres negras foram vítimas de mortalidade materna em 2018.[4] O Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias de 2017 — Infopen Mulheres — mostra que 63,55% das mulheres presas são negras[5].

Uma dimensão importante neste esquema de opressões é o papel desempenhando pelo Estado. Através de suas instituições e agentes, o Estado coloca em prática a violência que mantém as mulheres negras ano após ano negligenciadas em seus direitos mais básicos. E somente um olhar de encruzilhada, interseccional, possibilita expor essa relação tão presente quanto invisibilizada: a violência contra as mulheres negras aumenta na mesma medida em que a violência estatal se perpetua e intensifica.

A esse respeito, o conceito de interseccionalidade, cunhado por Kimberlé Crenshaw (1991) e recuperado por autoras brasileiras, possibilita a reflexão sobre essas encruzilhadas de dimensões acionadas para compreender como as condições estruturantes atravessam corpos negros. Carla Akotirene (2019) recupera exemplos de mulheres como Sojourner Truth e Harriet Tubman para mostrar que, antes mesmo da nomeação do conceito, mulheres negras já produziam análises que interseccionavam gênero, raça e classe para qualificar opressões experienciadas nos espaços públicos e privados. Esse legado de experiências produziu análises cada vez mais refinadas por mulheres negras, ativistas dentro e fora da academia, que a partir de suas vivências reposicionaram as análises sobre violências e opressões.

Apesar da violência ser uma marca comum às diferentes trajetórias das mulheres negras na diáspora, também é comum o fato de herdarmos muitos mecanismos que nos levam à enunciação de modos de fazer que nos auxiliam na criação de projetos de futuro. Jurema Werneck nos lembra que as mulheres que nos antecederam deixaram um legado que, como água fresca que acalma e renova, devemos buscar para ressignificar o presente:

> É preciso reconhecer nessas formas ativas e ativistas de estar no mundo traços fundamentais das identidades que herdamos. Temos que (re)visitar seus elementos, cuja memória guardamos em nossos corpos, jeitos de ser e fazer, modos que reinventamos

4 Revista Gênero e número. Mães mortas: onde falha o sistema de saúde que negligencia a vida das mulheres negras: <http://www.generonumero.media/racismo-mortalidade-materna/>

5 Departamento Penitenciário Nacional. Relatório temático sobre mulheres privadas de liberdade 2017: <http://antigo.depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/copy_of_Infopenmulheresjunho2017.pdf>

> para nós mesmas, em diálogo próximo com o legado de nossas antepassadas. Mas também precisamos observar e explicitar formulações e projetos de futuro, que vamos criando e disseminando para nós mesmas, seus diferentes instrumentos e faces. É preciso honrar a herança vigorosa que recebemos — e passá-la adiante. (Werneck, 2017: 156)

A lembrança de como nossas mães, avós, tias e vizinhas pavimentaram os caminhos que nos livraram do estupro, da violência e do genocídio sistêmico, e as ações cotidianas de solidariedade e cuidado que contribuíram para a melhoria da vida coletiva, são provas de que herdamos saberes valiosos que nos ensinam a caminhar e construir possibilidades de existência digna.

"A água sempre descobre um meio"

PROVÉRBIO AFRICANO

Lembrar das mulheres que habitam nossas memórias e ressignificar nossas plataformas políticas e projetos de futuro. Este é um desafio do hoje, mas que se repete como pressuposto da atuação das mulheres negras. Patricia Hill Collins (2017), num texto brilhante, mobiliza a trajetória de vida de Ella Baker, ativista política afro-americana, para falar da importância da incidência política que emerge da atuação comunitária. Através de quatro características, Collins mostra como a trajetória de Baker se forjou a partir do profundo engajamento nas ações do cotidiano. Suas premissas de atuação estavam alicerçadas na liberdade construída pelos sujeitos mais afetados pela sua ausência; na construção de comunidades que fossem modelos para as

"A lembrança de como nossas mães, avós, tias, vizinhas pavimentaram os caminhos que nos livraram do estupro, da violência e do genocídio sistêmico(...) são provas de que herdamos saberes valiosos que nos ensinam a caminhar e construir possibilidades de existência digna"

relações de poder horizontalizadas; na educação como processo de empoderamento; e, por último, nas ações e ideias que se moldam mutuamente, ao citar que o trabalho de Ella Baker refletia uma imaginação radical que se fundamentava na prática.

Não é meu interesse reproduzir aqui todos os aspectos elencados por Collins sobre a forma de atuação política desenvolvida por Ella Baker. O que me chamou a atenção no seu texto foi, principalmente, a frase proferida por esta ativista em 1964, durante a convenção do Partido Democrata do Mississipi, que organizava negros pobres em todo o estado do Mississipi. Na ocasião, Ella Baker tinha diante de si um grupo de 800 pessoas, impactadas pela notícia de há dois dias terem encontrado os corpos de três trabalhadores pelos direitos civis que foram assassinados. Em seu discurso, Ella Baker proferiu a seguinte frase "Até que a morte dos filhos das mães negras seja tão importante quanto a morte de filhos das mães brancas, nós que acreditamos na liberdade não podemos descansar" (Collins, 2017: 113).

A frase, que parece transmitir uma mensagem contrária aos debates que atualmente temos feito sobre os adoecimentos causados pelo ativismo político, deve ser lida aqui como um estímulo para lidar com os desafios que temos pela frente. Aquelas que acreditam na liberdade, na transformação e nas lutas não podem descansar, pois herdam o legado das mulheres que fizeram das suas ações mais comuns um processo de incidência extremamente politizado. Não descansar, nesse contexto, deve significar não deixar que nossas mentes sejam embotadas pela incapacidade de vislumbrar futuros possíveis. Nas palavras de Collins:

> A grande maioria das ativistas cotidianas permanece tipicamente despercebida, sem nome ou sem reconhecimento por suas contribuições. Como tantas mulheres afro-americanas que trabalharam incansavelmente visando criar as condições que nos permitiram imaginar novas possibilidades para a justiça social, elas se levantam todos os dias e fazem o que precisa ser feito, porque é a coisa certa a se fazer.

Atuar e não desistir por saber a coisa certa a se fazer é a base de uma ação política engajada que se vincula a grandes processos de transformação social. O atual contexto de pandemia de COVID-19 exemplificou o quanto esta premissa foi seguida por diferentes movimentos de base comunitária. Jovens negras, lideranças locais, educadoras, comunicadoras... Os mais diferentes tipos de ação foram postos em prática por mulheres nas favelas, periferias e localidades empobrecidas do país. Estas mulheres souberam identificar a importância da atuação cotidiana como um potente instrumento de incidência, medida que garantiu o direito à saúde, à alimentação e à informação diante da deliberada ausência de ações estatais.

Como afirmei, a incidência política da prática cotidiana tem rebatimentos nos processos mais amplos. Estamos enfrentando uma conjuntura adversa, porém marcada por novas ondas de ativismo político dentro e fora da institucionalidade. As eleições de 2020 têm, pela primeira vez, 51% de todas as candidaturas pleiteadas por negros. Destas, 34% das candidaturas à vereança são de mulheres. O aumento é tímido, está ancorado na legislação que determinou a destinação proporcional de verbas para candidaturas negras[6], mas apresenta uma série de inovações importantes, como as candidaturas coletivas, de jovens, mulheres negras, mulheres trans e ativistas, como familiares de vítimas de violência, camelôs, etc.

Mais do que a quantidade, a qualidade dos discursos que estão sendo postos na arena pública busca valorizar as identidades, a ação da prática cotidiana, o ativismo político que emerge nas favelas e periferias. Não podemos deixar de considerar a importância que o mandato de Marielle Franco desempenhou como incentivador desse afluente de novas candidaturas, elaboradas com discursos que refletem a diversidade de pautas da população brasileira. Suas palavras repetidas vezes davam nome, corpo e cor aos processos de incidência política:

> As mulheres negras, por exemplo, quando passam na rua, ainda ouvem homens que têm a ousadia de falar do quadril largo, das nádegas grandes, do corpo, como se a gente estivesse no período de escravidão. Não estamos, querido! Nós estamos no processo democrático! Vai ter que aturar mulher negra, trans, lésbica, ocupando a diversidade dos espaços (Último pronunciamento de Marielle Franco — Sessão Plenária de 08/03/2018).

O que foi vocalizado por Marielle Franco está presente em Lélila Gonzalez, Luiza Bairros, Sueli Carneiro e Beatriz Nascimento, mas também na trajetória de tantas outras mulheres amefricanas (Gonzalez, 1988) que utilizam seus corpos, vozes, sensações, sentimentos, ativismos, afetos e experiências para gestar incidências que quebrem a dureza, o peso e a violência constantemente direcionadas às suas vidas.

> Ao reivindicar nossa diferença enquanto mulheres negras, enquanto amefricanas, sabemos bem o quanto trazemos em nós as marcas da exploração econômica e da subordinação racial e sexual. Por isso mesmo, trazemos conosco a marca da libertação de todos e todas. Portanto, nosso lema deve ser: organização já! (Gonzalez, 1980).

6 Divisão do Fundo Eleitoral e do tempo de TV deve ser proporcional ao total de candidatos negros, decide TSE: <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2020/Agosto/tse-distribuicao-fefc-candidatos-negros>.

Nesse rio caudaloso de memórias e experiências, temos visto um rico desaguar de possibilidades. As mulheres seguem produzindo na política partidária e no espaço da casa, no teatro, através da música, com performances, com práticas pedagógicas e com seus gestos, os fundamentos de nossas lutas. Mulheres que leem o mundo com olhos encharcados de certeza e confiança num futuro melhor. Mulheres que regam cotidianamente as nossas raízes e contribuem para o nascimento de novas e frutíferas lutas. Como água de mar que está sempre em movimento, desejo que este texto ganhe forma no encontro com a experiência de outras mulheres, para que nesse desaguar ancestral de vida continuemos juntas criando possibilidades de fazer fluir a vida.

"As mulheres seguem produzindo na política partidária e no espaço da casa, no teatro, através da música, com performances, com práticas pedagógicas e com seus gestos, os fundamentos de nossas lutas"

REFERÊNCIAS

Akotirene, C. Interseccionalidade. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

Alvarez, S. E. Feminismos e antirracismo: entraves e intersecções: Entrevista com Luiza Bairros, ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir). Florianópolis: Revista Estudos Feministas, v. 20, nº. 3, dez. 2012, p. 833-850. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2012000300012>. Acesso em: 7/10/2020.

Bairros, L. Nossos feminismos revisitados. Revista Estudos Feministas, v. 3, nº. 2, 2º. sem. 1995, p. 458-463.

Barros, R.; Guariento, S. (Orgs.). Mapeamento de fluxos de atendimento para mulheres: Estratégias e ações contra a violência institucional no Rio de Janeiro. 1ª ed. Rio de Janeiro: FASE, v.1, 2015, 60p. Disponível em: <https://fase.org.br/pt/acervo/biblioteca/mapeamento-de-fluxos-de-atendimento-para-mulheres/>. Acesso em: 14/09/2020.

Barros, R.; Oliveira, A. B. (Org.); Gutterres, A. S. (Org.); Barros, J. S. (Org.). Cartografia Social Urbana: impactos do desenvolvimento e da violência institucional na vida das mulheres moradoras do Caju e de Manguinhos/Rio de Janeiro. 1ª. ed. Rio de Janeiro: FASE, 2015, v. 1. 36p. Disponível em: <https://fase.org.br/pt/acervo/biblioteca/cartografia-social-urbana-impactos-do-desenvolvimento-e-da--violencia-institucional-na-vida-das-mulheres-moradoras-do-caju-e-de--manguinhos-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 14/09/2020.

Crenshaw, K. W. *Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color*. Stanford Law Review 43(6), 1991, p. 1241–99.

Collins, P. H. Nós que acreditamos na liberdade não podemos descansar: lições do feminismo negro norte-americano. In: Pinto, Ana Flavia Magalhães; Dechen, Chaia; Fernandes, Jaqueline (Orgs.). Griôs da diáspora negra. Brasília: Griô Produções, 2017.

Gonzalez, L. Por um feminismo afrolatinoamericano. Santiago: Revista Isis Internacional, v. 9, 1988, p. 133-141.

Gonzalez, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira In: Silva, Luiz Antônio. Movimentos sociais, urbanos, minorias étnicas e outros estudos. Brasília: ANPOCS, Ciências Sociais Hoje nº. 2, Capítulo 3, 1983.

Gonzalez, L. A importância da organização de mulheres negras no processo de transformação social. Rio de Janeiro: Raça e Classe, ano 2, nº. 5, 1980.

Kilomba, G. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

Werneck, J. Legado das Ialodês: samba e resistência feminina negra. In: Pinto, A. F. M.; Dechen, C.; Fernandes, J. (Orgs.). Griôs da diáspora negra. Brasília: Griô Produções, 2017.

Um grito de *absentia* na incidência Baixadense

Ausência palavra que desconheço a etimologia
da sua existência

Sinto desde criança ausência de flor, e dor
na camada social na qual transito

A falta do Estado que não coloca comida
e se torna impotência de corpo e alma

Na favela a viela é Delas numa cidade em que
os fatores escondem as cores

Baixada Fluminense lugar de luta e paz com
13 municípios é igual ao Uruguai

Ausência já não lembro mais porque o amor
começa com A e não faltará jamais.

Um grito de absentia na incidência Baixadense
Produzido por Bia Carvalho
FOTOGRAFIA

ENTREVISTA COM RAFAELA ALBERGARIA

Mulheres, mobilidade e direito à cidade

RAFAELA ALBERGARIA

Mestre em Serviço Social pela UFRJ. Pesquisadora em Direitos Humanos, Políticas Públicas, Mobilidade Urbana e Direito à Cidade e Relações Raciais. Militante antirracista. Coautora do Livro "Não foi em Vão: Mobilidade, Desigualdade e Segurança nos trens metropolitanos do Rio de Janeiro".

Rafaela Albergaria é coautora do livro "Não foi em Vão: Mobilidade, Desigualdade e Segurança nos trens metropolitanos do Rio de Janeiro", que foi tema da oitava aula do curso "DELAS: Direitos, Política e Arte", que contou com a sua participação como palestrante. Nesta entrevista, ela resgata um pouco da sua trajetória pessoal e política, e relata o movimento de luta por justiça e reparação que atravessa a sua vida e as de seus familiares, a partir da morte brutal de sua prima, Joana Bonifácio, em 2017, na estação de trem de Coelho da Rocha. A partir da experiência do "Não foi em vão", Rafaela narra as problemáticas que atravessam a mobilidade urbana no estado do Rio de Janeiro, considerando as especificidades dos territórios periféricos, das mulheres, e da população negra de um modo geral.

PROGRAMA DE DIREITO À VIDA E SEGURANÇA PÚBLICA (PDVSP) | Queria começar entendendo um pouco da sua trajetória pessoal e como ela se conecta com a sua trajetória como ativista.

RAFAELA ALBERGARIA | Costumo pensar que os caminhos que eu tracei — profissionais, pessoais, minha militância — foram muito determinados por minhas condições materiais de vida. Determinados pelas questões que me atravessam desde pequena e motivados pelo desejo de construir outras possibilidades. Nasci em uma cidade chamada Ponte Nova, localizada na Zona da Mata

mineira, numa usina de cana-de-açúcar chamada Ana Florência, onde o meu avô e os meus tios maternos trabalhavam. Essa foi a primeira usina de cana-de-açúcar de Minas Gerais. A história da minha família materna, com a qual guardo laços de comunhão, é a história de muitas famílias negras que vivenciaram as transformações da escravidão para a construção de uma subcidadania, pautada por um projeto de continuidade de exploração e não direito. Meus avôs eram trabalhadores da usina de cana-de-açúcar, assim como meus tios. Minhas tias, numa clara divisão sexual do trabalho, se ocupavam em serviços domésticos nas casas de familiares e amigos dos donos da usina. Todos foram inseridos bem cedo no mundo do trabalho, o meu tio Luizinho tem carteira assinada desde os 12 anos de idade, quando começou a trabalhar na lavoura.

Eu sou a primeira pessoa da minha família materna a acessar a universidade. Longe de dizer sobre mérito, fala de um lugar de profundas desvantagens, falta de oportunidades e solidão. Morávamos na área rural, afastada da cidade. Minha mãe conta que andavam mais de 40 minutos a pé para chegar até a escola mais próxima. A escola da região só tinha ensino até a 4ª série, quem desejasse seguir os estudos precisava ir para a cidade. Como meu avô não tinha dinheiro para pagar passagem para todos os sete filhos, teve de escolher apenas um para estudar. Optou pela filha mais velha, minha mãe, que concluiu a magistratura (Ensino Médio). As barreiras postas pela mobilidade sempre estiveram presentes na história da minha família, como é comum na história de famílias negras no Brasil, que convivem com estruturas voltadas a garantir a imobilidade dessas famílias, que cerceiam o acesso a serviços e bens fundamentais à vida digna.

Eu sou filha de um casal inter-racial, e isso teve sempre muitas implicações na forma como eu me via, como me percebia no mundo. Sou gêmea do Ramon — com quem dividi todo aprendizado e socialização primária e, no entanto, cujos laços de proximidade foram quebrados por uma série de construções violentas — e irmã do Ronan, meu irmão mais novo. Filha de Ângela Maria, mulher preta, aguerrida, que nos criou praticamente sozinha, o que ilustra a realidade de uma diversidade de famílias monoparentais e repete a história da solidão da mulher preta, que luta para sustentar sua prole e mantê-la viva sozinha. Sendo fruto de um casal inter-racial, tive a construção de uma imagem deteriorada sobre mim, ouvi por muitas vezes da minha avó paterna e por parte dessa família, o quanto éramos destoantes de tudo que entendiam por belo. Por vezes ouvi minha avó dizer que eu seria bonita se fosse outra: se eu tivesse o cabelo liso do meu pai, olhos claros como os dele, a pele clara como a do meu pai.

Sendo uma menina negra de uma família pobre do interior de Minas Gerais, vivenciei desde muito cedo o lugar de gênero que nos é reservado, o de cuidado. Primeiro com os cuidados da casa e dos meus irmãos. Com 10 anos comecei a trabalhar fora para ajudar a manter a casa, numa mercearia zinha que minha mãe mantinha e de onde tirava nosso sustento. Ela dava aula numa creche na parte da tarde, então eu saía da escola, ia para casa, almoçava e arrumava marmita para minha mãe, ia até o outro bairro onde ficava essa mercearia e ficava trabalhando lá até as 18:00. Quando ela voltava do segundo trabalho, eu ia para a casa arrumar e cozinhar para o outro dia. Desse modo, comecei e aprendi cedo a lidar com as questões do cuidado de outros, tendo sido obrigada a crescer bem rápido. Na escola vivenciei toda sorte de racismo, numa época e numa cidade que, ainda hoje, pouco se avançou no constrangimento das formas mais latentes e perceptíveis de discriminação e preconceito racial.

Tive muitas perdas pela vida, abruptas e prematuras, sempre assumindo um lugar de cuidado em relação aos outros. Quando ainda era criança, meu avô adoeceu de câncer e ajudei minha avó a cuidar dele. Três meses após sua morte — quando agora cuidava da minha avó, abatida por perder o companheiro de sua vida —, aos 13 anos, vivi o sequestro, o assassinato e o esquartejamento do meu tio Henrique, o mais novo da minha família materna, com apenas 19 anos. Henrique trabalhava como *office-boy* da Unimed de Ponte Nova e foi sequestrado no caminho de casa. Ficou desaparecido por dias, até partes do seu corpo serem encontradas no rio da cidade. Foram quase cinco anos esperando a cidade aceitar fazer o DNA para confirmar que o corpo era dele, apesar de terem achado com as partes seus pertences. A espera é algo enlouquecedor.

Me recordo da primeira coisa dita pelo policial quando colhia nossos depoimentos sobre a rotina de Henrique. Ele disse para a minha mãe que quando o dinheiro que ele carregava acabasse ele voltaria (SIC) porque só conseguia pensar que um garoto

> "Vivenciei toda sorte de racismo numa época e numa cidade que ainda hoje pouco avançou no constrangimento das formas mais latentes e perceptíveis de discriminação e preconceito racial"

preto retinto e pobre só podia ter roubado. Por meses recebemos falsas informações e ameaças por telefone diante dessa tese divulgada numa cidade pequena.

Esse acontecimento produziu muitas outras violências. Meu irmão gêmeo sofreu muito por perder sua referência. Ficou bastante revoltado e, poucos anos depois, começou a fazer uso problemático de drogas. Sempre falava sobre a revolta que sentia. A relação com a droga o fez vivenciar todos os níveis e reflexos da criminalização. Depois de ter sido preso pela primeira vez, nunca mais conseguiu trilhar outro caminho que não passasse pelas relações de criminalização associadas ao controle e à contenção impostos pela política de drogas. Foi preso e sofreu inúmeras violências, até chegar num ponto em que não consegue projetar qualquer outro lugar, não consegue se desvincular do uso de drogas, não consegue emprego, não tem permissão para estudar...

Isso posto, a forma como vejo o mundo, o que me mobiliza, foi construída por essas vivências e pelo desejo de construir outras possibilidades de existência que não sejam tão sofridas.

Busquei o Serviço Social muito na perspectiva de conseguir encontrar respostas para ajudar meu irmão. Escolhi como campo de estágio a prisão para entender todas as dimensões da criminalização.

Por mais que tenha vivenciado toda minha vida o racismo, foi ao alcançar a universidade que pude construir uma consciência racial — a partir do contato com teorias sociais que me propiciaram refletir criticamente sobre a experiência do racismo. Mas, também, porque nesse ambiente, o racismo recreativo, epistemológico, nos lembrava a todo tempo nossa condição racializada, pelas relações diárias que atravessam uma universidade como a UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro).

Me organizei no movimento estudantil, onde aprendi muito sobre organização. Toquei e participei de lutas por assistência estudantil, como a do bandejão; fui cofundadora de um dos primeiros coletivos Negros da UFRJ, o BANTO; organizei semanas de consciência negra na UFRJ; e participei de partido político.

A universidade me deu muitos elementos para pensar minha realidade e estruturar um projeto de vida, mais do que apenas um projeto profissional, e esses instrumentos e fundamentos críticos adquiridos no ambiente acadêmico foram também fundamentais para que eu entendesse a centralidade do combate ao racismo como único caminho de enfrentamento às desigualdades latentes. O que me fez engajar na luta pela aprovação das cotas na graduação em 2010-2011, e em 2016 iniciar a luta pelas cotas raciais e por outras ações afirmativas no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFRJ. Entender as dimensões do racismo para a determinação das violências, que são também componentes das desigualdades estruturais, me fez aproximar do movimento social — principalmente de familiares de pessoas presas e do movimento de mães de vítimas de violências.

Me construir como mulher negra foi fundamental para entender todas as violências que atravessaram e atravessam meu corpo, minha família e nosso povo, que definem os medos que compartilhamos diariamente de sofrer violência, de ser morto. As coisas que me mobilizam, que me movem, não foram escolhas, foram estratégias de sobrevivência somadas ao desejo de superá-las coletivamente para alcançar a real liberdade.

PDVSP | Em 2017, após a morte da sua prima Joana Bonifácio na estação de trem de Coelho da Rocha, na Baixada Fluminense, você e sua família iniciaram um processo de luta por justiça e reparação social que foi sistematizado no livro "Não foi em vão". Você poderia falar um pouco dessa experiência?

RAFAELA ALBERGARIA | Em 2017, Joana, minha prima de 19 anos, que cursava Biologia na UEZO (Centro Universitário Estadual da Zona Oeste), foi morta no caminho da faculdade, quando teve o pé preso à porta do trem, foi arrastada e atropelada. Joana era a segunda da família a ingressar na universidade, ultrapassou muitas barreiras para acessar a universidade, mas ficou na barreira da mobilidade urbana, que reserva aos territórios de periferia e favelas, serviços e equipamentos públicos precários, que produzem mortes sistemáticas por negligência.

Além de ter de lidar com uma das maiores perdas da vida, ainda tivemos de lidar com a tentativa de desumanização e de sua responsabilização, feita por parte da empresa concessionária SuperVia[1], por sua morte. Iniciamos pela necessidade de

> "Me construir como mulher negra foi fundamental para entender todas as violências que atravessaram e atravessam meu corpo, minha família e nosso povo, que definem os medos que compartilhamos diariamente de sofrer violência, de ser morto"

1 A SuperVia é uma companhia operadora de transporte ferroviário, que recebeu do Governo do Estado do Rio de Janeiro a concessão para operação comercial e manutenção da malha ferroviária urbana de passageiros da região metropolitana do Rio de Janeiro.

construir formas de lidar com a dor. Nossa primeira mobilização foi para levantar o dinheiro para sepultá-la. Quando, por fim, fizemos nossa despedida, tínhamos ainda que lidar com as fotos de seu corpo morto circulando nas redes, com as detrações de sua imagem e, principalmente, de sua morte. Por isso iniciamos uma mobilização para honrar a memória de Joana e falar sobre as diversas violências conhecidas diariamente naquele transporte, para buscar a verdade sobre o ocorrido. Os aprendizados adquiridos na militância e na universidade foram fundamentais para conseguir organizar essa mobilização na luta por memória, verdade e justiça, em nome de Joana, junto à minha família. Organizamos atos, mobilizamos os moradores, e refletimos sobre toda violência que determina os serviços precários em São João de Meriti[2], onde Joana nasceu e viveu por toda sua vida.

Meu primeiro pensamento foi o de levantar os dados sobre mortes ocorridas nos trens que resguardavam similaridades com a violência que vitimou Joana, por entender que qualquer problema social só se torna uma questão social para o Estado e para a sociedade a partir do momento que ele é mapeado. Diante da constatação da inexistência desses dados, busquei nas normativas que regulamentam o transporte ferroviário de passageiros pistas onde poderiam existir essas informações. Levantei diversas normativas que regulamentavam o transporte, uma vez que, por mais que não existissem dados públicos, por pegar aquele trem todos os dias sabíamos que não se tratava de acidente, já que ocorrências violentas eram observadas todos os dias nas composições e estações. O que descaracteriza as ocorrências como acidente, pela sua sistematicidade, ocasionadas quase sempre pela precarização que pauta a operação do serviço.

Esse levantamento nos levou a identificar o ISP (Instituto de Segurança Pública) como o órgão possível com esses registros, uma vez que todos os "acidentes graves" tipificados na resolução 1.431/2006 devem ser alvos de boletim de ocorrência. Com ajuda de mandatos negros (primeiro de Marielle Franco e de Gilberto Palmares) e também do Reimont; de organizações da sociedade civil e movimentos sociais, como Casa Fluminense, Rede de Comunidade Contra a Violência, Comissão Estadual de Reparação à Escravidão Negra no Brasil, e Fundação Heinrich Boll; e de amigos de luta, conseguimos levantar a realidade de produção de mortes nos transportes que atendem as regiões empobrecidas da cidade a partir de um pedido da LAI (Lei de

2 São João de Meriti é um município da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro, localizado na região da Baixada Fluminense.

Acesso à Informação) — que nos possibilitou explicitar uma lógica de uma cidade partida pelas desigualdades, que tem o racismo como motor de violência a partir da produção de políticas de exceção e de morte.

A sistematização dos dados recebidos pela Lei de Acesso à Informação (LAI), e tratados por mim em conjunto com João Martins e Vitor Mihessen, trouxe à tona essa sistemática de morte, que acabou por contrastar as narrativas construídas tanto pela empresa concessionária como pelos órgãos de fiscalização, como a Agetransp, que afirmavam que a maioria das mortes ocorridas eram por suicídio, como forma de se desresponsabilizarem sobre as violências que produzem.

No recorte temporal de 10 anos — 2008 a 2018 — feito pela pesquisa que construímos, foram registradas 368 mortes por atropelamento ferroviário. É importante destacar que os atropelamentos são apenas uma das formas de se morrer nos trens. Na resposta encaminhada pelo ISP sobre homicídio culposo e lesão corporal nos trens estava registrada uma série de formas de se morrer no transporte que corta bairros de periferia e favelas do estado do Rio de Janeiro. Antes de 2017, quando iniciamos a incidência sobre órgãos estatais a partir dessa realidade, havia uma série de 20 a 30 registros anuais por Homicídio Culposo por Atropelamento Ferroviário (HCAF). Em 2017 esse número salta para 66 registros; em 2018 os números seguem aumentando, com o registro de 83 HCAFs — sem que tenha havido a implementação de nenhuma nova tecnologia de informação para dar conta dessa realidade. O que nos faz levantar a possibilidade de que a incidência por nós construída foi determinante não apenas para visibilizar essa realidade, mas também para a ampliação dos registros.

Esse trabalho de monitoramento e levantamento de dados, casado à incidência sobre atores públicos, foi fundamental para inserir essa questão como uma questão de responsabilidade do Estado, e foi possibilitado e intermediado em grande medida por mandatos de parlamentares negros, como o de Gilberto Palmares — que, a partir do nosso levantamento, levou o caso para uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da ALERJ, que após perícias técnicas e meses de trabalho responsabilizou a Supervia pela morte de Joana e ensejou a multa da Agetransp[3], determinante contra a Supervia — e o de Marielle Franco, que foi fundamental para que meus tios tivessem acolhida e acesso a tratamento.

3 A Agetransp (Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários, Ferroviários, Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro) tem por finalidade exercer o poder regulatório, acompanhando, controlando e fiscalizando as concessões e permissões de serviços públicos concedidos de transportes aquaviário, ferroviário, metroviário e de rodovias no Estado do Rio de Janeiro.

Os dados foram base para ações no âmbito do Ministério Público, como um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) da Promotoria de Pessoa com Deficiência em relação a acessibilidade nos trens, entre outras.

Morrer nos trens sempre foi tratado quase como uma lenda urbana, e a mobilização iniciada por minha família, e adensada por todos os parceiros, deu um pontapé para desmistificar essas estruturas, que como bem define Denílson Araújo, gestam a geopolítica de morte.

No fim de 2018 lancei com João Martins e Vitor Mihessen o livro: "Não Foi em Vão: mobilidade, desigualdade e segurança nos trens metropolitanos do Rio de Janeiro"[4], que é mais do que um livro para mim. É um instrumento de luta e memória por Joana e todos os outros que tiveram a vida encerrada pela precarização das condições de vida das populações pobres e negras, uma vez que seria impossível transpor esse tipo de violência para áreas embranquecidas e elitizadas da cidade.

É importante destacar que Joana não foi a primeira jovem de nossa família vitimada por uma morte violenta. Perdi dois primos aqui no Rio de Janeiro assassinados, mas Joana foi a morte sobre a qual pudemos falar. Porque os meus primos foram assassinados num território controlado por milícias, grupos de extermínio, e outros grupos paramilitares, e nos tomou o medo de que a denúncia produzisse mais mortes num território como a Baixada Fluminense, controlado por todos esses poderes.

"Morrer nos trens sempre foi tratado quase como uma lenda urbana, e a mobilização iniciada por minha família, e adensada por todos os parceiros, deu um pontapé para desmistificar essas estruturas, que gestam a geopolítica de morte"

4 "Não Foi em Vão: mobilidade, desigualdade e segurança nos trens metropolitanos do Rio de Janeiro" está disponível em: <https://br.boell.org/pt-br/2020/03/24/nao-foi-em-vao>.

PDVSP | A partir dessa experiência, quais incidências políticas se tornaram possíveis e te fazem crer na afirmação de que "Não foi em vão"?

RAFAELA ALBERGARIA | Conseguir pautar os órgãos públicos; conseguir subsidiar o trabalho de uma CPI dos Transportes de 2018, que realizou um trabalho denso, profundamente técnico, constatando a existência dessas relações de violência no transporte; poder subsidiar o Ministério Público; trazer à tona toda a dimensão do quanto os transportes são fator fundamental para a continuidade das desigualdades latentes na sociedade, quando ela medeia o acesso a todas as outras políticas; conseguir que aquele território, Coelho da Rocha, se lembre de Joana e atrele sua memória à luta por condições de vida digna. E, antes de mais nada, que as pessoas vizinhas de Joana saibam que ela não tem culpa por sua morte e que eles não são responsáveis pelas violências que vivenciam diariamente nesse transporte, pois só na rua onde Joana morava tem mais de quatro famílias que tiveram suas histórias transformadas por violências similares no trem.

Há ainda muita luta a ser travada, precisamos avançar por medidas concretas de garantia de vida da circulação na cidade. As vítimas ainda precisam ter acesso a assistência psicológica e material. Meus tios, por exemplo, tiveram parte da vida retirada, vivenciaram um brutal processo de empobrecimento, de adoecimento, meu tio perdeu o emprego. Minha prima lida com questões que não serão nunca reparadas. Mas seguimos na luta para que não seja em vão, por mudanças que impeçam que outras pessoas vivenciem violências similares. E essa luta hoje é parte do que somos — ela, de certa forma, nos mantém vivos.

PDVSP | O que você enxerga como principais desafios e perspectivas para ações que envolvem mobilidade, violências e direito à cidade para mulheres?

RAFAELA ALBERGARIA | Construir uma outra perspectiva de direito à cidade pautada por políticas de equidade. Poder circular, ou seja, a política de mobilidade, fala sobre nossa possibilidade de existência. Sobre uma cidade, um país edificado pelas desigualdades raciais, que se estruturam em desigualdades econômicas marcadas nos territórios. Não há saída que não passe pelo enfrentamento do racismo em suas várias facetas, com a ocupação dos cargos de decisão, que pensam a cidade sobre uma perspectiva elitizada, onde o desejo não é integração e acesso, mas exclusão e controle; onde se mobilizam recursos e equipamentos públicos para privilegiar as áreas já privilegiadas. Em que o modelo concentrador de oportunidade na cidade joga a grande parcela de população na escassez absoluta de direitos sociais. Em que a lógica de um sistema de transporte

sustentado pela passagem garante o controle e o cerceamento das populações pobres nas áreas de periferia, impactando profundamente no orçamento mensal das famílias mais pobres. Usurpando parte das vidas, uma vez que os tempos de deslocamento entre casa e trabalho são altíssimos e não contabilizados na jornada de trabalho. Precisamos avançar no sentido de reconhecer a mobilidade e o transporte como direito essencial, que deve ser custeado pelo Estado. Na edificação de uma outra lógica que rompa com a mercantilização dos transportes, porque ele define as possibilidades de vida das pessoas. É necessário transporte gratuito, é necessária uma cidade pensada pela diversidade. E, desse modo, é fundamental que negros e negras possam alcançar os postos de decisão, para que as demandas materiais dessas populações sejam visibilizadas. Precisamos descentralizar a cidade, criar oportunidades e equipamentos públicos em todas as regiões. Precisamos avançar numa concepção centrada na equidade, que rompa com as estruturas racializadas da cidade. Promover o acesso de pessoas negras, pobres de periferia e da favela é o único caminho para alcançarmos igualdade real.

"É necessário transporte gratuito, é necessária uma cidade pensada pela diversidade. E, desse modo, é fundamental que negros e negras possam alcançar os postos de decisão, para que as demandas materiais dessas populações sejam visibilizadas"

ARTE, MEMÓRIA E AFETO: AS VOZES DELAS

Ternura

Produzido por Maria Santana

MARCA-PÁGINA

Oi, tá me ouvindo?

Oi, tá me ouvindo?
a voz do meu avô ecoou...
É difícil entrar e não te ver no sofá, vô
No dia do trabalhador trabalho em mim a dor e não ter tomado seu café
De ver quintal vazio e lembrar que folha de bananeira envolve alimento sagrado
Eu zanzei um bocado até lembrar que umbigo também dá flor
E a semente que o senhor plantou
Brotou
Deu fruto de pandeiro no quintal
Regado com figa de amor
e com as iniciais fincadas no tronco de árvore antiga
Mulher raiz!

Eu sou fruto de outras 100 árvores que por algum motivo crescem fazendo roda
Como círculos que brotam do chão da Namíbia
o meu fruto é circular
traço caminhos e sempre que me perco a carta de voinha me direciona:
Plantar árvore não é tão difícil quanto se reconhecer futuro passado
Quando se vê mulher e mãe ao mesmo tempo
Mas, mesmo assim, carrego o mundo e rego minha muda por caminhos melhores.

Afirmo que "toda prisão é política" e não permito que me prendam o corpo
a mãe rega
prepara ervas
e eu bato cabeça pra cada corpo memória ancestral que faz lembrar o varal da "Iyá"
Kekere, eu sou pequena mãe
Mas sou MORADA.

THAIS AYOMIDE

Bacharel em Dança pela UFRJ. Atriz, fotógrafa, poetisa. Direciona seus estudos para a negritude nas várias frentes em que atua, exaltando a figura da mulher negra e nossas construções ancestrais de matrizes africanas. Idealizadora e intérprete do Espetáculo Memórias de Uma Maré Cheia. Membro do Ilá Coletivo. Membro do Imagens do Povo. Preparadora corporal e atriz do Coletivo Bèkoos: Caminhos da Negritude. Intérprete criadora do Coletivo Antepassados de Cor. Cofundadora do Studio Mariwo e do Slam Maré Cheia. Integrante e pensadora do Coletivo Fotógrafxs Negrxs.

Mãe solo
é chão
de Marajó
e ouso dizer que seguindo o fluxo do rio vai ver brotar aMAnhEcer
Eu nasci do Igarapé
De mulheres tão solo quanto raízes
e todo 11 de outubro é dia de festa
se eu pudesse todo círio seria de mainha.

E todo grito Delas é meu também
"Tudo que foge à norma me convém"
Insistem em trajar como querem
Cabeça de flor
Corpo descartável
Essência de perfume
Feminino guardado no seio
Anseio pra que não me persigam no caminho
Meu corpo morada só quer transitar
e dizer: EU SOU MEU PRÓPRIO LAR!
Dizem que corpos-cidade são corpos públicos
e temo que o acaso um dia me passe a perna.
O acaso precede qualquer coisa,
o afeto também
somos conexões, porque somos acaso fazendo afeto.

"Sinto desde criança ausência de flor"
me faltam sabores que saltem os olhos
e cheiros que me amparem feito minha primeira casa
feito domingo azul
água de coco
pé na areia, mas o chão é de terra
fértil
sagrada

Sinto que ainda hoje recolho o que lançam fora e disso faço poesia
e por algum motivo o sangue vermelho ainda escorre de minhas letras
procurando um destino que não seja os nossos
Escrevo entre ternura e bem viver pra lembrar que cada página marcada
é um novo amanhecer
Escurecer
Entardecer

Minhas pinturas levam meus gritos
E todos os dias antes que eu saia
o tempo me lembra de vesti-los
Minha indumentária é grito
um soco no meio do Brasil vindo de dentro pra fora
feito vulcão adormecido eu sou potência que preenche a terra inteira.

Hoje me deparei com meu retrato
E vi nele todas as minhas sombras
Vi sou mistério
E por mais prisões que encontre no caminho
Ainda poderia me beijar em frente ao mar
Serei livre pra amar.

Oi, cê ainda tá me ouvindo ?
É que eu não era tímida, eu era silenciada!

Parte das reflexões, trajetórias, memórias e do fazer político das mulheres que construíram a experiência do curso "DELAS" está contida no vídeo “Vozes DELAS”, uma produção audiovisual coletiva disponível em:

https://bityli.com/VozesDelas

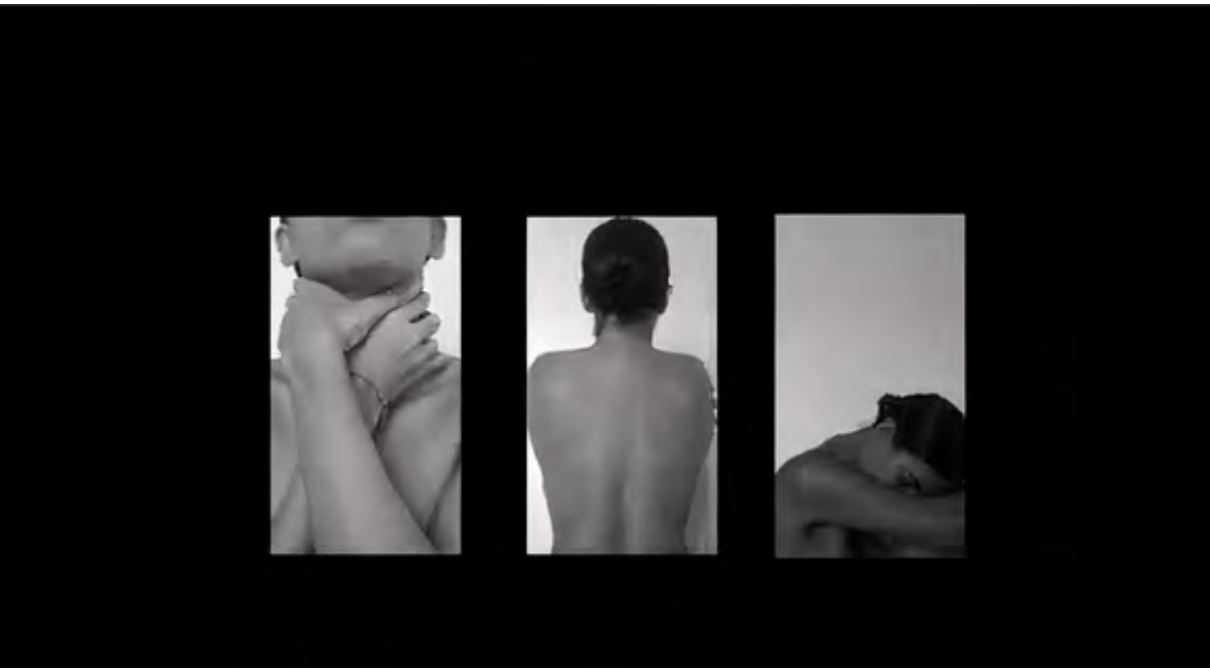
EDIÇÃO DE VÍDEO: THAIS AYOMIDE

Primeiro de maio
Produzido por Nathalia da Silva
COLAGEM DIGITAL

Morada
Produzido por
Lay Venancio
COLAGEM FÍSICA

Memória de um Igarapé
Produzido por Gisele Cristina Silva Mendes
IMAGEM DE PRODUTO AUDIOVISUAL

Nossas referências vêm de longe
Produzido por Elizabeth Arruda
COLAGEM DIGITAL



ASSITA O VÍDEO EM:
https://bityli.com/Autorretrato-DELAS

Autorretrato
Produzido por Helena Cícero Xavier
FRAME DA PERFORMANCE AUDIOVISUAL

ASSITA O VÍDEO EM:
https://bityli.com/Bailarinas-DELAS

Bailarinas
Produzido por
Alessandra Silva Trassante
FRAME DA PERFORMANCE AUDIOVISUAL DA MÚSICA "TRISTE, LOUCA E MÁ", DE FRANCISCO, EL HOMBRE

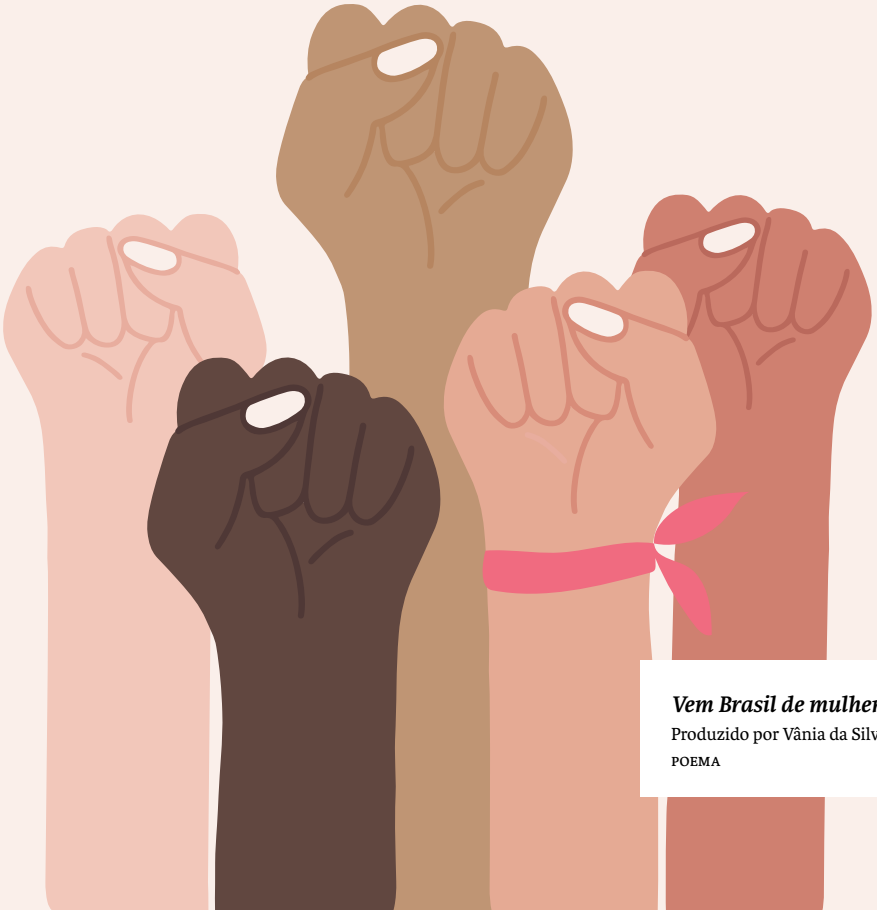
Florescer

fotos em cores com filtros preto e branco
manchas em vermelho
nos prismas que nos criam
sinto falta dos amigos-girassol
que desistiram da luz
porque as noites duravam dias
e dou sombra, rego, adubo
os que continuam aqui;
florescer
num mundo tão cruel
é um ato revolucionário.
mal posso esperar
pela primavera.

Florescer
Produzido por
Helena Araújo Frazon
POEMA DO LIVRO "JARDINS"

Vem Brasil de mulheres fortes

A mulher, ao passar dos anos, vem aprendendo a criar a capacidade de enfrentar as adversidades que a vida impõe
Seja em casa com a família, no trabalho, até mesmo na vida social
Passa por grandes pressões e obstáculos, muitas das vezes consegue superar até mesmo sozinha
Mas na maioria é preciso ter uma amiga, família ou até mesmo uma ajuda profissional para seguir adiante, adquirindo forças para reagir positivamente
E com isso, aprendem a ser solidárias umas com as outras.
O nome desse fenômeno é Resiliência.



Vem Brasil de mulheres fortes
Produzido por Vânia da Silva Pereira
POEMA

Somos nós

Pandemia, loucura, trabalho e afazeres
Tudo junto e misturado com poucos prazeres...
Enfim, tudo muito difícil , mas seguimos servis.
Somos nós por nós, ajudando umas às outras
e também aos que se sentem sós.
Anna Paula Sales, mulher periférica com muito orgulho!

Somos nós
Produzido por Anna Paula Sales
POEMA

Vermelho

vermelha sim, essa é a cor atual
vermelho pelas mortes por covid
vermelho pelas mortes negras
vermelho pelas mortes de fome
vermelho pela morte da dignidade
vermelho pela morte das Artes e da Cultura
vermelho pela morte das florestas e dos manguezais
vermelho pela vergonha de um tão mau gestor para o país
vermelho para que cada pessoa se lembre que nossa luta é vermelha
contra todo esse vermelho sofrido

Vermelho
Produzido por Maria Angélica Souza Bueno
POEMA

DELAS das resistências

Delas mulheres das Resistências
Mulheres diversas, mulheres plurais
Reunidas superando as distâncias
Pelos meios virtuais

A pandemia revirou as suas vidas
Trouxe muito sofrimento
Mostrou as verdades escondidas
Construiu conhecimento

E em meio a tamanha turbulência
O Observatório das Favelas
Com sábia inspiração e diligência
Atuando criou o Curso Delas

Reuniu mulheres de várias regiões:
Congregadas em unidade
Diversas representações
E muita personalidade

Em dois módulos
Foram divididos os encontros
Cada aula aprofundando os vínculos
Sem nunca esquecer os registros

Agosto e setembro foram só alegria
Partilhas de vivências
Transmitiram sabedoria
Acolhidas com reverências

Mães, artistas, educadoras
Pesquisadoras, doutoras, estudantes
Vendedoras, artesãs, trabalhadoras
Mulheres engajadas e atuantes

Mulheres negras, brancas e pardas
Acolhimento e experiências
Jovens, adultas e ávidas
Entrelaçadas nas essências
São muitas as realidades
Ausências, lutas, anseios
Gritos de liberdades
Articuladas vencendo os medos

Onde estamos fazemos morada
Ressignificamos as vidas
De forma ousada
Seguimos no cotidiano decididas

Periféricas na construção do novo
Com incidência política
Na formação do povo
Atuando de forma crítica

O que nos atravessa?
A arte nos instiga a refletir:
A mudança é só promessa
Ou ainda vamos construir?

Mulheres protagonistas
Com força, coragem, decisão
Fazendo uma nova história
Lutando pela transformação
Suas vozes querem ser ouvidas
Na luta pelos direitos desrespeitados
Em vários espaços e nas políticas
Chega de projetos impactados

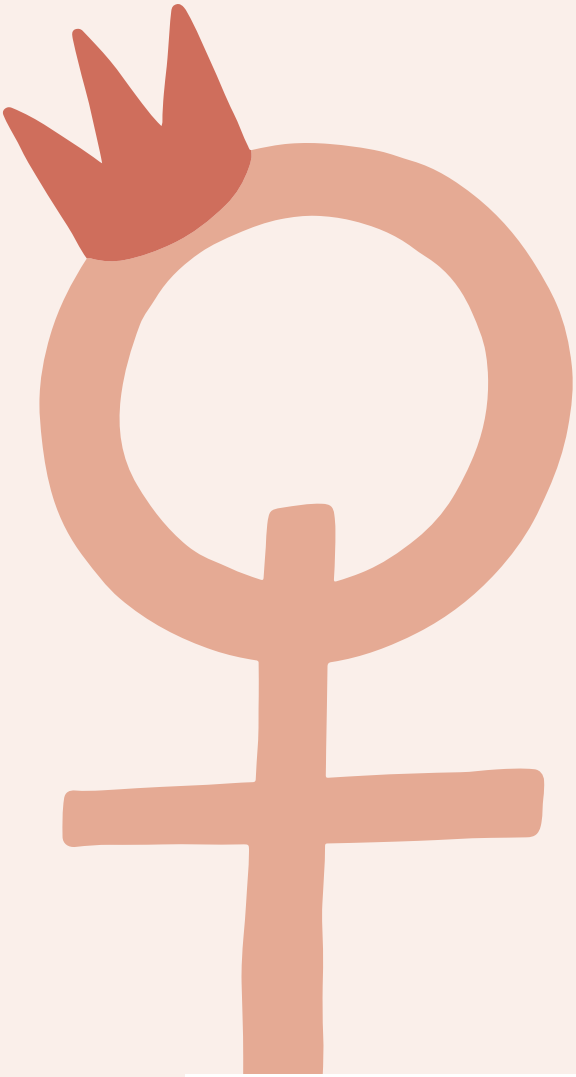
Marcadores sociais da diferença
Silenciamentos e violações
Alvejadas pela sentença
Inúmeras implicações

Interseccionalidade: gênero, raça, classe
Enfrentamento das adversidades
Políticas públicas com igualdade
Equidade e transversalidades

Mesmo em um futuro incerto
Temos laços que nos envolvem
Abraços, afetos, projeto
Novas possibilidades nos movem

Sorrisos, emoções, memórias
Lágrimas, danças, reflexão
Racismo, trajetórias, vitórias
Juntas fazendo a revolução

Delas mulheres em Movimento
Mulheres de Resistência
Mulheres Encorajadas
Mulheres de muita Potência.



DELAS das resistências

Produzido por Maria Santana dos Santos Pinheiro Teixeira

POEMA

REALIZAÇÃO:

OBSERVATÓRIO DE FAVELAS

COM O APOIO
DA **OPEN SOCIETY FOUNDATIONS**